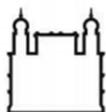


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
CADERNOS CRIS 06/21

**Informe quinzenal sobre Saúde Global e Diplomacia da
Saúde – 09 a 19 de abril de 2021**



Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 20 de abril de 2021



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
03	Apresentação - Paulo Buss e Pedro Burger	
06	Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Santiago Alcazar	
12	Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Luiz Augusto Galvão	
15	G77, MNA e cooperação sul-sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Regina Ungerer	
20	Conselho de Direitos Humanos da ONU e Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global - Armando De Negri Filho	
34	OEA na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Luana Bermudez	
37	G20 e OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde – Pedro Burger e Luiz Eduardo Fonseca	
42	BRICS na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Claudia Hoirisch	
44	América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger	
50	Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg	
56	Europa na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Ana Helena Gigliotti de Luna Freire	
61	Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Lúcia Marques	
72	EUA na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Luiz Augusto Galvão	
75	China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - André Lobato	

RESPOSTA DA SAÚDE GLOBAL À COVID-19: Uma visão do ponto de vista socioeconômico, diplomático e sanitário

Sumário do CRIS-Fiocruz sobre diplomacia da saúde – 09 a 19 de abril de 2021

Apresentação

Estamos vivendo **as piores semanas da pandemia em termos globais**, segundo o dr. Tedros Adhanom, diretor geral da OMS, na sua comunicação do dia 19 de abril: mais de 5,2 milhões de novos casos, o maior número em uma semana desde o início da pandemia (14% mais do que na semana anterior). Tamanho aumento deveu-se principalmente à desoladora contribuição da Índia, mas as Américas não ficaram muito atrás. Outro alerta do DG foi a manutenção de óbitos num patamar elevado e o alarmante número crescente de casos graves em jovens.

Quando se olha o mundo regionalmente, **a América Latina ponteia o número de casos e óbitos no mundo**, com a maior contribuição vindo do Brasil e do México. E lamentavelmente nosso multilateralismo regional não consegue se organizar para um enfrentamento racional e conjunto da pandemia e para a busca coletiva de recursos vacinais e de tratamento.

Um fio de esperança para a ALC no anúncio de uma **diplomacia da saúde mais vigorosa na Ibero-américa**, feita pelos chefes de Estado de Espanha, Portugal e de todos os países latino-americanos reunidos na XXVII Cúpula Ibero-americana de Andorra, nesta semana. No dia 12 de maio, o seminário avançado do CRIS vai explorar o tema *“Ibero-américa: Novo espaço para a diplomacia da saúde”*, com altos dirigentes da SEGIB e de Estados-membros da organização.

Enquanto isso, todos os olhos estão voltados para a **vacina contra o coronavírus**. Contudo, falta este bem hoje tão precioso e tão negligenciado por alguns no início da pandemia. A triste figura de Pantagruel se alimentando fartamente, enquanto os demais nem migalhas recebem, é a imagem que nos vem à mente. Em Israel quase metade da população já foi vacinada; nos Estados Unidos, responsável por 23% de todas as vacinas aplicadas no mundo, mais de 210 milhões de pessoas já receberam a vacina, que está liberada para pessoas com mais de 16 anos, sem definição de prioridade. A indústria alcançou por estes dias 1 bilhão de doses produzidas e entregues. Apenas 10% do que se supõe ser necessário para vacinar com 2 doses um contingente de 5 bilhões de pessoas mundo afora que seriam prioridade imediata.

O debate sobre a **liberação das patentes de produtos** utilizados na pandemia – particularmente as vacinas – dominou o debate global, além evidentemente da falta geral de vacinas e da sua distribuição e acesso absolutamente inequitativos. Na OMC, a proposta de Índia e África do Sul, recebeu, por parte dos países desenvolvidos, a tradicional postura de rechaço a qualquer flexibilização patentária, o que segundo os proprietários desestimula a inovação, mas que esconde na verdade, o receio de que vejam reduzidos os altos faturamentos e lucros da indústria farmacêutica global. Ex-dirigentes mundiais e mais de 150 cientistas, personalidades e prêmios Nobel pediram à Biden que reverta a posição dos Estados Unidos neste ruidoso caso da suspensão das patentes em tempos de pandemia.

A outra temática que domina a cena global é a **cúpula sobre o clima**, convocada por Joe Biden para 22 de abril, Dia da Terra, primeiro grande ensaio para testar a pretensa liderança estadunidense na questão das mudanças climáticas, a caminho da COP26 em Glasgow no final do ano. Bem sabemos que clima é um determinante fundamental para a

saúde humana e planetária. Nosso próximo informe trará uma análise detalhada do processo. Ademais, o CRIS debaterá as questões e proposições políticas, ambientais, diplomáticas e sanitárias levantadas na Cúpula no seminário avançado sobre “*A caminho de Glasgow: Clima e saúde*”, que realiza em 26 de maio, para os quais todos estão desde já convidados.

Este movimento no *front* externo não é suficiente para esconder a chaga aberta do racismo na sociedade americana, com a morte de mais um negro, agora por uma policial, no estado de Minnesota. Entretanto, o policial que assassinou Floyd foi condenado e deverá receber penas severas, um fato muito expressivo na história de milhares de outras mortes semelhantes.

No campo global dos **direitos humanos**, destacamos a movimentação entre saúde global e o direito ao desenvolvimento, no âmbito do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU e as duas prioridades de 2021, definidas pela Presidente do Conselho: o enfrentamento às desigualdades e a conexão da saúde humana e ambiental na gênese e impactos da pandemia de COVID-19. Igualmente relacionado está o debate de fundo sobre a relevância de proteções sociais realmente inclusivas e a discussão da nova arquitetura internacional das dívidas, assim como o financiamento internacional para o desenvolvimento.

Na **América do Sul**, tempos de renovação nas cadeiras presidenciais. No Equador, a eleição presidencial deu a vitória a um empresário conservador que derrotou o herdeiro político de Correa, enquanto, no Peru, se enfrentarão em segundo turno um professor de esquerda e a filha de um ditador corrupto, ela também com passagens nos porões da corrupção.

A taxação de grandes fortunas vem sendo discutida na Argentina, México, Chile e Colômbia para viabilizar um espaço fiscal que resgate a imensa desigualdade e a pobreza que a pandemia nos está deixando como herança na região. Até o FMI, bastião histórico do neoliberalismo a reconhece como ‘opção na mesa’. Já no Brasil, com um dos sistemas tributários mais regressivos do planeta...

De outro lado, a valorização internacional das *commodities* petróleo, grãos e minério pode ajudar para que a ALC feche as contas externas em 2021 no azul, após 14 anos, o que traz algum alento para uma recuperação econômica pós-pandemia melhor para a região.

As **Américas** seguem sendo uma das regiões mais afetadas do planeta com 59,5 milhões de casos positivos e 1,43 milhões de óbitos. Na Reunião Ibero-americana de Ministros de Relações Exteriores, no âmbito da **Cúpula Ibero-americana**, foi adotada a Declaração e o Compromisso de Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Discutiram-se, também, 15 comunicações que articulam soluções para a recuperação sanitária, social e econômica da região. Em Andorra, os chefes de Estado dos países latino-americanos, Espanha e Portugal abriram a Cúpula com o foco em “restaurar e fortalecer o sistema global de saúde para uma melhor resposta diante de futuras pandemias”.

A **LXXIII Sessão do PARLASUR** aprovou declaração defendendo a acessibilidade universal da vacina contra a COVID-19 e sua distribuição equitativa. Nada de novo, talvez: muita retórica e pouca efetividade!

No **Brasil**, a notícia mais eloquente da quinzena foi a **instalação da CPI sobre a pandemia** pela Covid-19. Quando encerramos a escrita deste editorial, alcançávamos mais de

380 mil mortes e registrava-se oficialmente quase 15 milhões de casos da enfermidade – esta última cifra, pelo menos, reconhecidamente subnotificada. A falsa dicotomia entre medidas sanitárias e economia captura a essência do pensamento dominante no país. Os serviços de saúde continuam sob intensa pressão, agora não apenas com leitos, mas também com medicamentos essenciais para cuidados intensivos no limite absoluto do esgotamento. Na relação Brasil-China, o discurso de posse do novo chanceler brasileiro leva a certa *détente* das dificuldades: China sinaliza envio de doses da vacina Sinopharm ao Brasil e ajudará o país a obter IFAs para a produção da vacina Oxford/AZ.

Na **Europa**, de olho nas novas variantes, a UE busca soberania na produção de vacinas e maior e mais rápida capacidade de resposta a novas crises, com destaque para a preparação para as vacinas adaptadas. Curioso notar que os discursos começam a lembrar conceitos nossos, como cooperação estruturante e complexo econômico-industrial da saúde.

O **G20**, atualmente sob a presidência italiana, realizou reunião do grupo consultor para África, avaliando as respostas dadas à crise pelos países que aderiram ao “Pacto com a África” ou CwA e elevou o Grupo de Estudos sobre Finanças Sustentáveis a Grupo de Trabalho, dando maior relevância ao tema. Já a OCDE reitera seu discurso pelo livre-comércio como meio necessário para uma vacinação contra a COVID-19 no mundo. Divulgou relatório sobre ajuda oficial ao desenvolvimento em 2020, com pequeno avanço, mas totalmente insuficiente e abaixo da meta. Os detalhes estão no capítulo da página 37.

No cenário da pandemia, as festas religiosas, celebrações de Ano Novo das várias culturas e o Ramadã islâmico contribuíram para o aumento galopante da Covid-19 em muitos países da **Ásia, Pacífico e Oriente Médio**, principalmente Índia e Irã. Esse cenário confirma o que sabemos há muito tempo: distanciamento e uso de máscaras reduzem a transmissão da doença e só a vacinação pode conter a pandemia. Na Ásia segue lenta, mas no Oriente Médio – com exceção do Irã, boa porcentagem da população já está vacinada (ver o capítulo da página X).

A **União Africana** realizou, durante dois dias, uma conferência virtual sobre a fabricação local de vacinas. O Brasil, único país de língua portuguesa convidado, foi representado pela Fiocruz, na pessoa da sua Presidente. A OMS da região africana mantém confiança na vacina da AstraZeneca, tendo informado da não ocorrência, ainda, de casos de tromboembolismo. Os Chefes de Estados e de Governo da África Austral (SADC) reuniram-se presencialmente em Maputo e decidiram sobre importantes medidas de enfrentamento comum do terrorismo em Moçambique. A União Africana (UA), a União Europeia (UE), a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento do Corno de África (IGAD) e as Nações Unidas (ONU) reuniram-se virtualmente para deliberar sobre o impasse político na Somália.

Muito dito, muito por dizer. Mas ao invés de estender pretensas boas sínteses nesta apresentação, melhor deixá-los diretamente com a narrativa crítica dos acontecimentos políticos da diplomacia da saúde que o pessoal do CRIS preparou com o intuito de contribuir para sua atualização neste campo fascinante da saúde global e da diplomacia da saúde.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2020.

Paulo Buss e Pedro Burger

Coordenação do Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Como resolver o problema da inequidade no acesso a vacinas? Essa parece ser a questão de maior urgência, porque atormenta a todos neste momento. Desde o início da imunização contra a Covid-19, dez países concentraram quase oitenta por cento de todas as aplicações de vacinas. Segundo alguns, os países emergentes terão de esperar até 2022 para vacinar a maioria de suas respectivas populações, enquanto para muitos países de África a espera prevista será ainda maior.

Não obstante os pedidos no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas e da Assembleia Mundial da Saúde, dos apelos do Secretário-Geral das Nações Unidas e do Diretor Geral da OMS para que a imunização contra a Covid-19 seja declarada um bem público global, o avanço irrefreável da pandemia e a obscena inequidade no acesso a vacinas tem o efeito de acentuar ainda mais as desigualdades e as injustiças sociais.

Todas as razões podem ser levantadas para justificar um tal estado de coisas. Por um lado, pandemia pegou todo mundo de surpresa e por isso cada um reagiu como pôde, sem coordenação. O extraordinário avanço no desenvolvimento de vacinas, por outro, revelou um grau de cooperação e colaboração talvez nunca antes testemunhada. Não-coordenação de um lado, cooperação e colaboração de outro. São coisas diferentes se dirá. Sem dúvida. Enquanto a primeira encontra-se imobilizada em egoísmos de toda sorte, a segunda é estimulada a voar nos braços de oportunidades comerciais. O impasse fica assim instalado. Não pode haver convergência, são coisas diferentes já se disse. O mundo é assim, justo ou injusto é o que se tem.

Talvez, mas agora, na pandemia, o que se pede não é a distribuição de migalhas aos que detém vacinas em excesso, ainda que não estaria mal que houvesse um desbloqueio das mesmas para os mais necessitados, epidemiologicamente falando, claro. Afinal, trata-se de interromper a cadeia de transmissão, não é mesmo? O que importa neste momento, no entanto, é o acesso equitativo aos conhecimentos necessários para a produção de todo o espectro de bens para enfrentar a Covid-19, desde máscaras, respiradores, sensores, medicamentos, equipamentos para intubação e, claro, insumos e vacinas. Infelizmente todos esses conhecimentos, desde o mais simples ao mais complexo, estão protegidos por severas leis de propriedade intelectual e armazenados em programas de computador eles próprios protegidos por aquelas mesmas regras.

Uma coisa é guardar para si o peixe e o pão, outra coisa é guardar o conhecimento da pesca. Não disseram que mais importante que dar o peixe era ensinar a pescar? Não tiveram presente, na certa, a parábola da multiplicação dos pães, mas agora recusavam ademais compartilhar experiências de pesca, mais grave ainda quando se vive, ou sobrevive-se, em pandemia.

O quadro é desanimador quando se tem a sensação de um *dejà-vu*, de passos perdidos em um labirinto. Em maio de 1974, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou resolução pela qual declara o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, bem como uma segunda que propõe o Programa de Ação daquela nova ordem. A ideia-força contida naqueles dois documentos é necessidade de superar as inequidades, corrigir as desigualdades,

reparar as injustiças com vistas a eliminar a brecha entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

As duas resoluções sofriam do vício de haverem sido tabuladas por uma maioria de países que haviam acedido recentemente à independência. Imaginavam que a necessária transferência de conhecimentos e de tecnologia, o famoso ensinar a pescar, poderia ser uma forma de reparação da rapina colonial. Os outros, atados sempre à tradição escolástica e por isso capazes de entortar raciocínios com infinitos *distinguos*, contestavam a qualificação pejorativa e sugeriam missão civilizatória. Sempre pragmáticos, preocupavam-se com a possibilidade de gerar concorrência se a ideia de transferir conhecimentos e tecnologias fosse para frente.

A ideia da Nova Ordem Econômica Internacional nunca teve o apoio incondicional das economias avançadas. Palavras de equidade, de igualdade e de reparações de injustiças, cheias de esperança, foram sendo levadas pelo vento como folhas secas. Dessa maneira, os países em desenvolvimento, que já não podiam contar com a parábola da multiplicação dos pães, ficariam também sem as lições de pesca. Sem pão e sem peixe, como numa das linhas de quadra que Caetano nunca inseriu no coração do Brasil.

Anos mais tarde, a barreira ao conhecimento seria aumentada com novas interdições, impedimentos e obstáculos com a adoção do Acordo de TRIPS, impressionante instrumento legal escrito em javanês.

Para todos os que estamos vivendo, ou desvivendo, a pandemia o que interessa saber é se vamos receber a vacina prometida. Trata-se de bem mais que a vacina, naturalmente, mas a lista é muito longa para mencionar e não cansar o leitor. Parece prudente, nesse contexto, ater-se à pergunta do início: o que fazer para romper a barreira de acesso? E não se trata de sugerir ação incendiária comemorativa dos 100 anos da Comuna de Paris.

TRIPS regulamenta e protege todo o horizonte de conhecimentos que caem, ou podem cair, no terreno da “propriedade intelectual”. TRIPS protege os direitos do detentor das patentes, o que parece justo. Quando se trata de produtos de saúde, a questão se torna mais complexa pela simples razão que a demanda é exigida pela Constituição da OMS, segundo a qual gozar do melhor estado de saúde possível constitui um direito fundamental do ser humano, princípio adotado posteriormente por toda a arquitetura de Direitos Humanos. Mas como garantir esse direito se são interpostos os direitos inscritos em TRIPS? A pergunta sugere uma dicotomia entre saúde e economia, mas todos já viram, ou deveriam ver pela leitura dos dados econômicos, de que se trata de uma falsa dicotomia. Não há economia sem saúde, o que normalmente deveria ser óbvio, mas é gritante em tempo de pandemia. Seria razoável, então, esperar um afrouxamento das regras de propriedade intelectual. Esse é, no entanto, o problema.

O afrouxamento das regras contidas em TRIPS estão contempladas nas chamadas flexibilidades para uso de licenciamento compulsório. O artigo 31, intitula-se “Outro uso sem autorização do titular” e reza o seguinte: *quando a legislação de um Membro (Estado) permite outro uso do objeto da patente sem autorização de seu titular,..., as seguintes disposições serão respeitadas: ... (f) esse uso será autorizado predominantemente para suprir o mercado interno do Membro que autorizou.* A tradução para o português coloquial diz que o objeto da patente, um medicamento por exemplo, pode ter sua demanda elevada por questões de saúde pública. Faz-se necessário, portanto, licenciar (suspender) compulsoriamente a patente com vistas a diminuir o seu custo para a saúde pública. A alínea (f) autoriza esse “outro” uso,

desde que limitado ao mercado interno. O fato, contudo, é que muitos países carecem de facilidades de produção e assim todo aquele artigo era relevante somente para os países que sim detinham as capacidades tecnológicas requeridas.

Ante o absurdo da situação foi preciso emendar o Acordo com um Artigo 31 bis que reza assim: *as obrigações de um Membro exportador sob o Artigo 31 (f) não serão aplicáveis quando este conceder licença compulsória na extensão necessária para a fabricação de produtos farmacêuticos e sua respectiva exportação para um Membro elegível, conforme os termos estabelecidos no parágrafo 2 do Anexo deste Acordo.* A redação foi reproduzida *in totum* para que o leitor se dê conta de quão convoluta é a questão. De novo, em português coloquial o que se quer dizer é que se um país não tem capacidade de produção pode solicitar licenciamento compulsório, por razões de saúde pública, para que um terceiro país produza e exporte o medicamento em questão. Muitos se recordarão que o Brasil solicitou, e obteve, o licenciamento compulsório do anti-retroviral Efavirenz para o tratamento do HIV/AIDS, em 2007. Dois meses depois de obtido o licenciamento, que envolveu quase toda a estrutura do Estado, o Efavirenz produzido na Índia chegou à Fiocruz que, depois, por engenharia reversa conseguiu produzi-lo localmente. O processo todo de licenciamento compulsório é complexo e demorado e não é sem custo, pois o detentor da patente tem que ser, obrigatoriamente, compensado. A coisa toda pode complicar-se muito quando estão em jogo várias patentes em um mesmo produto, insumos ou processos.

O regime de TRIPS é complexo e severo e as flexibilidades permitidas são de tal ordem que quase são impossíveis de conseguir em tempos normais, mais ainda em pandemia. Não é por outra razão que várias vezes se levantam para pedir a suspensão dos direitos de propriedade intelectual por parte das detentoras das patentes.

Existem atualmente dois grandes grupos de vacinas contra a Covid-19: i) as de tipo tradicional, com vírus inativado (Coronavac) ou algum adenovírus não-replicante (Astra-Zeneca, Sputnik V, Jensen); ii) as de tipo avançado (tecnologia mRNA, Pfizer e Moderna).

As cadeias de produção e distribuição de vacinas não estão dando conta da demanda mundial por vacinas contra a Covid-19. Uma solução poderia ser a plena utilização da capacidade instalada para aumentar a produção. Essa solução não se refere somente à eventual capacidade ociosa das grandes empresas farmacêuticas, mas ao universo de unidades que poderiam passar a produzir, ao menos, as vacinas de tipo tradicional. Para isso teriam que ser executadas as flexibilidades de TRIPS e obter os licenciamentos compulsórios necessários. O número daqueles licenciamentos seria muito grande e envolveria complexidades nunca antes experimentadas, uma vez que o Acordo TRIPS nunca previu a possibilidade de uma pandemia. Recorde-se que o Artigo 31bis foi uma emenda que veio a reboque da epidemia do HIV/AIDS, em dezembro de 2005, quatro anos após a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Global.

A questão da inequidade no acesso a vacinas se faz premente em vários quadrantes, com indignação decidida ou com timidez tímida, que é uma tautologia, mas é assim. Como exemplo desta última veja-se a Declaração Política sobre Acesso Equitativo a vacinas contra a Covid-19, lançada em 26 de março, apoiada por 181 países¹. A Declaração diz que os signatários prometem tratar (*we pledge to treat*) a imunização contra a Covid-19 como um

¹ O texto da Declaração pode ser acessado em <https://www.un.org/pga/75/wp-content/uploads/sites/100/2021/03/PGA-letter-The-Political-Declaration-on-Equitable-Global-Access-to-COVID-19-Vaccines.pdf>. O Brasil assinou a Declaração.

bem público global. Trata-se, portanto, de uma promessa, ou mais uma. Palavras ao vento, como folhas secas. Diz estar comprometida com a solidariedade e a intensificação da cooperação internacional e faz um chamamento para financiar a facilidade Covax. A timidez tímida salta quando trata da questão central, i.e., do aumento da produção de vacinas por meio de transferência de tecnologia e know-how por meio das regras de licenciamento da OMC e das flexibilidades de TRIPS. Mas como se viu acima, o problema é justamente ajustar-se às regras da OMC e aos licenciamentos previstos em TRIPS. Em pandemia o tempo presente é tudo. O amanhã pode não vir.

O Conselho Econômico e Social (ECOSOC) convocou uma reunião virtual de Alto Nível, em 16 de abril, intitulada “Uma vacina para todos”. O resultado da reunião é uma declaração do Presidente do Conselho². O texto é uma mistura de timidez que quer continuar a ser tímida e timidez que quer deixar de sê-lo. Ao tratar da urgência de aumentar a produção mundial de vacinas praticamente repete a Declaração anterior. Em seguida, no entanto, afirma que as empresas farmacêuticas querem proteger os seus direitos de PI para financiar a custosa pesquisa, no caso das vacinas para Covid-19, grande parte da pesquisa e do desenvolvimento foram financiadas com recursos públicos. Nesse contexto, diz a declaração do Presidente, a suspensão de direitos deve ser explorada com a máxima urgência³. Em outra parte diz que da maior importância da perspectiva moral, da equidade e da saúde que as vacinas sejam distribuídas de maneira equitativa. Esse é o ponto mais alto de indignação, pois é mais que evidente que a questão central é a falência da moral, aqui tratada de maneira lateral, quase *en passant*.

Em 2 de outubro, de 2020, África do Sul e Índia apresentaram ao Conselho de TRIPS comunicado pelo qual solicitam àquele Conselho que o mesmo recomende ao Conselho Geral suspensão temporária das seções 1, 4, 5 e 7 da Parte II do Acordo de TRIPS com vistas a prevenir, conter e tratar a Covid-19.

O comunicado: i) informa que a suspensão deve durar até que se alcance a imunização mundial contra a Covid-19; ii) solicita ao Conselho de TRIPS que recomende ao Conselho Geral⁴ a adoção do projeto de resolução sobre a matéria, anexado ao comunicado. O projeto de resolução conta hoje com o apoio de mais de 100 países (Brasil não).

As seções 1, 4, 5 e 7 da Parte II do Acordo de TRIPS a que se refere o comunicado são muito técnicas para serem tratadas aqui. O importante é que cobrem um amplo espectro de direitos que teriam de ser suspensos para tornar factível a propalada necessidade de aumentar a produção de vacinas, bem como de todo o espectro de produtos essenciais para tanto. Trata-se de universo extenso de direitos, que incluem desde os de autor, como programas de computador que armazenam conhecimentos, dados e estatísticas, a marcas, desenhos

² A declaração do Presidente pode ser acessada em <https://www.un.org/ecosoc/sites/www.un.org.ecosoc/files/files/en/2021doc/ecosoc-special-meeting-vaccines-cn.pdf>

³ Esse parágrafo é de tão grande importância que merece ser reproduzido na íntegra, no original em inglês: *While pharmaceutical companies aim to protect their intellectual property to fund their expensive research, in the case of the COVID vaccine, a large amount of R&D funding came from public sources. Therefore, a temporary WTO waiver from certain obligations of the Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS) must be explored with utmost urgency in order to fully utilize global manufacturing capacity.*

⁴ A instância decisória mais alta da OMC é a Conferência de Ministros, a que se subordina o Conselho Geral e a este o Conselho de TRIPS.

industriais (como máscaras, respiradores, sensores, EPIs, etc.), patentes e informação confidencial não divulgada pelo detentor da patente.

Mesmo um país como o Brasil que tem um parque industrial de importância relativa, as necessidades da saúde deverão resultar na importação de US\$ 20 bilhões, somente neste ano de 2021, cifra equivalente ao orçamento do SUS. O Doutor Carlos Gadelha, Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz apresentou essa situação à Câmara dos Deputados, em 8 de abril, *em sessão dedicada à quebra de patentes das vacinas para o combate ao vírus da Covid-19*. Segundo Gadelha, 90% dos ingredientes farmacêuticos ativos (IFAs) são importados pelo Brasil. De igual maneira, 80% dos equipamentos, como ventiladores, sensores e seus componentes também têm que ser importados. 60% dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) são importados. E que conste que o Doutor Gadelha não passou naquela sessão um raio-X detalhado sobre todas as necessidades que poderiam ser supridas pelo complexo industrial da saúde se tivéssemos políticas de Estado para tanto.

Cabe ressaltar que o comunicado de África do Sul e Índia solicitam a suspensão dos direitos como decisão unilateral das empresas, não por meio das flexibilidades contidas no Acordo de TRIPS. Suspensão, por tanto, com base moral, que é a única que contaria, uma vez que a outra não serve em tempo de pandemia. O comunicado não é uma peça de indignação, é antes um atestado de lucidez e pragmatismo e incluiria a possibilidade de produção em terceiros países a produção das vacinas tradicionais, bem como aquelas de última geração como as Pfizer e Moderna.

Como um pêndulo, alguns países preferiram algo mais tímido. Em 12 de abril foi apresentado por Austrália e outros (Brasil) no âmbito da OMC o comunicado intitulado *“Enhancing the role of the WTO in the global effort toward the production and distribution of Covid-19 vaccines and other medical products”* (grifo nosso). O comunicado solicita que se identifiquem e sanem os obstáculos para aumentar a produção de vacinas e outros produtos de saúde, recordando o direito dos Estados de fazer uso das flexibilidades contidas em TRIPS, sem menção à Declaração de Doha, ou seja, caberia aos Estados apelar para aquela alternativa complexa e demorada e de resultado incerto. É mais ou menos dizer deixe tudo como está. Há, no entanto, um elemento que solicita a facilitação para a realização de parcerias com a iniciativa privada, se esta quiser, evidentemente. Nada mais.

Em 14 de abril, conclui-se a reunião da OMC “Covid-19 and Vaccine Equity: what can the WTO contribute? ”. Entre as intervenções cabe destacar as do DG da OMS, da USTR e do DG da OMC.

O DG da OMS destacou que até o presente mais de 800 milhões de doses de vacinas foram administradas: 83% para economias de alta e média renda, 0,2% para economias de baixa renda. Nesse contexto, urge aumentar a produção de vacinas e construir (sic) plataforma para a produção sustentável de vacinas para apoiar a segurança regional em saúde. Segundo o DG, alguns produtores começaram a compartilhar conhecimentos e tecnologias, mas em bases muito limitadas e restritivas. As parcerias (mencionadas no comunicado de Austrália e outros) sequer se aproximariam da necessidade para a saúde global. O DG pede que se utilizem plenamente todas as medidas, inclusive as flexibilidades de TRIPS e as suspensões contidas no Comunicado de África do Sul e Índia. Por último, o DG da OMS solicita o apoio de todos ao projeto de resolução que será submetido à Assembleia Mundial da Saúde, em maio, no sentido de fortalecer a produção local de medicamentos e outras tecnologias associadas à saúde. Este

último ponto é importante pois vai na mesma direção do necessário incentivo ao complexo industrial da saúde.

A USTR, talvez para surpresa de muitos, mostrou grande empatia com as perdas e sofrimento provocados pela pandemia. As inequidades testemunhadas no acesso a vacinas, entre economias avançadas e economias em desenvolvimento é inaceitável (sic), segundo a Representante. O desafio não é apenas dos governos, mas também da indústria, asseverou, sinalizando que as grandes empresas farmacêuticas devem abrir mão de seus lucros exorbitantes. E para não deixar dúvida, afirma que em tempo de crise os mais altos padrões de coragem e sacrifício são exigidos de todos, inclusive da indústria. E de maneira muito franca recorda a Declaração de Doha, esquecida por Austrália et al., de que a mesma nasceu de uma crise. Afirma que muitos aspectos da OMC e suas regras (não menciona TRIPS) estariam a merecer revisão e espera que as lições do passado conduzam a avanços e progressos e não aos mesmos erros. Ao encerrar sua intervenção lançou uma frase que espelha a mudança de postura da Administração Biden: *“Let’s motivate to seize the opportunities presented now to take a renewed look at reforming the WTO, and enable it to be a force to bring about a better and fairer world”*(grifo nosso). A USTR teria dito ademais, em reunião reservada, ante o sofrimento das pessoas (*our people*, é o que consta da nota divulgada por Político Pro) as empresas têm uma oportunidade de ser os heróis que elas dizem ser, e podem ser, linguagem ao menos estranha à usualmente utilizada por seus antecessores.

No mesmo sentido, em 15 de abril, o Financial Times publicou carta de 175 ex-líderes (Gordon Brown, François Hollande) e prêmios Nobel (Joseph Stiglitz) endereçada ao Presidente Biden, pela qual solicitam medidas urgentes para suspender os direitos de PI para vacinas.

A DG da OMC, havia oferecido antes da reunião uma terceira via para a questão das patentes relativas à Covid-19 (nem a posição inflexível da indústria, nem a proposta de África do Sul e Índia). Segundo relatos não formais, a DG teria dito em sua fala inicial, que existe muita desigualdade no acesso a vacinas, o que é inaceitável. As nações pobres não dispõem de suficientes vacinas neste momento (que é o único que interessa). Falou das complexidades de produção, da necessidade de transferência de tecnologia e da precisão de estabelecer capacidades em outras partes do mundo. A fala da DG parecia ressuscitar o espírito da Nova Ordem Econômica Internacional e da necessidade de compartilhar experiências de pesca. Misteriosamente, no entanto, a fala inaugural da DG, cheia de esperança, foi retirada do sítio da OMC, levada seguramente como folha seca para ser esquecida.

Sem parábolas e sem ensinamentos de pesca é difícil sobreviver à pandemia. Mas o vento que sopra não leva somente folhas secas. Traz um sopro de esperança nas inusitadas palavras da USTR, que ainda silenciosas com respeito à suspensão proposta por África do Sul e Índia, parecem revelar uma mudança de tom na política exterior do Presidente Biden, ainda amarrada aos interesses da Big Pharma, mas dando sinais de querer soltar-se. A conferir.

Resposta da OMS e OPAS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

Dia 14 de Abril foi o segundo ano do “Dia Mundial da Doença de Chagas”. As Mensagens-chave da campanha e chamada à ação foram:

- A prevalência da doença de Chagas está principalmente entre populações pobres da América Latina continental, mas está sendo cada vez mais detectada em outros países e continentes. 6 a 7 milhões de pessoas são infectadas com a doença de Chagas em todo o mundo, com cerca de 10 mil mortes, todos os anos.
- A doença de Chagas é frequentemente chamada de "doença silenciosa e silenciada", pois a maioria infectada não tem sintomas (ou sintomas leves). Além disso, afeta principalmente pessoas pobres que não têm voz política ou acesso a cuidados de saúde. 75 milhões de pessoas estão atualmente em risco de infecção.
- A doença de Chagas muitas vezes não é diagnosticada ou diagnosticada em um estágio tardio. Se você mora ou viajou para uma área com risco de transmissão da doença de Chagas, ou se você tem algum sintoma, consulte o seu médico.
- Para prevenir infecções, proteja a si mesmo e sua casa dos insetos conhecidos como insetos de beijo, entre muitos outros nomes locais, ou insetos triatomíneos.
- Seja atencioso e gentil com as pessoas infectadas.
- O diagnóstico precoce e o tratamento podem salvar vidas.

A solenidade do Dia Mundial da doença de Chagas 2021 no Brasil foi promovida pela Fiocruz e muitos instituições e personalidades dessa área da Saúde Pública. Como parte dos eventos foi lançado o Projeto CUIDA Chagas - Comunidades Unidas para Inovação, Desenvolvimento e Atenção para a doença de Chagas que é uma parceria da Fiocruz com a Unitaid e o Ministério da Saúde do Brasil. O Projeto é coordenado por Andréa Silvestre, investigadora principal do Consórcio Chagas e chefe do Laboratório de Pesquisa Clínica em Doença de Chagas do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz). O Projeto está endossado pelos Ministérios da Saúde de Bolívia, Brasil, Colômbia e Paraguai, e compreende atores-chave no panorama da saúde pública de cada um dos quatro países que o compõe e conta com o apoio técnico da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O projeto apresentará uma abordagem abrangente e integrada através de uma combinação entre pesquisa de implementação e protocolos de inovação, para chegar ao objetivo de contribuir para a eliminação da transmissão congênita da doença de Chagas.

A OMS lançou a nova edição do manual técnico sobre política e administração de impostos sobre o tabaco.

Segundo Jeremias N. Paul Jr do Departamento de Promoção da Saúde da OMS, “este novo manual fornece orientações atualizadas, claras e práticas para formuladores de políticas, funcionários de entidades financeiras, autoridades fiscais, funcionários aduaneiros e outros envolvidos na política fiscal do tabaco para criar e implementar as políticas de tributação do tabaco mais fortes para seus países e esperamos que ele deixe claro as vantagens significativas sobre o aumento da tributação do tabaco ”

Segundo o documento apenas 38 países, cobrindo 14% da população global, tinham impostos suficientemente altos sobre o tabaco - o que significa tributar pelo menos 75% do preço desses produtos prejudiciais à saúde. Ao implementar políticas comprovadas como os impostos sobre o tabaco, os custos criados pela indústria do tabaco para comunidades e nações locais podem ser evitáveis. É uma vitória para a saúde da população, receita e para o desenvolvimento e equidade. Os impostos sobre o tabaco salvam vidas, mobilizam recursos, abordam iniquidades em saúde, reduzem os encargos e custos do sistema de saúde e visam fatores de risco que ajudam na implementação da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Uma nota positiva foi o lançamento pelo embaixador da Boa Vontade da Organização Mundial da Saúde (OMS), o goleiro campeão Alisson Becker, da Campanha "Give a Breath for Health", lançada no Dia Mundial da Saúde para iniciar o esforço global para a compra de oxigênio e outros suprimentos e terapêuticas que salvam vidas. Essa campanha global visa arrecadar fundos para apoiar a entrega de oxigênio e outros suprimentos que salvam vidas para unidades de saúde que tratam pacientes com COVID-19 em todo o mundo.

A primeira doação para a campanha "Dê um fôlego para a Saúde" contribuirá com o abastecimento para as localidades da Amazônia e colaborará com os esforços do escritório regional da OMS para as Américas, em apoio ao Ministério da Saúde do Brasil e à Secretaria estadual de Saúde do Amazonas. As máscaras de ventilação não invasivas para pessoas internadas serão entregues em oito municípios do estado do Amazonas: Coari, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé.

Ao lançar a campanha Alisson disse "Sou um brasileiro orgulhoso e desejo ao meu povo a melhor saúde possível. Trabalhando juntos podemos superar esse momento difícil e farei o possível para ajudar meu país, minha Região e o mundo, durante a crise do COVID-19; embora as vacinas ofereçam grande esperança a muitos países ao redor do mundo, ainda há uma necessidade desesperada em muitas áreas de suprimentos de medicamentos e equipamentos essenciais, incluindo oxigênio, para ajudar a manter as pessoas vivas em nossos hospitais e clínicas."

A Diretora da OPS disse: "Estamos preocupados com a situação nas Américas, onde um aumento nos casos de COVID-19 está fazendo com que algumas áreas experimentem taxas de ocupação muito altas em unidades de terapia intensiva e colocando os sistemas de saúde em risco de colapso".

Em relação à situação epidemiológica global, os novos casos de COVID-19 subiram pela sétima semana consecutiva, com mais de 4,5 milhões de novos casos notificados na última semana (Figura 1). O número de novas mortes aumentou pela quarta semana consecutiva, aumentando 7% em relação à semana passada, com mais de 76 mil novas mortes notificadas. Os maiores aumentos na incidência de casos foram observados no Sudeste Asiático (principalmente na Índia) e nas regiões do Mediterrâneo Oriental (Tabela 1). Todas as regiões, com exceção da Região Africana e das Américas, relataram aumento no número de mortes, com o maior aumento de 189% da Região do Pacífico Ocidental (em grande parte impulsionada por um aumento acentuado de novas mortes nas Filipinas), seguida por 47% no Sudeste Asiático.

Figura 1. COVID-19 casos notificados semanalmente pela Região da OMS, e mortes globais, a partir de 11 de abril de 2021**

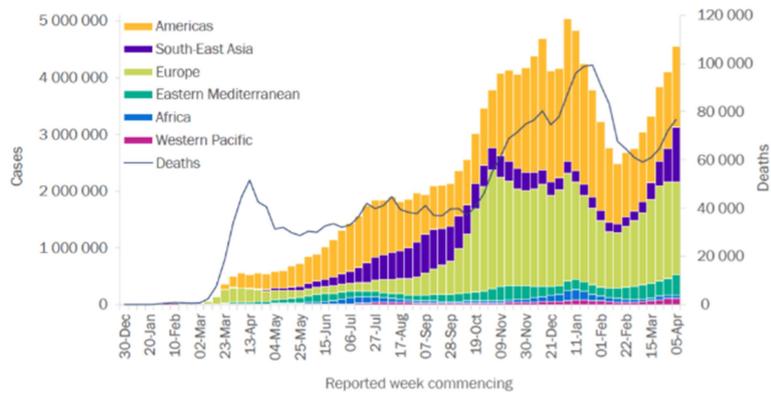


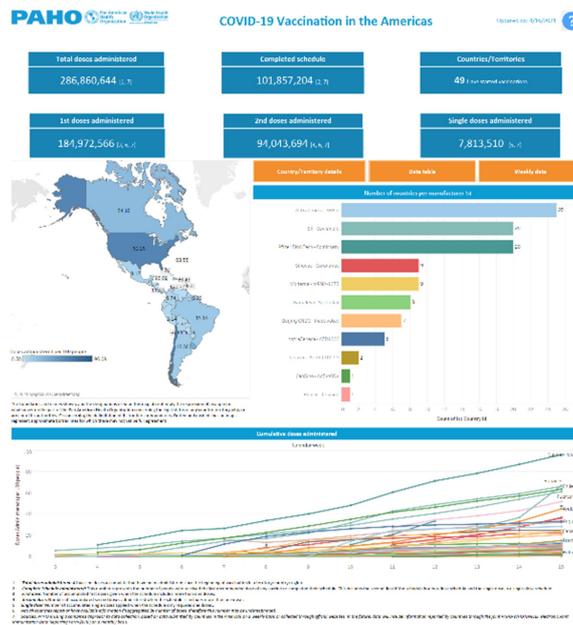
Table 1. Newly reported and cumulative COVID-19 cases and deaths, by WHO Region, as of 11 April 2021**

WHO Region	New cases in last 7 days (%)	Change in new cases in last 7 days *	Cumulative cases (%)	New deaths in last 7 days (%)	Change in new deaths in last 7 days *	Cumulative deaths (%)
Americas	1 427 623 (31%)	5%	58 025 495 (43%)	36 599 (48%)	-2%	1 405 254 (48%)
Europe	1 630 624 (36%)	-4%	47 547 449 (35%)	26 853 (35%)	7%	1 008 251 (35%)
South-East Asia	965 591 (21%)	63%	16 177 826 (12%)	6 331 (8%)	47%	228 385 (8%)
Eastern Mediterranean	364 456 (8%)	22%	8 057 550 (6%)	4 398 (6%)	19%	165 010 (6%)
Africa	50 710 (1%)	-14%	3 171 006 (2%)	1 022 (1%)	-5%	79 545 (3%)
Western Pacific	111 833 (2%)	6%	2 077 516 (2%)	1 570 (2%)	189%	33 474 (1%)
Global	4 550 837 (100%)	11%	135 057 587 (100%)	76 773 (100%)	7%	2 919 932 (100%)

*Percent change in the number of newly confirmed cases/deaths in past seven days, compared to seven days prior
 **See Annex: Data, table and figure notes

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPAS)

A OPAS continua acompanhando a vacinação nas Américas e posta um gráfico de fácil visualização dos avanços na distribuição e aplicação de vacinas na Região.



G77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

Em 1965, as Nações Unidas estabeleceram uma agenda para incentivar o desenvolvimento, resultando na criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em 1974, a Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) aprovou a criação de uma unidade especial dentro do PNUD para promover a cooperação técnica entre países em desenvolvimento. Em 1978, com o Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA) foi possível estabelecer a Unidade Especial das Nações Unidas para a cooperação Sul-Sul. Em 2012, essa unidade foi elevada à categoria de Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC).

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

De acordo com o UNOSSC, a cooperação Sul-Sul pode ser definida como uma troca de conhecimentos e recursos político, econômico, social, cultural, ambiental ou técnico entre países em desenvolvimento. Pode ocorrer em uma base bilateral, regional, sub-regional ou inter-regional e pode envolver dois ou mais países em desenvolvimento.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaques do UNOSSC

Entre os dias 17 e 19 de março de 2021 foi realizada virtualmente, a 12ª Edição do Fórum Diretores Gerais de Alto Nível para a Cooperação para o Desenvolvimento (Fórum DG).

O Fórum DG é uma plataforma para a cooperação Sul-Sul que oferece uma oportunidade de propor uma maior integração da cooperação Sul-Sul e triangular e está aberto a todos os atores interessados envolvidos na cooperação Sul-Sul e na cooperação triangular.

O 12º Fórum DG reuniu líderes de agências de cooperação de governos nacionais, proporcionando uma oportunidade para a troca de informações, abordagens e metodologias de cooperação Sul-Sul e triangular e serviu para combinar a oferta com a demanda e fortalecer ainda mais as parcerias.

O Fórum DG foi lançado em 2008 como um workshop para profissionais da cooperação Sul-Sul e triangular, coorganizado pelo UNOSSC e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Em 2018, o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BDIS) se juntou como

coorganizador do Fórum do DG. A 12ª Edição DG Fórum foi a primeira a ocorrer no contexto da pandemia do COVID 19.

Com base nos resultados do Fórum DG de 2019, durante o qual discutiu-se extensamente sobre a importância de instituições ou ecossistemas nacionais mais fortes para a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular, o Fórum 2021 foi uma oportunidade para avaliar o progresso na implementação do BAPA + 40 e para a discussão sobre as formas e abordagens para fortalecer a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular, levando em consideração as novas tendências e oportunidades, bem como os desafios em evolução que a cooperação para o desenvolvimento pode enfrentar no médio a longo prazo.

Após o documento final BAPA + 40 e da Década de Ação para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o mundo, inesperadamente, começou a lidar com a pandemia global do COVID-19 e suas consequências socioeconômicas negativas.

Muitos governos instituíram medidas para diminuir a taxa de contágio. Apesar dos intensos esforços e da introdução de várias vacinas em todo o mundo, muitos países continuam sua luta para conter a pandemia, enfrentando a segunda e a terceira ondas em várias regiões.

Além do impacto imposto aos sistemas de saúde, a pandemia também se reflete em danos sem precedentes à economia global, chamando à atenção para os efeitos de longo prazo sobre o progresso que muitos países fizeram para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nota-se que muito dos avanços obtidos para a redução da pobreza, combate à fome e fortalecimento dos sistemas de saúde foram revertidos, o que deverá levar a um reajuste nas prioridades da “Década de Ação”.

Desnecessário dizer que, desde o início da pandemia, surgiram muitos desafios para a Cooperação Sul-Sul e triangular e em particular a cooperação para o desenvolvimento em geral.

Entre os dias 1 e 4 de junho de 2021 será realizada a 20ª Sessão do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul

Esta reunião irá analisar o progresso feito na implementação do Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA), a estratégia de novos rumos para a cooperação Sul-Sul, o documento final da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul de Nairobi e o documento final da 2ª Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul realizada em Buenos Aires (BAPA + 40). No dia 11 de maio de 2021, haverá uma reunião preparatória para esta 20ª Sessão do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul.

Os delegados, neste primeiro encontro do Comitê de Alto Nível pós BAPA + 40, também irão considerar as ações de acompanhamento (*follow up*) das sessões anteriores do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, destacando a 19ª sessão, realizada em 2016.

As deliberações também enfocarão as ações decorrentes do Relatório do Secretário-Geral durante 19ª sessão (SSC/19/2), que continha uma proposta abrangente sobre formas concretas de melhorar o papel e o impacto do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, bem como as principais medidas tomadas para melhorar a coordenação de apoio das Nações Unidas à cooperação Sul-Sul.

A pedido do Secretário-Geral, o UNOSSC coordenou a preparação da estratégia Sul-Sul para todo o sistema das Nações Unidas sobre cooperação Sul-Sul e triangular para o desenvolvimento sustentável, com o envolvimento do Mecanismo Interinstitucional das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul e triangular e outras partes interessadas. Conforme solicitado pelo resultado do BAPA + 40 (A/RES/73/291, parágrafo 27 (f)), os Estados Membros serão informados sobre a Estratégia durante a 20ª Sessão do Comitê de Alto Nível.

Grupo do G77

O Grupo dos 77 (G77) foi criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento. Atualmente o G77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas.

Sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e assim aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G77 se tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. É importante ressaltar que a China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G77 + China.

A República da Guiné assumiu a presidência do G77 em janeiro de 2021, por um período de um ano.

Últimas declarações do G-77 e China

Entre os dias 20 de março e 07 de abril de 2021, o G-77 e a China participaram e se manifestaram em 2 sessões na primeira parte 75ª sessão do 5º Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas. Este Comitê é também conhecido como Comitê Administrativo e Orçamentário ou C5. É um dos seis principais comitês da Assembleia Geral das Nações Unidas. Trata de assuntos administrativos e orçamentários internos da ONU.

24 de março de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o orçamento-programa para 2021 e o pedido de subvenção ao tribunal especial do Líbano

O G77 e a China enaltecem o trabalho do Tribunal Especial para o Líbano que sempre honrou com suas obrigações financeiras para a justiça internacional e o estado de direito desde seu estabelecimento em 2007. Infelizmente, neste momento, prevalecem circunstâncias especiais que deixaram o governo do Líbano incapaz de cumprir com sua parcela de 49% das contribuições para o orçamento do tribunal em 2021. O Líbano tem testemunhado uma crise socioeconômica e financeira sem precedentes, resultando na inadimplência do país, pela primeira vez em sua história, com suas dívidas, bem como em contribuições para o Tribunal. Esta crise foi ainda mais exacerbada pela explosão que destruiu o seu principal porto comercial, em Beirute no dia 4 de agosto de 2020, bem como a pandemia COVID-19. Embora o G77 e a China apreciem os Estados membros que vêm contribuindo voluntariamente para o Tribunal ao longo dos anos, também está consciente da incapacidade de alguns doadores de se comprometerem a contribuir no mesmo nível de anos anteriores.

O G77 e a China também estão cientes dos enormes esforços feitos pelo tribunal para reduzir seu orçamento para 2021 em 37 por cento em comparação com o orçamento aprovado para 2020. Também estão a par e encorajam o desenvolvimento de um Plano Estratégico para implementar mudanças estruturais, procedimentais e gerenciais para garantir a máxima eficiência processual na conclusão das atividades judiciais do Tribunal. No entanto, o G77 e a China estão profundamente preocupados com o fato de que a posição financeira do Tribunal continua incerta e que com os recursos disponíveis, atualmente, ele é capaz de sustentar suas operações apenas até o final de abril de 2021. O comprometimento financeiro do Tribunal teria impactos profundamente negativos na busca por justiça para o povo do Líbano e do mundo. Também seria prejudicial à independência do Tribunal e criaria um precedente alarmante e desfavorável para as jurisdições criminais e o sistema judiciário internacionais e híbridos.

Por esta razão, o G77 e a China apoiam firmemente o povo do Líbano e a justiça internacional e insta todos os Estados Membros a fazerem o mesmo, aprovando a subvenção no nível solicitado pelo Secretário-Geral para complementar o orçamento do Tribunal para 2021, entendendo que a subvenção será posteriormente reembolsada através das contribuições voluntárias excedentes recebidas pelo Tribunal.

26 de março de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no encerramento da quinta comissão para a primeira parte da retomada da 75ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Completo um ano desde que se iniciaram as negociações virtuais devido à pandemia COVID-19. Adaptamos e conseguimos realizar acordos através dos meios virtuais de condução dos trabalhos deste Comitê. No entanto, temos testemunhado que nem sempre foi possível obter bons resultados em muitos itens da agenda, e que o contato pessoal e a comunicação face a face entre as delegações é vital e necessário para alcançar um equilíbrio.

O G77 e a China estão satisfeitos por terem chegado a um consenso sobre alguns itens da agenda e apreciam os esforços feitos por todos os negociadores para finalizar acordos para as Condições de Serviços dos Juizes, a configuração jurisdicional do Sistema Comum, o Relatório sobre o Programa de Trabalho da Unidade de Inspeção Conjunta e as Normas para as viagens aéreas.

No entanto, estamos seriamente preocupados com os resultados da subvenção para o Tribunal Especial no Líbano e as instalações do Centro de Conferências do Escritório das Nações Unidas em Nairobi/Quênia que estão abaixo da média e colocam em risco a implementação real das atividades nesses postos de trabalho. Acreditamos que, em diferentes circunstâncias, esses resultados poderiam ter sido melhores. Pelo Escritório das Nações Unidas em Nairobi/Quênia continuamos a expressar nossa preocupação de que este importante posto de trabalho do sistema das Nações Unidas não esteja recebendo todo o apoio necessário para garantir que suas instalações de conferência estejam em igualdade de condições com as de outros postos de trabalho, incluindo a sede. Para o Tribunal Especial no Líbano, esperamos sinceramente que a decisão não resulte na falta desnecessária de recursos do Tribunal e inevitavelmente tendo que novamente considerar um pedido adicional.

O G77 e a China manifestam sua profunda decepção pela falta de acordo sobre os relatórios do item sobre a Gestão de Recursos Humanos. Esforçamo-nos para chegar a um acordo, mudando nossas posições tradicionais e apesar dos nossos esforços construtivos, isso não foi suficiente e mais uma vez, este item foi adiado.

Esperamos que no próximo ano possamos trabalhar de maneira inclusiva, a fim de finalmente alcançar uma conclusão satisfatória deste item da agenda e, em particular, para garantir que as políticas orientadas para a ação no sentido de alcançar uma representação geográfica equitativa no Secretariado da ONU.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Atualmente, também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador. De 2019 a 2022, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão

Atualização do MNA

Duas resoluções iniciadas pelo MNA foram adotadas na 46ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, são elas:

1) A República do Azerbaijão, em nome do Movimento dos Não-Alinhados (MNA), juntamente com o Equador, iniciou a resolução intitulada “Garantir o acesso equitativo, acessível, oportuno e universal para todos os países à vacinas em resposta à pandemia da doença do coronavírus (COVID-19)” durante a 46ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Em 22 de março de 2021, o Conselho de Direitos Humanos adotou a resolução por consenso com 136 votos. Com a referida resolução, o Conselho de Direitos Humanos encorajou os Estados e outras partes interessadas relevantes a tomarem as medidas necessárias e adequadas para garantir o acesso justo, transparente, equitativo, eficiente, universal e oportuno para a distribuição segura, de qualidade, eficaz e acessível à vacina contra o COVID 19 permitindo uma cooperação internacional.

2) A República do Azerbaijão, na qualidade de Presidente do NAM, apresentou a resolução “O impacto negativo de medidas coercivas unilaterais para o usufruto dos direitos humanos” e que foi adotada pelo Conselho de Direitos Humanos em sua 46ª sessão em 23 de março de 2021.

Sobre as atividades no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU e Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global

Armando De Negri Filho

Uma visão geral sobre o Conselho de Direitos Humanos da ONU

O Conselho de Direitos Humanos da ONU foi criado em 2006 e é composto por 47 Estados-Membros, que são eleitos pela maioria dos membros da Assembleia Geral das Nações Unidas por meio de votos diretos e secretos. A Assembleia Geral leva em conta a contribuição dos Estados candidatos para a promoção e proteção dos direitos humanos, bem como promessas e compromissos voluntários a esse respeito. A adesão ao Conselho baseia-se na distribuição geográfica equitativa. Os assentos são distribuídos da seguinte forma:

1. Estados Africanos: 13 lugares
2. Estados da Ásia-Pacífico: 13 lugares
3. América Latina e Caribe: 8 lugares
4. Europa Ocidental e outros Estados: 7 lugares
5. Estados do Leste Europeu: 6 lugares.

Os membros do Conselho servem por um período de três anos e não são elegíveis para a reeleição imediata depois de cumprir dois mandatos consecutivos.

Membros atuais do Conselho de Direitos Humanos para o 15º ciclo, 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, com seus anos de expiração do mandato:

Argentina 2021, Armênia 2022, Áustria 2021, Bahamas 2021, Bahrein 2021, Bangladesh 2021, Bolívia 2023, Cameroun 2021, Burkina Faso 2021, Bulgária 2021, Brasil 2022, China 2023, Cuba 2023, Costa do Marfim 2023, República Tcheca 2021, Dinamarca 2021, Eritreia 2021, Fiji 2021, França 2023, Gabão 2023, Alemanha 2022, Indonésia 2022, Índia 2021, Malawi 2032, Japão 2022, Líbia 2022, Itália 2021, Ilhas Marshall 2022, Maurítânia 2022, Namíbia 2022, México 2023, Nepal 2023, Paquistão 2023, Holanda 2022, Polônia 2022, Filipinas 2021, República da Coreia 2022, Sudão 2022, Federação Russa 2023, Senegal 2023, Somália 2021, Togo 2021, Uruguai 2021, Venezuela 2022, Ucrânia 2032, Reino Unido 2023, Uzbequistão 2023.

A adesão ao Conselho implica a responsabilidade de defender altos padrões de direitos humanos. Este é um critério sobre o qual os próprios Estados insistiram quando aprovaram a resolução 60/251, em março de 2006, para criar o Conselho de Direitos Humanos.

Até 1º de Janeiro de 2020, 117 Estados-Membros da ONU serviram como membros do Conselho de Direitos Humanos, refletindo desta forma a diversidade das Nações Unidas, e a legitimidade do Conselho em decidir sobre as violações dos direitos humanos em todos os países.

A Mesa do Conselho é composta por cinco pessoas - um presidente e quatro vice-presidentes - representando os cinco grupos regionais. Estes servem por um período de um ano, de acordo com o ciclo anual do Conselho.

Nazhat Shameem Khan, eleita em 2021 como Presidente do 15º Ciclo, serviu desde 2014 como Representante Permanente de Fiji junto ao Escritório das Nações Unidas em Genebra.

O Conselho de Direitos Humanos tem três sessões regulares por ano, para um total de pelo menos 10 semanas. Acontecerá em março (quatro semanas), junho (3 semanas) e setembro (três semanas).

Se solicitado por um terço dos Estados-Membros, o Conselho de Direitos Humanos pode, a qualquer momento, decidir realizar uma sessão especial para abordar violações e emergências em direitos humanos. Sessões regulares de 2021:

48ª Sessão -13 de setembro de 2021 / 1º de outubro de 2021

47ª Sessão - 21 de junho de 2021 / 9 de julho de 2021

46ª Sessão -22 de fevereiro de 2021 / 23 de março de 2021

1. Discurso da Embaixadora Nazhat Shameem Khan, Presidente do 15º Ciclo do Conselho de Direitos Humanos da ONU – "Perspectivas e Prioridades do Conselho de Direitos Humanos em 2021". 08.02.21

[Prospects and priorities for the Human Rights Council in 2021 | Universal Rights Group \(universal-rights.org\)](https://www.unhcr.org/refugees/article/2021/02/08/prospects-and-priorities-for-the-human-rights-council-in-2021-universal-rights-group-universal-rights.org)

Pelo caráter orientador da agenda política da Presidência do 15º Ciclo do CDH, consideramos importante registrar a íntegra do seu discurso.

“É um prazer desejar-lhes *bula vinaka*, a tradicional saudação fijiana, significando, aproximadamente, "felicidade e boa saúde", quando começamos um novo ano no Conselho de Direitos Humanos. É uma honra singular para mim, e para o governo e o povo de Fiji, que os membros do Conselho de Direitos Humanos tenham sua confiança depositada em mim para dirigir o trabalho deste órgão globalmente importante para o ano de 2021. A minha eleição também, creio eu, envia uma mensagem importante e positiva sobre a inclusão do Conselho – marcando, como faz, a primeira vez que um Estado de uma Pequena Ilha do Pacífico, e de fato qualquer Estado de Pequenas Ilhas em Desenvolvimento (SIDS), assumiu a Presidência, bem como sobre o multilateralismo em geral – um sistema de relações internacionais que permite a todos os países, independentemente do tamanho ou riqueza, ter voz nos assuntos globais.

Estou particularmente orgulhosa de ter me sido passado o "bastão da Presidência" pela minha boa amiga e colega H.E. Elisabeth Tichy-Fisslberger da Áustria. Não é preciso dizer que 2020 foi um ano incomum e desafiador. No entanto, Elisabeth manteve as rodas da máquina internacional de direitos humanos girando sem problemas, e para isso ela, sua equipe no Gabinete de Presidente, a Mesa de 2020 e a secretaria merecem enorme crédito.

Falando em Gabinete, estou muito ansioso para servir, no próximo ano, ao lado de um grupo excepcional de vice-presidentes, ou seja, H.E. Monique T.G. Van Daalen dos Países Baixos, H.E. Ali Ibn Abi Talib Abdelrahman Mahmoud do Sudão, H.E. Ms Keva Lorraine Bain das Bahamas (um representante de outro SIDS), e H.E Yuri Borissov Sterk da Bulgária.

2021: Um corte limpo ou negócios como de costume? Como muitos de vocês, não fiquei muito triste com o fim de 2020. O ano que acabou de passar será associado para sempre à terrível pandemia que varreu – e, de fato, continua a varrer – o mundo. Como a Assembleia Geral [reconheceu](#), a pandemia é um dos maiores desafios globais já enfrentados pelas Nações

Unidas. Causou danos terríveis em termos de saúde humana e perda de vidas (mais de 2,1 milhões foram tragicamente vítimas do vírus), saúde mental e bem-estar, o gozo dos direitos humanos, incluindo os direitos à educação, ao trabalho e a um padrão adequado de vida, igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, e a exacerbação das desigualdades econômicas e sociais dentro e entre os países – revertendo ganhos de desenvolvimento conquistados e dificultando o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Embora o COVID-19 tenha certamente atingido progressos em direção ao pleno gozo dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável, também é verdade que o sistema internacional de direitos humanos e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, juntos, nos oferecem um caminho iluminado para sair da crise. Como a Assembleia Geral, o Secretário-Geral e o Alto Comissariado para os Direitos Humanos reconheceram cada um, a Agenda 2030, sustentada por obrigações do Estado nos instrumentos internacionais de direitos humanos, fornece um projeto pronto para a construção melhor da pandemia. No próximo ano, o Conselho de Direitos Humanos tem um papel importante a desempenhar, creio eu, em cooperar com todos os Estados para colocar os direitos humanos no centro da recuperação sustentável, impulsionando assim mudanças transformadoras mais inclusivas e sociedades justas.

Além de representar imensos desafios para o bom funcionamento do sistema de direitos humanos da ONU, revertendo o progresso em direção aos ODS e causando imenso sofrimento humano, a pandemia COVID-19 também serviu para brilhar um holofote sobre muitos dos mais sérios desafios pré-existentes de direitos humanos enfrentados pelo mundo no século^{XXI}.

Uma primeira preocupação crítica dos direitos humanos que há muito foi abandonada – ou pelo menos minimizada – é a desigualdade e a pobreza. Mesmo antes da pandemia tomar posse no início de 2020, a [Oxfam informou](#) que os 2.153 bilionários do mundo tinham acumulado mais riqueza do que os 4,6 bilhões de pessoas que compõem 60% da população do planeta. Os 22 homens mais ricos do mundo tinham mais riqueza do que todas as mulheres da África. A situação piorou nos últimos doze meses. Em um [novo relatório](#) publicado há algumas semanas, a Oxfam mostra que os dez homens mais ricos do mundo viram sua riqueza combinada aumentar em meio trilhão de dólares desde que a pandemia começou – mais do que suficiente para pagar uma vacina COVID-19 para todos e garantir que ninguém seja empurrado para a pobreza pela pandemia. Ao mesmo tempo, a pandemia iniciou a pior crise de emprego em mais de 90 anos, com centenas de milhões de pessoas agora subempregadas ou desempregadas. Tudo isso significa que a desigualdade socioeconômica deve crescer em quase todos os Estados membros da ONU – a primeira vez que isso acontece desde que os registros começaram há mais de um século.

Um segundo grande desafio dos direitos humanos ainda mais exposto pela pandemia diz respeito à justiça climática e ambiental – preocupações existenciais para estados em desenvolvimento de pequenas ilhas, como Fiji. Só nos últimos seis meses, enquanto as ilhas do Pacífico estão enfrentando as consequências econômicas e para a saúde do COVID19, a região tem sofrido uma série de ciclones tropicais, causando imensos danos à infraestrutura e aos meios de subsistência de milhares de pessoas.

O surgimento e disseminação do vírus, expôs as consequências da falha da humanidade em lidar com as crises climáticas, de biodiversidade e ambientais enfrentadas

pelo mundo. Por isso, é crucial, pois buscamos construir um futuro melhor para todos os pós-pandemias, que a comunidade internacional adote uma abordagem sensível ao clima e ao meio ambiente para os esforços de recuperação do COVID-19, inclusive alinhando investimentos e os domicílios políci com a Agenda 2030 e o Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, e revertendo a perda da biodiversidade. Aqui, novamente, creio que o Conselho tem um papel importante a desempenhar. Por meio de suas resoluções e do trabalho de seus Procedimentos Especiais, temos chamado repetidamente a atenção para os impactos negativos significativos das mudanças climáticas e da degradação ambiental sobre o gozo dos direitos humanos – especialmente para os mais vulneráveis da sociedade; bem como o potencial das obrigações e compromissos de direitos humanos para informar e fortalecer a formulação de políticas internacionais e nacionais na área de mudanças climáticas e proteção ambiental, promovendo coerência política, legitimidade e resultados sustentáveis.

Essa interrelação crítica entre o meio ambiente natural e os direitos humanos foi fonte de debate regular no Conselho em 2020. Por exemplo, o "[Chamado à Ação](#)" do Secretário-Geral sobre os direitos humanos, apresentado ao Conselho em fevereiro, instou os Estados a concentrarem maior atenção nos direitos das gerações futuras, especialmente no contexto da justiça climática. "A emergência climática ameaça os direitos e a dignidade não só de milhões de pessoas em todo o mundo, mas também de pessoas ainda não nascidas", observou. "Ameaça a própria sobrevivência de alguns Estados-Membros, especialmente pequenos países insulares em desenvolvimento." Da mesma forma, durante a 44ª sessão do Conselho, em junho-julho, o Alto Comissariado para os Direitos Humanos disse: "É hora do reconhecimento global do direito humano a um ambiente saudável – reconhecimento que pode levar a políticas mais fortes, em todos os níveis, para proteger nosso planeta e nossas crianças."

A revisão 2021-2026. Além dos impactos e da recuperação da pandemia COVID-19, há uma série de questões institucionais que ocuparão a atenção dos Estados no próximo ano.

A primeira é a revisão da Assembleia Geral 2021-2026 do estatuto do Conselho (ou seja, se ele deve permanecer um órgão subsidiário ou se tornar um órgão principal das Nações Unidas), conforme resolução 65/281 do GA. Embora o GA não tenha solicitado formalmente ao Conselho que conduzisse uma revisão de seu trabalho e funcionamento antes desta revisão de status, antes do impacto da pandemia houve uma série de discussões aqui em Genebra, inclusive sob a autoridade do 13º Presidente do Conselho, H.E. Coly Seck, bem como no contexto do sexto Diálogo de Direitos Humanos, durante o qual muitos Estados expressaram uma visão de que o Conselho deveria estar pronto para contribuir quando solicitado pelo GA. Estou ansiosa para ouvir as reflexões dos Estados e da sociedade civil nos próximos meses.

Em segundo lugar, a eleição de um representante do SIDS como presidente do Conselho e a eleição de outro como vice-presidente do Grupo Latino-Americano e do Caribe, que vem apenas dois anos depois de um País Menos Desenvolvido (LDC), o Senegal também foi eleito Presidente, demonstrando, creio, a natureza cada vez mais inclusiva e representativa do principal órgão de direitos humanos da ONU. Também mostra o enorme valor das obras de assistência técnica e capacitação do Conselho. Um bom exemplo deste último ponto é o Fundo Fiduciário LDC-SIDS do Conselho, um mecanismo que beneficiou quase todos os LDC e SIDS, incluindo Senegal, Fiji e Bahamas, e nos permitiu nos envolver mais de perto e efetivamente com as máquinas internacionais de direitos humanos. Espero que a eleição de dois SIDS para a Mesa de 2021 incentive o Conselho a continuar e expandir tais iniciativas de capacitação, e encorajará mais LDCs e SIDS a considerar concorrerem à adesão e, eventualmente, também servirem como Presidente ou Vice-Presidente.

Cooperação e diálogo. A resolução 60/251 da GA que institui o Conselho deixa claro que nosso trabalho deve ser pautado pelos princípios da universalidade, imparcialidade, objetividade e não seletividade, diálogo internacional construtivo e cooperação. Farei com que, no próximo ano, garanta que o Conselho cumpra esse ideal, e que cumpra seu mandato crítico de "promover o respeito universal pela proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer tipo e de forma justa e igualitária".

Nesse sentido, estou ansiosa para trabalhar de perto e de cooperação com todos os Estados – membros e observadores do Conselho – bem como com o Alto Comissariado e seu Gabinete, especialistas independentes e sociedade civil. No último ponto, comprometo-me a fazer tudo o que posso para salvaguardar o espaço da sociedade civil e defender os direitos das ONGs e dos defensores dos direitos humanos que buscam cooperar com este órgão e seus mecanismos”.

2. Reunião sobre o Papel do Alívio da Pobreza na Promoção e Proteção dos Direitos Humanos. Intervenção inicial de Peggy Hicks – Diretora de Engajamento Temático, Procedimentos Especiais e Direito ao Desenvolvimento do Escritório da Alta Comissária dos Direitos Humanos da ONU. 46ª Sessão do CDH ONU. 26.02.21

A Diretora observou que grandes avanços foram feitos para tirar as pessoas da pobreza: entre 1990 e 2015, o número de pessoas vivendo em extrema pobreza diminuiu de 1,9 bilhão para 836 milhões. O ritmo, no entanto, já havia desacelerado antes da pandemia, invertendo-se em suas consequências, com 120 milhões empurrados para a pobreza extrema, eliminando uma década de progresso nos países mais frágeis.

Para responder ao apelo do Secretário-Geral para um novo Contrato Social, será necessário um Novo Acordo Global, garantindo uma distribuição justa de poder, riqueza e oportunidades a nível internacional, corrigindo desigualdades, facilitando pacotes de estímulo nos países mais pobres e trabalhando no interesse coletivo de todos.

4. Extrato de Situações de Direitos, relacionados com o tema Saúde, que requerem a atenção do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Conforme anotadas na 46ª Sessão do CDH. 15.03.21.

“Alguns oradores disseram que o espaço civil estava encolhendo em todo o mundo à medida que defensores dos direitos humanos, manifestantes e jornalistas enfrentavam ambientes cada vez mais hostis. Alguns palestrantes enfatizaram que a promoção e a proteção dos direitos humanos devem cumprir os princípios da soberania do Estado, independência, integridade territorial e não interferência nos assuntos internos dos Estados. `A certos direitos foram lamentavelmente dados mais importância por alguns discursos, rejeitando particularidades nacionais de cada país. O direito ao desenvolvimento e’ universal e deve ser abordado dentro de um contexto global através de um processo não politizado, evitando a prática de nomear e humilhar. Para garantir que esse processo seja construtivo, os Estados interessados devem ser capazes de definir os parâmetros de sua cooperação com o Conselho de Direitos Humanos.

Alguns oradores disseram que os Estados ocidentais eram hipócritas: eles se deram o direito de avaliar outros, mas ocultaram suas próprias violações, como seu tratamento aos refugiados, islamofobia, racismo de pessoas não brancas e violência policial contra manifestantes. Os oradores expressaram preocupações sobre as violações dos direitos

humanos que ocorrem no contexto de atividades antiterrorismo, incluindo aquelas que visam muçulmanos e outras minorias. Outros estavam preocupados com a discriminação contra comunidades minoritárias cristãs em alguns países. O Conselho deve criar um mandato de Relator Especial sobre as mudanças climáticas.

As crises climáticas e globais de saúde foram entrelaçadas e exigiram uma abordagem abrangente e baseada em direitos humanos. Questionando a objetividade do Conselho, alguns oradores destacaram o fraco registro de direitos humanos dos países que haviam sido recentemente eleitos para o Conselho; deve rever seus critérios de adesão. Os oradores chamaram a atenção para a situação das pessoas que foram enviadas à força para campos de detenção, e o número crescente e intensidade de ataques contra defensores dos direitos humanos.

Outros palestrantes expressaram profunda preocupação de que a implantação global da vacina tivesse o potencial de deixar muitas das pessoas mais pobres e marginalizadas do mundo para trás. O nacionalismo da vacina ameaçava a imunidade do rebanho. Estados ricos organizando acordos bilaterais com empresas farmacêuticas e armazenando mais doses do que precisavam minaram a iniciativa COVAX.

<file:///C:/Users/HP/Downloads/ejiltalk.org-Equitable%20COVID%20Vaccine%20Distribution%20and%20Access%20Enforcing%20International%20Legal%20Obligations%20under%20Econo.pdf>

O fato de que as vacinas COVID não atingirão a maior parte do mundo em desenvolvimento de acordo com o mesmo cronograma do mundo desenvolvido deve ser evidência suficiente de que a forte dependência dos EUA e da UE em proteções de propriedade intelectual é o principal impedimento para o mundo em desenvolvimento alcançar acesso equitativo e significativo às vacinas eficazes da COVID produzidas principalmente pelos Estados Unidos e pelos seus parceiros europeus.

A falta de transparência e cooperação internacional para evitar atrasar ainda mais a distribuição às populações mais vulneráveis nos países de baixa renda mais atingidos por essa pandemia global – agravando ainda mais suas crises de saúde pública e destruindo suas economias – deixa muito claro que ainda estamos longe de perceber o direito ao desenvolvimento como o desenvolvimento econômico, social, cultural, civil e político com premissa consistente com todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. Esperamos que as deliberações do Conselho da OMC de março de 2021 provem que estamos errados, e que seu resultado restaure a confiança global e a fé no regime mundial de comércio”.

5. COVID-19: Especialistas das Nações Unidas urgem que a OMC coopere no tema das vacinas para proteger a saúde pública global. Declaração do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento e quatro Relatores Especiais. 01.03.21

[OHCHR | COVID-19: UN experts urge WTO cooperation on vaccines to protect global public health](#)

Especialistas da ONU disseram hoje que bilhões de pessoas, especialmente no Sul Global, correm o risco de serem excluídas dos benefícios da imunização do COVID-19 até 2024 e exortaram os Estados ricos a acabar com o nacionalismo de vacinas míopes que está alimentando uma divisão de vacinas e minando a recuperação mundial.

"A recuperação da pandemia é impossível a menos que termine para todos. Novas formas mutantes do vírus que podem surgir em populações em grande parte não vacinadas podem representar uma ameaça para todos, incluindo aquelas previamente vacinadas", disseram os especialistas independentes nomeados pelo Conselho de Direitos Humanos.

"A recuperação exige que todos os Estados realizem seu dever de cooperar em solidariedade global para garantir o acesso equitativo às vacinas em todo o mundo sem discriminação", disseram os especialistas. Eles disseram que os desafios de enfrentar a pandemia inicialmente pareciam unir pessoas e nações diante de uma doença desconhecida.

"Os esforços globais coletivos de cientistas, estados e organizações da sociedade civil para encontrar uma vacina tinham os sinais promissores de uma nova era de cooperação e igualdade, onde ninguém seria de fato deixado para trás. No entanto, do ponto de vista, o fornecimento de vacinas lança uma longa sombra sobre o acesso equitativo à realização científica de várias vacinas que estão sendo produzidas", disseram os especialistas.

Divisão, desigualdade, interesse nacional e regional atualmente ditam o acesso às vacinas COVID-19, disseram eles. "Segundo a OMS, quase 95% das vacinas produzidas até agora foram para 10 países ricos. Trata-se de uma falha abjeta do dever de cooperar inerente ao direito ao desenvolvimento, que todas as pessoas humanas e povos desfrutam."

Embora o COVID-19 Vaccine Global Facility (COVAX), liderado pela Organização Mundial da Saúde, seja um passo importante para a distribuição de vacinas coordenada globalmente, os Estados não estão se engajando com ela suficientemente. Os especialistas exortam fortemente os membros da OMC a considerarem positivamente as renúncias necessárias ao Acordo sobre Aspectos Relacionados ao Comércio dos Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS) durante as reuniões do Conselho da OMC de março de 2021, de forma propícia ao direito ao desenvolvimento de todos.

O objetivo de desenvolvimento sustentável da OMC não pode ser concretizado, minando a capacidade dos países de interpretar o Acordo TRIPS de forma a apoiar suas necessidades de desenvolvimento e formas de lidar com a crise de saúde pública, disseram os especialistas. "O Acordo TRIPS pode e deve facilitar a proteção da saúde pública em escala global, promover a autossuficiência de todos os membros e não ser uma barreira à acessibilidade de medicamentos e vacinas relacionados ao COVID-19

"A pandemia COVID-19 é um desafio global que só pode ser efetivamente enfrentado por meio de ações globais concertadas. Vidas não podem ser salvas e os vulneráveis não podem ser protegidos por mera retórica, sem compromisso concreto com o acesso universal e equitativo às vacinas", disseram os especialistas.

"Exortamos os Estados a se engajarem em uma cooperação internacional significativa, como uma obrigação não uma opção, a fim de evitar atrasar as distribuições para a população vulnerável em todo o mundo, e não as deixar mais para trás." *Mecanismo especializado no Direito ao Desenvolvimento (Sra. Klentiana Mahmutaj (Presidente), Sr. Koen de Feyter (Vice-Presidente), Sr. Bonny Ibhawoh, Sr. Armando Antônio de Negri Filho, Sr. Mihir Kanade.

** Especialistas em Procedimentos Especiais: Sr. Saad Alfarargi, Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento; Sr. Obiora Okafor, Especialista Independente em direitos humanos e solidariedade internacional; Sr. Livingstone Sewanyana, Especialista Independente na promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa, e a Sra. Tlaleng

Mofokeng, Relatora Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão alcançável de saúde física e mental;

O mecanismo de especialistas em Direito ao Desenvolvimento foi instituído em 2019 sob a resolução 42/23 como órgão subsidiário do Conselho de Direitos Humanos; é composta por cinco especialistas independentes com expertise temática na busca, identificação e compartilhamento de melhores práticas com os Estados-Membros e para promover a implementação do direito ao desenvolvimento em todo o mundo.

6. Um permanente estado de emergência não pode ser usado como justificativa ou base para sanções unilaterais – Declaração de Alena Douhan, Relatora Especial sobre o Impacto de Medidas Coercitivas Unilaterais no disfrute dos Direitos Humanos. 04.02.21

<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=26840&LangID=E>

Declarações de emergência do Governo dos EUA que autorizam sanções unilaterais estão resultando em graves violações dos direitos humanos e devem ser alinhadas com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ICCPR), disseram especialistas em direitos humanos da ONU.

Entre as razões para declarações de emergência e sanções dos EUA estão alegações de corrupção doméstica e abusos de direitos humanos em países estrangeiros, e esforços de promotores internacionais para investigar americanos suspeitos de crimes de guerra. "Nenhum deles apresenta um risco existencial para os Estados Unidos." "Duas leis dos EUA em particular, a Lei Nacional de Emergências e a Lei internacional de Poderes Econômicos de Emergência, tornaram-se essencialmente uma concessão ilimitada de autoridade para o presidente exercer poderes amplos e altamente discricionários através de declarações de emergência e sanções que violam os direitos humanos", disseram os especialistas.

"As sanções autorizadas pelos EUA na base dos estados de emergência anunciados violam uma ampla gama de direitos humanos na China, Cuba, Haiti, Irã, Nicarágua, Federação Russa, Síria, Venezuela, Zimbábue e outros países ao redor do mundo, incluindo os direitos à liberdade de movimento, da associação, ao devido processo legal, como julgamento justo e presunção de inocência, bem como direitos econômicos e sociais e o próprio direito à vida ", disseram eles.

Algumas das sanções resultantes das declarações de emergência dos EUA negam direitos a pessoas em qualquer lugar do mundo que supostamente se envolvem em certas atividades, como ajudar na reconstrução pós-conflito na Síria. Os Estados Unidos também impõem sanções secundárias contra pessoas que supostamente interagem com pessoas e governos sancionados. "São penalidades impostas sem respeitar os direitos do devido processo legal no ICCPR, como o direito a um julgamento justo", disseram os especialistas

Os especialistas em direitos humanos da ONU exortam os Estados Unidos a cumprirem plena e completamente suas obrigações sob o ICCPR para evitar qualquer impacto negativo sobre os direitos humanos das pessoas sujeitas a sanções autorizadas sob as declarações de emergência.

Os especialistas: Alena Douhan, Relatora Especial sobre o impacto negativo das medidas coercitivas unilaterais sobre o gozo dos direitos humanos e Obiora C. Okafor, Especialista Independente em Direitos Humanos e Solidariedade Internacional.

7. Declaração de Alena Douhan, Relatora Especial sobre o Impacto de Medidas Coercitivas Unilaterais no disfrute dos Direitos Humanos, solicitando a urgente suspensão das medidas coercitivas contra Venezuela. 12.02.21

<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=26749&LangID=E>

A relatora especial da ONU sobre medidas coercitivas unilaterais e direitos humanos, Alena Douhan, pediu hoje aos Estados Unidos, à União Europeia e a outros Estados que retirem as sanções impostas contra a Venezuela. Ao final de uma visita de duas semanas à Venezuela, Douhan disse que as sanções exacerbaram situações econômicas pré-existentes e afetaram drasticamente toda a população da Venezuela, especialmente, mas não apenas aquelas em extrema pobreza, mulheres, crianças, trabalhadores médicos, pessoas com deficiência ou doenças crônicas ou ameaçadoras de vida, e as populações indígenas.

"O efeito devastador das sanções impostas é multiplicado pela extra-territorialidade e pelo excesso de conformidade que afeta negativamente os setores público e privado, cidadãos venezuelanos, organizações não governamentais, países terceiros nacionais e empresas", disse Douhan, -- "as isenções humanitárias são longas, caras, ineficazes e ineficientes".

"A falta de máquinas necessárias, peças de reposição, eletricidade, água, combustível, gás, alimentos e medicamentos, insuficiência crescente de trabalhadores qualificados, muitos dos quais deixaram o país para melhores oportunidades econômicas, em especial pessoal médico, engenheiros, professores, juizes e policiais, tem enorme impacto sobre todas as categorias de direitos humanos, incluindo os direitos à vida, à alimentação, à saúde e ao desenvolvimento".

"Devido à complexidade da situação, procurei atender a mais ampla gama de pessoas para ouvir suas experiências e insights. Conheci funcionários do governo, diplomatas, agências internacionais, líderes da oposição, organizações não governamentais, advogados, médicos, professores, acadêmicos, vítimas de violações dos direitos humanos, representantes de empresas privadas e da igreja, bem como pessoas comuns", disse Douhan.

As primeiras sanções foram impostas contra a Venezuela em 2005 e foram severamente reforçadas desde 2015 sob inúmeras alegações, com as mais severas sendo impostas pelos Estados Unidos. Douhan ressaltou que as medidas unilaterais só são legais se forem autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, ou usadas como contramedidas, ou não violarem qualquer obrigação dos Estados, e não violarem os direitos humanos fundamentais

Ela pediu aos países que observem princípios e normas do direito internacional e lembra que as preocupações humanitárias devem ser sempre levadas em conta com o devido respeito ao respeito mútuo, à solidariedade, à cooperação e ao multilateralismo. Ela planeja emitir um relatório completo sobre sua missão em setembro de 2021.

A senhora Alena Douhan (Bielorrússia) foi nomeada relatora especial sobre o impacto negativo das medidas coercitivas unilaterais sobre o gozo dos direitos humanos pelo Conselho de Direitos Humanos em março de 2020.

8. Preocupação com as sanções unilaterais da União Europeia, sem recorrer aos mecanismos multilaterais.

Merece uma nota de preocupação a adoção pela União Europeia em dezembro de 2020 de uma prerrogativa de estabelecer sanções internacionais unilaterais alegadamente em defesa dos direitos humanos, sem passar pelos procedimentos multilaterais e limitando os recursos e julgamentos as cortes europeias. O temor é que se instalem processos similares aos já observados e denunciados nas medidas unilaterais dos Estados Unidos. Iremos acompanhar os seus desdobramentos. Nos links estão as primeiras medidas adotadas.

https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=OJ:L:2021:099I:FULL&from=EN&utm_source=dsms-auto&utm_medium=email&utm_campaign=Myanmar%2fBurma%3a+EU+sanctions+11+people+over+the+recent+military+coup+and+ensuing+repression

Global - <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2021/03/22/eu-imposes-further-sanctions-over-serious-violations-of-human-rights-around-the-world/>

9. Artigo de Anis Chowdhury e Jomo Kwame Sundaram sobre o Apartheid das Vacinas. 23.03.21

Pelo menos 85 países pobres não terão acesso significativo às vacinas contra o coronavírus antes de 2023. Infelizmente, o atraso de um ano causará cerca de 2,5 milhões de mortes evitáveis em países de baixa e baixa renda. Como disse o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), o mundo está à beira de um catastrófico fracasso moral [catastrophic moral failure](#).

O artigo denuncia o Apartheid que se gera sobre o acesso às vacinas e os preços abusivos praticados pelas Industrias, inclusive aquelas pesadamente subsidiadas por recursos públicos em seus países de origem. Os autores instam particularmente a Administração Biden a agir.

Os países em desenvolvimento não só precisam ter o direito de produzir vacinas, mas também o conhecimento técnico e as informações necessárias. Assim, a administração Biden também deve apoiar a iniciativa de compartilhamento voluntário de conhecimento e pooling de patentes COVID-19 / Technology Access Pool (C-TAP) sob os auspícios da OMS C-TAP, conforme recomendado pelo Dr. Anthony Fauci.

Quando o Pool de Patentes de Medicamentos (MPP) estava em apuros semelhantes, o governo Obama se apresentou para colocar patentes de propriedade dos EUA no pool, ao mesmo tempo em que encorajava as empresas farmacêuticas a ajudar a melhorar o acesso dos países em desenvolvimento aos medicamentos. O presidente Biden sabe que o apoio inicial dos EUA foi fundamental para o eventual sucesso do MPP. Aumentou drasticamente a produção e reduziu os preços dos medicamentos para HIV, tuberculose, hepatite C e outras doenças infecciosas nos países em desenvolvimento

<https://www.ksjomo.org/post/end-vaccine-apartheid-before-millions-more-die>

<http://www.ipsnews.net/2021/03/end-vaccine-apartheid-millions-die/>

10. 21ª Sessão do Grupo de Trabalho sobre Direito ao Desenvolvimento

<https://www.ohchr.org/EN/Issues/Development/Pages/21stSession.aspx>

Nesta sessão, o Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Direito ao Desenvolvimento continuará revisando os progressos feitos na implementação do direito ao

desenvolvimento. Realizará um diálogo interativo com o Presidente do Mecanismo especializado sobre o direito ao desenvolvimento e com o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento e considerará as contribuições feitas pelos Estados e pelas partes interessadas para a implementação do direito ao desenvolvimento, inclusive no contexto da implementação nacional dos ODS. O Grupo de Trabalho também iniciará a discussão de um projeto de instrumento legalmente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento.

Documentos de subsidio:

- Proposta de convenção sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/WG.2/21/2](#))
- Proposta de convenção sobre o direito ao desenvolvimento, com comentários ([A/HRC/WG.2/21/2/Add.1](#))
- Resolução do Conselho de Direitos Humanos sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/RES/42/23](#))
- Resolução do Conselho de Direitos Humanos sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/RES/45/6](#))
- Resolução da Assembleia Geral sobre o direito ao desenvolvimento ([A/RES/74/152](#))
- Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento em sua vigésima sessão ([A/HRC/42/35](#) and [Corr.1](#))
- Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento em sua vigésima primeira sessão – Nota do Secretariado ([A/HRC/45/17](#))
- Relatório da Comissão Consultiva do Conselho de Direitos Humanos sobre a Importância de um instrumento legalmente vinculante sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/45/40](#))
- Relatório do Secretário-Geral e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/45/21](#))
- Informe do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento ([A/HRC/45/29](#))
- Informes do Relator Especial em Direito ao Desenvolvimento [Reports of the Special Rapporteur on the right to development](#)

Acreditação:

Podem participar do Grupo de Trabalho as representações dos Estados Membros, observadores da ONU, agências especializadas e outras organizações internacionais, instituições nacionais de direitos humanos com credenciamento de "status" e ONGs com status consultivo do ECOSOC. Todos os participantes devem se inscrever utilizando o formulário de inscrição para a 21ª sessão do Grupo de Trabalho. As inscrições permanecerão abertas até as 17:00 horas de Genebra, sexta-feira, 21 de maio de 2021.

11. Consulta Pública lançada pela Especialista Independente sobre as consequências da dívida externa e obrigações financeiras internacionais relacionadas aos Estados para o pleno gozo de todos os direitos humanos, especialmente os direitos econômicos, sociais e culturais.

<https://www.ohchr.org/SP/Issues/Development/IEDebt/Pages/InternationalDebtArchitecture.aspx>

Objetivo: Relatório do Especialista Independente para a 76ª sessão da Assembleia Geral.

Histórico: Entre seus muitos impactos, a pandemia COVID-19 tem destacado um debate muito necessário sobre a reforma da arquitetura da dívida internacional para torná-la

mais eficaz e responder aos desafios atuais e futuros, especialmente no mundo em desenvolvimento. Uma série de eventos de alto nível foram realizados nas últimas semanas, incluindo uma reunião organizada conjuntamente pelo Secretário-Geral e primeiros-ministros da Jamaica e do Canadá em 29 de março, com a participação de mais de 25 Chefes de Governo e Ministros das Finanças. Essa reforma também é um componente fundamental da agenda nas atuais reuniões de primavera do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, e na elaboração do Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento organizado pelo ECOSOC, que ocorrerá de 12 a 15 de abril.

Destaque para as seguintes perguntas contidas na consulta pública:

-Com relação à Iniciativa de Suspensão de Serviços de Dívida do G20 (ISSD), adotada em abril de 2020 e válida até junho de 2021: Quais foram os benefícios e quais são as desvantagens dessa iniciativa? Se você tem um, qual é a posição do seu Governo/instituição sobre como o ISSD poderia ser melhorado e por que essa iniciativa precisaria ser expandida e melhorada?

-Uma das alternativas para fornecer a liquidez emergencial necessária é através de uma nova emissão especial de direito especial de giro (DEG): Como uma nova questão de DEG de curto e médio prazo pode ser benéfica para o seu estado?

Se medidas estiverem disponíveis, qual é a posição do seu Governo/Instituição sobre as seguintes questões:

- Cancelamento de dívidas
- Como determinar o montante do perdão da dívida e para que estados deve aplicar-se
- Marco multilateral para reestruturação da dívida
- Melhorias na arquitetura de dívida baseada no mercado
- Órgão internacional independente para resolução e prevenção de crises de dívida
- Reforma das agências de qualificação creditícia
- Segundo a posição do seu governo /instituição, como podem refletir-se em âmbito global as mudanças da arquitetura da dívida internacional e ser coerentes com as obrigações internacionais em matéria de direitos humanos?

Como e onde enviar os informes /contribuições: Por correio eletrônico ou correio postal até 15 de maio de 2021 ieforeigndebt@ohchr.org com copia a registry@ohchr.org

Referencia do mail: Contribución para informe Asamblea General 2021 - El deuda

Endereço postal: Experta Independiente sobre la Deuda Externa y los Derechos Humanos Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos Subdivisión de Procedimientos Especiales CH – 1211, Ginebra, Suiza

12. Demandas da Confederação Sindical Internacional – CSI / ITUC encaminhadas ao Fórum de Financiamento do Desenvolvimento realizado de 12 a 14 de abril de 2021 pelo ECOSOC.

[Forum on Financing for Development | UNITED NATIONS ECONOMIC and SOCIAL COUNCIL](#)

[Demandas del movimiento sindical al Foro sobre Financiación del Desarrollo de la ONU - International Trade Union Confederation \(ituc-csi.org\)](#)

No relatório "Financiando a recuperação e construindo a economia do futuro", a CSI / ITUC pede que um Novo Contrato Social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apareçam como elementos centrais no planejamento econômico pós-pandemia, com: investimento na geração de empregos; empregos amigáveis ao clima; expandir a proteção social universal; e apoiar o papel dos parceiros sociais na formação de medidas sustentáveis de recuperação e resiliência. "A resposta à crise deve basear-se no envolvimento dos parceiros sociais em recuperar a confiança nas instituições e ajudar a estabelecer políticas equitativas. "A resposta à crise deve basear-se no envolvimento dos parceiros sociais em recuperar a confiança nas instituições e ajudar a estabelecer políticas equitativas. Precisamos de um novo modelo de governança global para corrigir os desequilíbrios de poder atuais e a distribuição desigual da riqueza a nível internacional. Um sistema multilateral verdadeiramente inclusivo, que leva em conta os parceiros sociais e eles têm uma voz, poderia fazer a diferença e abrir o caminho para a resiliência global" acrescentou Sharan Burrow da CSI.

13. Discurso da Alta Comissária dos Direitos Humanos Michelle Bachelet em evento sobre a reforma das proteções sociais na Ucrânia. 15.04.21

[OHCHR | Hernan Santa Cruz Dialogue in Ukraine on Economic, Social and Cultural Rights](#)

"A proteção social é um direito humano fundamental e uma ferramenta essencial para a redução da pobreza. Está inserida na Declaração Universal dos Direitos Humanos graças a Hernan Santa Cruz – diplomata chileno um dos relatores da Declaração Universal. O evento de hoje tem o nome de sua visão inovadora de uma agenda de direitos humanos que está fundamentada no direito das pessoas de viver livre da privação, bem como do medo. A pandemia COVID-19 demonstrou que o direito à proteção social é crucial para a vida em dignidade, em qualquer lugar do mundo. A Ucrânia, como outros Estados, está lidando com as severas consequências da pandemia, do pesado número de mortes e sofrimento aos sistemas de saúde sobrecarregados, contração econômica e perda de empregos. Eu entendo que mais 6,3 milhões de pessoas caíram na pobreza em 2020. Quero dizer a essas pessoas, diretamente: estamos com vocês. Faremos tudo o que pudermos para ajudar. E é meu ponto de vista que tomar medidas imediatas para construir um sistema de proteção social melhor e mais abrangente é crucial para fornecer assistência imediata e que mude a vida para a recuperação a longo prazo dessa crise".

14. Publicação da ONG Third World Network sobre o Impacto da Pandemia de COVID19 na Ásia e África. 14.04.21

www.twn.my

ONU: COVID-19 tem impacto devastador na saúde na África & Ásia Publicado no SUNS #9325 datado de 14 de abril de 2021 em Genebra, 13 Abr (Kanaga Raja) – A pandemia COVID-19 teve um impacto devastador na continuidade dos serviços de HIV, tuberculose (TB) e malária em países de baixa e média renda na África e Ásia em 2020, disse o Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária.

Em novo relatório divulgado em 13 de abril, o Fundo Global disse que os dados coletados mostram que, de abril a setembro de 2020 (em comparação com o mesmo sexto mês de 2019): As primeiras consultas pré-escolares caíram 66% nas instalações pesquisadas

em sete países da Ásia, enquanto as consultas para serviços com menos de 5 anos diminuíram 74%; Os testes de HIV em todas as instalações pesquisadas caíram 41% em 2020; Os encaminhamentos de TB caíram 59% em 2020 em relação a 2019; e em instalações pesquisadas em sete países da Ásia, os diagnósticos de malária caíram 56%, e os serviços de tratamento da malária caíram 59%.

15. Iniciativas vindouras da Sociedade Civil

- Internacional Progressista – evento global em junho 2021, ancorado no âmbito Latino Americano e Caribenho em torno `a Vacina Cubana e uma outra perspectiva solidaria no domínio dos conflitos em torno `a iniquidade do nacionalismo das vacinas.
- Iniciativa da Agora dos Habitantes da Terra no entorno da Reunião do G20 na Itália, precedida pelo Fórum Europeu de Saúde na vigência da Presidência da EU por parte de Portugal em maio 2021, em torno `as vacinas e `a agua como bens públicos mundiais e que requerem um comitê cidadão mundial para seu cuidado e justa distribuição.
- Pauta do G2H2 da sociedade civil em Genebra colocando a pauta do Tratado sobre a Pandemia no período prévio `a WHA 2021 em maio.
- Movimentação importante dos setores progressistas do Parlamento Europeu requerendo Vacinas para todo o Mundo como condição essencial para a própria segurança Europeia.

Resposta da OEA à Pandemia de COVID-19

Luana Bermudez

No dia 14 de abril o Conselho Permanente da OEA realizou uma sessão virtual, onde o principal tema da agenda era a situação atual da pandemia de covid-19 na região e o acesso às vacinas. Para tratar desse ponto da agenda, participaram da reunião o Chanceler do Paraguai, Sr. Euclides Acevedo Candia; o Vice Diretor da OPAS, Dr. Jarbas Barbosa; o Presidente do BID, Sr. Mauricio Claver-Carone; o Secretario Geral da OEA, Sr. Luis Almagro; a Presidente da CIDH, Comissária Antonia Urrejola Noguera; a Relatora Especial da CIDH para Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, Sra. Soledad García Muñoz; e o representante da Presidência Pro Tempore da CELAC, Sr. Efraín Guadarrama Pérez.

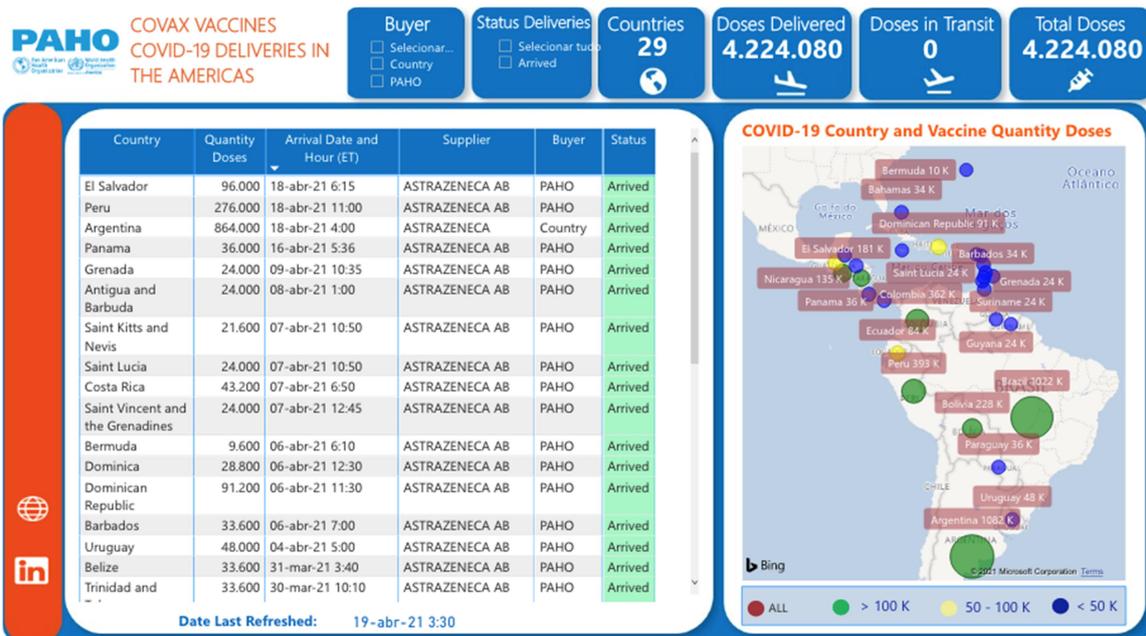
Todos os convidados compartilham a preocupação com a situação de elevada transmissão de covid-19 na região, mencionaram alguns esforços de seus respectivos organismos para mitigar a crise sanitária, humanitária e econômica vivida pelos países membros, e ressaltaram que o acesso equitativo às vacinas é o mais importante no momento para reduzir a disseminação da doença, restabelecer os sistemas de saúde e recuperar os países pós-pandemia.

Mencionaram também a importância de uma coordenação política e construção de consensos para uma resposta hemisférica à ameaça da pandemia, e reconheceram o papel relevante das agências multilaterais e parceiros do sistema interamericano neste esforço para garantir o acesso a vacinas de covid-19 e permitir uma recuperação robusta, sustentável e inclusiva na região.

Cabe ressaltar a apresentação do Dr. Jarbas Barbosa sobre a distribuição de vacinas nas Américas por meio do mecanismo Covax. Dr. Barbosa explicou que até o momento as vacinas pré-qualificadas pela OMS que podem ser adquiridas pelo Covax são a da Pfizer, a da AstraZeneca (SII/SK Bio) e a da Janssen, porém a expectativa é que sejam aprovadas a vacina da Moderna, da Sinovac e da Sinopharm em abril, além da aprovação da vacina da AstraZeneca que está sendo produzida na União Europeia (Espanha e Itália) que também está no processo final de pré-qualificação. Mencionou também que a visita técnica à fábrica da vacina do Instituto Gamaleya deve ocorrer entre os meses de maio e junho.

Barbosa ressaltou que, apesar das limitações e atrasos na entrega de vacinas, o mecanismo é importante, principalmente para países de baixa e média renda. Neste sentido, destacou que 24 países no mundo só puderam iniciar a vacinação graças às doses enviadas pelo Covax que se espera que todos os países das Américas recebam doses até o final de abril. De acordo com o planejamento do organismo, até o fim do ano 100 milhões de pessoas da região terão sido vacinadas com doses do Covax.

O vice-diretor disse ainda que até o momento 2.952.480 doses já haviam sido entregues para 28 países e que outras 2.187.600 tinham previsão de entrega para 5 países até a semana seguinte. Dados atualizados das entregas do Covax podem ser verificados no site da OPAS, conforme figura abaixo.



Fonte:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMjA5ZDAxMmEtYTljNC00M2IOLWE5MjUtYWQzZGQxNDc4OThhIiwidCI6ImU2MTBINzljLTJlYzAtNGUwZi04YTE0LTFlNGIxMDE1MTImNyIsImMiOiR9>

Por fim, Jarbas Barbosa comentou que recebeu solicitações dos países para a aquisição de doses além da disponibilidade inicial do Covax e que a OPAS está fazendo uma estimativa da necessidade de cada país para fazer um planejamento de demanda e negociar com os produtores. Porém ressaltou que se mecanismo de acesso a vacinas no mundo não muda, a quantidade de doses entregues pelo Covax ainda será muito limitada no primeiro semestre de 2021.

<https://www.facebook.com/OEAoficial/videos/139012121518586>

Comissão Interamericana de Direitos Humanos

A CIDH publicou, no dia 07 de abril, a Resolução 01/2021 intitulada “Vacinas contra a covid-19 no marco das obrigações interamericanas de direitos humanos”. Considerando a urgência para que se garanta uma ampla e rápida imunização nas Américas, a resolução estabelece critérios e recomendações para os estados membros com o objetivo de promover um acesso mais justo e equitativo na região e garantir que os processos de aquisição, distribuição e administração de vacinas tenham um enfoque de direitos humanos.

Cabe ressaltar que a resolução defende que a distribuição de vacinas e a garantia de acesso equitativo e universal é dever dos Estados, reconhece que as vacinas contra covid-19 devem ser um bem público mundial e regional e estabelece que os regimes de propriedade intelectual, tanto nacionais como internacionais, não podem ser um obstáculo para a garantia do acesso universal e igualitário às vacinas.

A resolução está composta por 35 recomendações focando em sete eixos principais:

- Acesso a vacinas, bens e serviços de saúde em atenção ao princípio da igualdade e não discriminação;
- Distribuição e priorização das doses das vacinas;

- Disseminação ativa de informações adequadas e suficientes sobre vacinas e neutralização da desinformação;
- Direito ao consentimento livre, prévio e informado;
- Direito de acesso à informação, transparência e combate à corrupção;
- Empresas e direitos humanos em relação às vacinas COVID-19; e,
- Cooperação internacional.

<http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-21-es.pdf>

G20 e OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Pedro Burger e Luiz Eduardo Fonseca

G20

Link geral para pesquisa de atualização do G20: <https://www.g20.org/en/notizie.html>

15/4 - Primeira reunião do G20 Africa Advisory Group sob a Presidência italiana do G20

<https://www.g20.org/first-g20-africa-advisory-group-meeting-under-the-italian-g20-presidency.html>

O Grupo Consultivo do G20 para África (G20 Africa Advisory Group), criado sob a Presidência alemã do G20 em 2017, realizou sua primeira reunião em 2021 para monitorar os progressos feitos pelos Países Africanos participantes e propor novas recomendações políticas.

O Grupo é responsável por orientar políticas no âmbito do quadro "Pacto com a África" (CWA)⁵ do G20. A criação de um ambiente propício para o investimento privado nos países africanos e a promoção do crescimento e do desenvolvimento sustentável estão listadas entre os principais objetivos deste Grupo. O Grupo Consultivo do G20 África é co-presidido pela Alemanha e África do Sul, e compreende membros do G20 e países africanos participantes do CWA, a saber: Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Gana, Guiné, Marrocos, Ruanda, Senegal, Togo e Tunísia. Outros stakeholders incluem o Banco Mundial (BM), o Banco Africano de Desenvolvimento, o FMI, a Comissão Europeia e a OCDE.

A agenda desta primeira reunião virtual contou com discussões sobre a eficácia das medidas de resposta à crise implementadas para mitigar o impacto da pandemia COVID-19 para os países de baixa renda e sobre o papel do setor privado africano no que diz respeito ao financiamento para o desenvolvimento. A reunião ofereceu a oportunidade de ouvir os representantes da Etiópia, Tunísia e República da Costa do Marfim, sobre o impacto que a pandemia COVID-19 está tendo sobre sua população e até que ponto essa crise pode afetar os investimentos do setor privado.

Organizações internacionais, como o BM e o FMI, que estão muito envolvidos na identificação de medidas políticas para apoiar os países mais vulneráveis em várias linhas de trabalho do G20, apresentaram o resultado de seus estudos sobre o financiamento do setor privado. Graças às reformas informadas com as quais os países da CWA se comprometeram em 2018, eles foram capazes de fortalecer seus quadros macroeconômicos e empresariais (a maioria com o apoio do FMI em 2020) aproveitando soluções digitais e estruturas financeiras que resultaram na facilitação de empréstimos. Até agora, o G20 priorizou o apoio aos países mais vulneráveis, com um pacote de medidas concretas, mais notavelmente através da nova alocação geral de direitos especiais de saque do FMI de US\$ 650 bilhões.

⁵ The G20 Compact with Africa (CWA), under the G20 Finance Track, promotes sustainable development in reform-minded African countries by improving the framework conditions for mobilizing private sector investments.

16/4 - Grupo de Estudos de Finanças Sustentáveis (SFSG) do G20 foi elevado a Grupo de Trabalho inserido no G20 Finance Track⁶ <https://www.g20.org/g20-sustainable-finance-working-group.html>

O enfrentamento das mudanças climáticas e os outros desafios necessários para levar o desenvolvimento econômico a um caminho sustentável requer o envolvimento do sistema financeiro e seu alinhamento com os objetivos da Agenda 2030 e as metas do Acordo de Paris. Em consonância com sua visão, articulada em torno dos pilares de Pessoas, Planeta e Prosperidade, a Presidência italiana do G20 restabeleceu o Grupo de Estudos de Finanças Sustentáveis (SFSG) dentro G20 Finance Track. Convidou a China e os Estados Unidos da América a co-presidir o SFSG e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para servir como seu Secretariado. Em 7 de abril, os ministros das Finanças do G20 e os governadores do Banco Central saudaram o retorno do Grupo de Estudos das Finanças Sustentáveis e concordaram em elevá-lo a um grupo de trabalho.

O primeiro objetivo do Grupo é fazer um balanço do trabalho internacional existente sobre finanças sustentáveis e traçar um roteiro para um caminho coletivo a seguir. O Grupo reconhece que, embora a mudança climática seja uma realidade que afeta a todos, seu impacto é assimétrico, assim como suas consequências nas economias de diferentes países. Além disso, os impactos sociais e econômicos da crise do COVID-19 ainda não podem ser totalmente estimados, colocando as contas fiscais sob estresse em muitos países e deixando pouco espaço para continuar trabalhando na transição para uma economia sustentável. Por essas razões, o grupo compromete-se a permitir flexibilidade, evitar que o tamanho único se encaixe em toda a abordagem, ter em mente os países de renda baixa e média baixa, bem como os países vulneráveis, e desenvolver um amplo conjunto de ferramentas e opções para todos os países do G20.

16/4 - O G20 registra a 1ª reunião para o tratamento de dívida do Chade sob o “Common Framework for Debt Treatments beyond the DSSI”⁷

<https://www.g20.org/the-italian-g20-presidency-welcomes-1st-meeting-for-a-debt-treatment-for-chad.html>

Esta reunião, realizada em 15 de abril gerou a seguinte declaração aprovando a demanda do Chade:

Após o endosso do G20 do "Quadro Comum para Tratamentos de Dívida além do DSSI" sob a Presidência saudita do G20, em novembro passado, que também foi endossado pelo Clube de Paris, as autoridades chadianas apresentaram um pedido formal de tratamento da dívida aos credores do G20 e do Clube de Paris.

⁶ O Finance Track inclui as reuniões realizadas entre ministros da Fazenda e da Economia, Governadores do Banco Central, Vice-Ministros e Sherpas (negociadores) designados pelos respectivos ministérios da Economia. O “Caminho das Finanças” se concentra principalmente em questões econômicas, financeiras, monetárias e tributárias. O resultado desse processo flui para o “Comunicado”, mais amplo, tradicionalmente adotado pelos Chefes de Estado e de Governo do G20 no final da sua reunião de Cúpula.

⁷ Documento disponível em:

https://clubdeparis.org/sites/default/files/annex_common_framework_for_debt_treatments_beyond_the_dssi.pdf

Todos os credores do G20 e do Paris Club com reivindicações sobre o Chade formalmente formaram um comitê credor, co-presidido pela França e Arábia Saudita, para discutir o pedido das autoridades chadianas. Sua primeira reunião foi realizada, por videoconferência, em 15 de abril de 2021. Os representantes do FMI e do Banco Mundial tiveram a oportunidade de apresentar as perspectivas macroeconômicas e as vulnerabilidades da dívida atualmente enfrentadas pelo Chade.

Consistente com suas leis nacionais e procedimentos internos, China, França, Índia e Arábia Saudita estão comprometidos em implementar o Quadro Comum de forma coordenada para responder ao pedido formal das autoridades chadianas. Como descrito no Quadro Comum, salientamos a importância para os credores privados e outros credores bilaterais oficiais do Chade fornecerem tratamento de dívida no âmbito do Quadro Comum ou em termos mais favoráveis, em consonância com a comparabilidade do princípio do tratamento.⁸

A Iniciativa de Suspensão de Serviços da Dívida (DSSI) é uma iniciativa do G20 e do Clube de Paris⁹ em que os credores oficiais bilaterais, durante um período limitado, estão suspendendo os pagamentos de serviços da dívida dos países mais pobres (73 países de renda baixa e média baixa) que solicitaram a suspensão. É uma maneira de aliviar temporariamente as restrições de financiamento para esses países e liberar recursos escassos para que eles possam ser usados para mitigar o impacto humano e econômico da crise de COVID-19. A partir de 8 de março de 2021, mais de 60% dos países elegíveis fizeram pedidos de suspensão do serviço da dívida. Em 2020, estima-se que 43 países tenham se beneficiado de US\$ 5,7 bilhões em suspensão de serviços de dívida. Em 7 de abril de 2021, os credores oficiais bilaterais do G20 concordaram com uma prorrogação final do DSSI por 6 meses até o final de dezembro de 2021.

(<https://www.imf.org/en/About/FAQ/sovereign-debt#s2q1>)

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Link geral para pesquisa de atualização da OCDE: <https://www.oecd.org/>

A OCDE continua destacando a importância vital do comércio para a vacinação global.

<https://www.oecd.org/coronavirus/en/#vaccine>

Com o lema “Sem comércio, não há vacina”, a OCDE explica que muitos países estão envolvidos na produção e distribuição de vacinas, o que inclui muitos componentes que vão desde conservantes, frascos e seringas até agulhas, caixas frias e freezers. Manter os mercados abertos seja reduzindo tarifas, agilizando processos relacionados ao comércio ou garantindo uma melhor coordenação logística é vital para uma implantação bem-sucedida da vacinação

⁸ Tradução livre
⁹ O Clube de Paris com 22 membros
<https://www.oecd.org/pt-br/club-de-paris/>



No trade? No vaccine.

Which countries do what in vaccine production and distribution?

te conta

[sao-formal-](#)



39

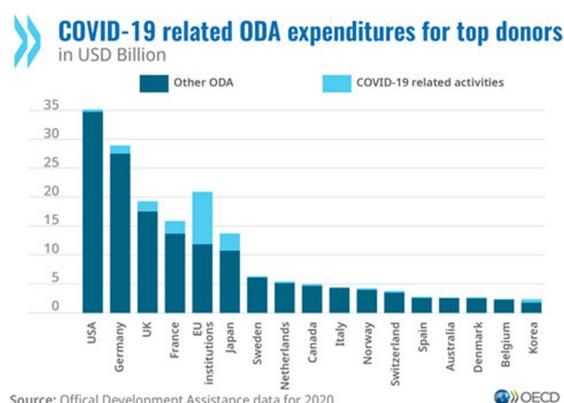
no mundo.

13/04/2021 – Divulgação de relatório sobre aumento da ajuda externa em 2020, no contexto da COVID-19, destacando a necessidade de maiores esforços contributivos.

<https://www.oecd.org/newsroom/covid-19-spending-helped-to-lift-foreign-aid-to-an-all-time-high-in-2020-but-more-effort-needed.htm>

A ajuda externa de doadores oficiais subiu para o nível recorde de US\$ 161,2 bilhões em 2020, um aumento de 3,5% em termos reais em relação a 2019, impulsionado por gastos adicionais mobilizados para ajudar os países em desenvolvimento a enfrentar a crise do COVID-19, de acordo com dados preliminares coletados pela OCDE. Dentro do total de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA na sigla em inglês) fornecido por membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE (DAC) em 2020, estimativas iniciais indicam que os países do DAC gastaram US\$ 12 bilhões em atividades relacionadas ao COVID-19. Parte disso foi de novos gastos e alguns foram redirecionados dos programas de desenvolvimento existentes, de acordo com uma pesquisa da OCDE realizada em abril e maio de 2020.

O ODA total equivaleu a cerca de 1% da quantidade que os países mobilizaram no último ano em medidas de estímulo econômico para ajudar suas próprias sociedades a se recuperarem da crise do COVID. Enquanto isso, o COVAX, iniciativa global de distribuição de vacinas, permanece severamente subfinanciado, disse o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, durante uma apresentação virtual dos dados de ajuda.



O total de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) de 2020 equivaleu a 0,32% da renda bruta nacional combinada dos doadores do DAC, contra 0,30% em 2019, ainda muito abaixo da meta de 0,7% de ODA em relação à Renda Nacional Bruta (RNB) dos países doadores. Parte do aumento da proporção deveu-se ao fato de que a RNB caiu na maioria dos países da DAC. Seis membros do DAC – Dinamarca, Alemanha, Luxemburgo, Noruega, Suécia e Reino Unido – atingiram ou ultrapassaram a meta de 0,7%. Entre os doadores de fora do DAC, cuja assistência aos países em desenvolvimento não está incluída nesse total, a Turquia forneceu ajuda equivalente a 1,12% do seu PIB.

15/4/21 OCDE realizou o evento virtual: COVID-19 and Mental Health: Addressing the hidden pandemic (COVID-19 e Saúde Mental: abordando a pandemia oculta)

https://oecd.tv/webtv-solution.com/7852/or/virtual_oecd_forum_series_2021_covid19_and_mental_health.html

22/4/21 – Lançamento do Relatório sobre Receitas ALC

<https://www.oecd.org/tax/tax-policy/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-24104736.htm>

Será lançado nessa data o Relatório de Estatísticas de Receitas na América Latina e no Caribe 2021. Este relatório compila estatísticas comparáveis de receita fiscal ao longo do período 1990-2019 para 27 economias latino-americanas e caribenhas. Com base no banco de dados de Estatísticas de Receitas da OCDE, aplica-se a metodologia da OCDE a países da América Latina e do Caribe para permitir a comparação dos níveis fiscais e das estruturas fiscais de forma consistente, tanto entre as economias da região quanto com outras economias. Esta publicação é realizada em conjunto pelo Centro de Política e Administração Tributária da OCDE, centro de desenvolvimento da OCDE, Centro Interamericano de Administração Tributária (CIAT), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e banco interamericano de desenvolvimento (BID).

BRICS na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Claudia Hoirisch

- Relação entre Brasil e China aponta distensão com a mudança de chanceler: China sinaliza que enviará 30 milhões de doses da Sinopharm ao Brasil até junho.
- Discurso do novo MRE.



O MS do Brasil enviou uma carta ao embaixador da China no Brasil Yang Wanming no início de março solicitando doses da vacina da Sinopharm, mas como a relação entre os dois países era arestosa pelo fato do último chanceler brasileiro Ernesto Araújo hostilizar a China, as tratativas não avançavam.

Com a entrada do novo chanceler brasileiro Carlos França dia 06/04/2021, as conversas entre os dois países parecem ter destravado: dias após a posse os MRE trataram de assuntos como a pandemia, a urgência do Brasil por vacinas, matéria-prima para fabricação dos imunizantes e medicamentos, além das relações comerciais¹⁰. O novo chanceler brasileiro enfatizou o interesse do país em manter uma relação de *harmonia* com a China, o conteúdo da conversa foi amistoso, o que sinaliza para uma normalização das relações Brasil-China. O chanceler recebeu sinal positivo de sua contraparte Wang Yi¹¹ para receber 30 milhões de doses da vacina BBIBP-CorV/Sinopharm previstas para chegar ao Brasil até junho. Além disso, o chanceler chinês acrescentou que ajudaria o país a obter IFAs suficientes para a produção de 60 milhões de doses vacina Oxford/AstraZeneca, fabricada na Fiocruz. A expectativa é que esse volume de IFA chegue ao Brasil no 2º sem/2021.

É importante analisar o discurso de posse do novo MRE para entender o posicionamento do Brasil daqui para frente^{12,13}. França disse que naquele momento a primeira urgência era a de combate à pandemia de Covid-19. *“Sabemos todos que essa tarefa extrapola uma visão unicamente de governo, e que no governo compete também ao Itamaraty, em conjunto com o MS, as missões diplomáticas e consulados do Brasil no exterior, estarem cada vez mais engajadas numa verdadeira **diplomacia da saúde**.”* *“Em diferentes partes do mundo serão crescentes os contatos com governos e laboratórios para mapear as vacinas disponíveis. Serão crescentes as consultas a governos e farmacêuticas na busca de remédios necessários ao tratamento dos pacientes em estado mais grave. São aportes da frente externa [Relações Exteriores] que podemos e devemos trazer para o esforço interno de combate à pandemia”.*

¹⁰ <https://noticias.r7.com/brasil/apos-conversa-de-ministros-brasil-e-china-se-reaproximam-por-vacinas-10042021>

¹¹ <http://is.china-embassy.org/eng/zgwj/t1868188.htm>

¹² [Assista ao discurso de Carlos França na posse como chefe do Itamaraty | Poder360](#)

¹³ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/04/em-1o-discurso-novo-chanceler-defende-diplomacia-da-vacina-e-desenvolvimento-sustentavel.shtml>

“Meu compromisso é com intensificação e a maior articulação das ações em curso. Maior articulação no âmbito do Itamaraty, maior articulação com outros órgãos públicos, com o Congresso Nacional. Assim, serão maiores as chances de que nosso trabalho diplomático se traduza em resultados para a vida dos brasileiros. Meu compromisso, enfim, é engajar o Brasil num intenso esforço de cooperação internacional, sem exclusões e abrir novos caminhos de atuação diplomática sem preferência desta ou daquela natureza.” O sujeito não nomeado era a China já que o antigo chanceler Araújo adotou desde o início de sua gestão uma posição de confrontação com a China e praticamente rompeu com os canais de comunicação com a missão diplomática chinesa em Brasília.

França usou o termo “*diplomacia da saúde*” para demonstrar que o Itamaraty buscará ativamente vacinas e medicamentos junto a outros governos e o contato com o chanceler chinês é um dos primeiros movimentos nessa direção.

Disse que entende política externa como política pública. Contudo não será suficiente dialogar com outros países, manterá os canais abertos dentro do país: com os colegas de Esplanada, com os Poderes da República, com os setores produtivos, com a sociedade.

França evitou repetir os ataques aos organismos multilaterais. Apesar de destacar que o Brasil sempre foi relevante no espaço do “diálogo multilateral” ponderou que isso não significa “aderir a toda e qualquer tentativa de consenso que venha a emergir, na ONU ou em outras instâncias”, em um aceno para o discurso defendido pelo PR.

Elogiou o recente apelo da nova diretora-geral da OMC - a nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala -, sobre a necessidade de um consenso amplo que garanta acesso a vacinas com mais produção e melhor distribuição. Disse que “a tarefa não é simples, ninguém ignora que existe no mundo hoje uma escassez de insumos médicos”, mas assegurou “que os recursos da nossa diplomacia permanecerão mobilizados para atender às demandas das autoridades de saúde”.

Em relação à América Latina, França elogiou o Mercosul, “uma etapa construtiva da integração com nossos vizinhos”.

Disse que “o diálogo é essencial na resposta a todas essas urgências: a sanitária, a econômica, a ambiental” e se apresentou como “um construtor de pontes”.

América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger

Até o dia 18 de abril de 2020, foram registrados na região das Américas 59,5 milhões de casos positivos e 1,43 milhões de óbitos, que continua sendo uma das mais afetadas.

Durante a última semana, mais de 1,3 milhões de pessoas contraíram COVID-19 na Região das Américas e 36.000 morreram em decorrência do vírus, sendo América do Sul a mais atingida.

A Amazônia é uma área particularmente afetada, com um aumento considerável de casos no Brasil, Colômbia, Venezuela, Peru e algumas áreas da Bolívia.

Observa-se a introdução de novas variantes nas Guianas, os casos se aceleraram na Guiana Francesa e na Guiana. Mais ao sul, o número de infecções continua aumentando no Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile, que mais uma vez motivaram medidas para encerrar atividades, isolar populações e fechar suas fronteiras.

No Caribe, Cuba, Porto Rico e algumas ilhas menores como Curaçao, Bermuda e Aruba estão relatando aumentos no número de novos casos. Segundo o CARPHA SITUATION REPORT NO. 149¹⁴ alguns Estados membros continuam registrando aumentos no número de casos positivos, com o número de casos ultrapassando 660.000 no Caribe e 145.000 no CMS. Além disso, 46% dos CMS estão relatando disseminação pela comunidade e houve relatos de novas cepas variantes preocupantes do SARS-CoV-2 na região. Embora alguns países tenham começado a distribuição de vacinas, a CARPHA continua a insistir que permanece crítico que a vigilância ativa, testes e medidas de prevenção e controle COVID-19, incluindo distanciamento físico, higiene das mãos e uso de máscaras sejam mantidos. O risco de ocorrência de novos casos no Caribe continua muito alto. Os países devem continuar a se concentrar na interrupção da transmissão viral e na redução da mortalidade associada ao COVID-19.

Na América do Norte, o número de infecções continua aumentando no Canadá. Hospitais em todo o país estão relatando um aumento no número de hospitalizações para pessoas com menos de 60 anos, levantando preocupações sobre a capacidade dos sistemas de saúde de lidar com o aumento esperado de casos com a propagação de variantes P .1 e B.1.1 .7.

A OPAS, em seu último comunicado à imprensa¹⁵, adverte que as variantes altamente transmissíveis estão se espalhando e que as medidas de distanciamento físico não são mais aplicadas com tanta rigidez como antes. Como resultado, há cada vez mais casos de hospitais superlotados, escassez de suprimentos médicos e desafios na prestação de cuidados adequados aos pacientes.

¹⁴ <https://www.carpha.org/Portals/0/Documents/COVID%20Situation%20Reports/Situation%20Report%20149%20-%20April%202015,%202021.pdf>

¹⁵ <https://www.paho.org/es/medios/rueda-prensa-semanal-sobre-situacion-covid-19-region-amicas>

Tabela Nº 1: América Latina: Casos Confirmados e Falecimentos á 22 de marco de 2021

	País	Casos Confirmados	Falecimentos	Recuperados	Pessoas Vacinadas	População em Miles
Norte América	Canadá	1.106.062	23.541	997.202	9.205.307	37.742
	Estados Unidos	31.250.635	560.858	11.977.707	204.022.174	328.000
	México	2.299.939	211.693	11.823.732	10.581.915	128.933
Total Norte América		34.656.636	790.092	24.798.641	223.809.396	494.675
Sul América	Argentina	2.658.628	59.084	2.324.107	6.093.016	45.196
	Bolívia	287.360	12.625	236.455	511.494	11.501
	Brasil	13.832.455	368.749	12.298.863	32.394.085	212.559
	Chile	1.117.348	25.055	1.045.807	12.726.959	19.116
	Colômbia	2.619.422	67.564	2.442.453	3.455.453	50.883
	Equador	358.157	17.641	298.604	460.468	17.643
	Paraguai	246.806	5.177	202.109	74.340	7.183
	Peru	1.689.051	56.454	1.610.563	1.048.575	32.972
	Uruguai	159.569	1.788	126.119	1.267.396	3.474
Venezuela	180.609	1.870	162.936	---	28.436	
Total Sul América		23.149.405	616.007	20.748.016	58.031.786	691.644
Centro América	Belize	12.538	318	12.143	32.150	398
	Costa Rica	228.577	3.071	196.974	586.799	5.094
	El Salvador	67.404	2.072	63.685	356.550	6.486
	Guatemala	212.307	7.190	190.388	150.898	17.916
	Honduras	199.682	4.934	76.235	58.455	9.905
	Nicarágua	5.407	180	5.176	38.628	6625
	Panamá	360.249	6.185	350.134	551.046	4.315
Total Centro América		1.086.164	23.950	894.735	1.783.526	37.742
Caribe e Islãs do Oceano Atlântico	Cuba	92.474	512	87.061	---	11.327
	Haiti	12.918	251	11.791	---	11.403
	República Dominicana	260.627	3.414	218.306	1.000.000	11.630
	Resto dos Países do Caribe Islãs Y Territórios	292.707	4.510	206.140	2.245.305	10.901
Total Caribe e Islãs do Oceano Atlântico		658.726	8.687	523.298	3.245.305	45.261
TOTAL DE LA REGION DAS AMERICAS		59.550.931	1.438.736	46.964.690	286.870.013	

Fonte: Construção própria a partir de dados da OPAS. <https://ais.paho.org/phil/viz/COVID19Table.asp>. Acesso 18 de abril de 2021. Os dados de inumação podem ser consultados em https://ais.paho.org/imm/IM_DosisAdmin-Vacunacion.asp. Acesso 18 de abril de 2021.

Até o momento, foram administradas 286,8 milhões de doses de vacinas, das quais 101,8 milhões de pessoas já completaram sua imunização (com ambas as doses ou com vacinas de dose única)

O COVAX, por meio do Fundo Rotativo de Vacinas da OPAS, distribuiu 4,128 milhões de doses a 29 países da Região. O COVAX fornece apenas 1% do total de doses subministrada na região, o que tem feito que muitos países já falem de seu fracasso ou apresentem queixas perante a OMS¹⁶.

Reunião Ibero-americana de Ministros de Relações Exteriores

Os ministros das Relações Exteriores de Andorra, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Portugal e Venezuela, bem como Vice-Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Honduras, Paraguai e Uruguai se reuniram em 15 de abril virtualmente para acertar os documentos finais que serão apresentados aos líderes na XXVII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, a ser realizada em Andorra em 21 de abril.

Os chanceleres sublinharam a importância do multilateralismo, do consenso e da cooperação ibero-americana para enfrentar a pandemia, destacando a importância do acesso equitativo às vacinas e do financiamento internacional rápido e flexível, com mecanismos que respondam às necessidades específicas dos países.

Acertou-se a ***Declaração e o Compromisso de Inovação para o Desenvolvimento Sustentável*** e discutiram-se 15 comunicações especiais que articulam soluções concretas para a recuperação da região dos efeitos da pandemia COVID-19 nos âmbitos sanitário, social e econômico.

Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América 2020, da Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB)

Os países da Ibero-América intensificam a cooperação na área da saúde e fortalecem capacidades para enfrentar a COVID-19 e futuras pandemias. Os pontos focais de cooperação internacional dos países ibero-americanos se reuniram virtualmente para assistir o lançamento pela Secretaria Geral Ibero-Americana do **Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América 2020** com cerca de 300 projetos desenvolvidos em 2018 e 2019, um número significativo em meio aos esforços atuais da região para mitigar o impacto da pandemia COVID-19.

De acordo com o relatório, Chile, México, Cuba, Colômbia, Argentina e Brasil têm sido provedores especialmente dinâmicos de intercâmbios bilaterais. Por seu lado, a Espanha (e, incipientemente, Portugal) mais uma vez se destaca como um dos países mais ativos na colaboração triangular.¹⁷

O Relatório tem quatro partes:

1. O multilateralismo como resposta aos desafios atuais: a experiência dos países ibero-americanos em cooperação Sul-Sul e Triangular: Analisando o impacto da pandemia COVID-19 na América Latina; ações pós-pandêmicas; o papel do multilateralismo: perspectiva desde o espaço ibero-americano; a Convergência entre a Cooperação Ibero-americana e a

¹⁶ O Paraguai apresentou queixas à OMS pela lentidão em chegar ao país com as vacinas e outros países como a Argentina têm se manifestado sobre o fracasso do COVAX. <http://www.pharmabaires.com/1996-sola-reclamo-por-un-acceso-equitativo-a-las-vacunas-y-admitio-el-fracaso-de-covax.html>

¹⁷ O informe técnico na íntegra está disponível em: <https://informesursur.org/es/report/informe-de-la-cooperacion-sur-sur-y-triangular-en-iberoamerica-2020/>

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; e os Desafios da Cooperação Sul-Sul e Triangular em face da pandemia COVID-19.

2. A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul Bilateral: Analisando as Iniciativas de Cooperação Sul-Sul Bilateral em 2019; a participação dos países no CSS Bilateral na Ibero-América; a Análise Setorial 2019 da Cooperação Sul-Sul Bilateral e da Cooperação Sul-Sul Bilateral e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

3. Cooperação Triangular na Ibero-América: que analisa as Iniciativas de Cooperação Triangular em 2019; Participação dos países e seus parceiros na Cooperação Triangular na Ibero-América, apresenta uma Análise Setorial da Cooperação Triangular de 2019 e Cooperação Triangular e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

4. A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul intra e inter-regional: que analisa um pouco mais sobre a Cooperação Sul-Sul; a Cooperação Intra-regional na Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul Inter-regional na Ibero-América.

Reunião Preparatória com Líderes de Projetos Nacionais de Desenvolvimento de Vacinas nos Países da CELAC

No dia 8 de abril, foi realizada uma reunião preparatória, com o objetivo de: Elaborar os elementos e conteúdos do Encontro sobre: Desenvolvimento Tecnológico das Vacinas CELAC contra Covid-19 e informar aos palestrantes a dinâmica de sua participação no encontro, bem como a informação esperada, particularmente mecanismos de colaboração, criação de plataformas para compartilhar resultados do desenvolvimento de vacinas contra Covid-19 na região.

Na abertura do encontro, a Dra. Esther Orozco, pesquisadora emérita do Centro de Pesquisas e Estudos Avançados (CINVESTAV) do Instituto Politécnico Nacional deu as boas-vindas e explicou os objetivos do encontro. Em seguida, gerou-se um diálogo entre as lideranças de projetos nacionais nos países da CELAC, fomentando intercâmbios e promovendo a cooperação.

Posteriormente, em 15 de abril, foi realizada a **“Reunião Desenvolvimento Tecnológico de Vacinas contra a Covid-19”** visando a atingir os seguintes objetivos:

- ✓ Conhecer a situação do desenvolvimento de vacinas contra Covid-19 na região da CELAC, com base em seus métodos e seu nível de avanço tecnológico.
- ✓ Acordar mecanismos que permitam o apoio regional aos mais sólidos projetos em andamento, a fim de obter, no menor tempo possível, a capacidade e a infraestrutura necessárias para produzir vacinas contra Covid-19 em laboratórios da região da América Latina e Caribe e reduzir ao mínimo a dependência em insumos extra-regionais; e
- ✓ Analisar elementos de valor para a implementação de planos de vacinação na região que podem impactar a saúde (eficácia na implementação) e economicamente (redução de custos na implementação); processos de armazenamento; logística e implantação de vacinas, processos regionais de validação e aprovação; identificação de infraestrutura regional para implantação de protocolos clínicos, entre outros.

Na Reunião foram apresentados os Projetos Nacionais de Vacinas:

Argentina: Juliana Cassataro, Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET) do Instituto de Pesquisas Biotecnológicas (IIB-INTECH) da Universidade de San Martín (UNSAM)

Brasil: Raúl Machado Neto, Diretor de Estratégia Institucional do Butantan e Marco Krieger, vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz

Cuba: Eduardo Martínez Díaz, Presidente Biocubafarma

México: Elena Álvarez-Buylla Roces, Diretora Geral do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; Juan Pedro Laclette San Román, Pesquisador Emérito do Instituto de Pesquisa Biomédica da Universidade Nacional Autônoma do México; Laura Alicia Palomares, pesquisadora do Instituto de Biotecnologia da Universidade Nacional Autônoma do México; Beatriz Xoconostle, Pesquisadora do Departamento de Biotecnologia e Bioengenharia do Centro de Pesquisas e Estudos Avançados do IPN.

Resulta oportuno apontar que, embora a PPT da CELAC criou uma página web, as informações que se apresentam são coletadas com informantes chaves e não são postadas institucionalmente.

Organismo Andino de Saúde- Convenio Hipólito Unanue- ORAS/CONHU

O Organismo Andino de Saúde continua propiciando uma intensa tarefa de difusão e reflexões de informações sobre a pandemia por meio de webinars¹⁸.

Em 10 de abril, foi lançado um **Comunicado sobre a Responsabilidade Coletiva para Prevenir a Transmissão da Infecção COVID-19**¹⁹ que faz um chamado à responsabilidade coletiva e, principalmente, aos órgãos do Estado na prevenção da transmissão da infecção da Covid-19.

O Comunicado destaca que: *“Em muitos países andinos estão ocorrendo processos eleitorais que envolvem uma maior mobilização das pessoas. Nos próximos meses, as celebrações do dia das mães e dos pais estão chegando. O cenário é muito mais complexo que no mesmo período de 2020. Na América do Sul circulam variantes novas, mais transmissíveis e possivelmente mais virulentas. Os sistemas de saúde atingem uma taxa de ocupação preocupante. O pessoal de saúde e demais equipes de apoio trabalham com exaustão”*.

Ele ressalta que *“... são necessárias melhores definições e critérios para o manejo terapêutico dos casos. Não se espera que a cobertura vacinal seja alcançada com a rapidez necessária para ter um impacto positivo na redução desse problema de saúde pública”*.

O comunicado apela a uma melhor comunicação a respeito da Pandemia e para que a abertura das atividades econômicas não dê um marco para a imprudência, levando em consideração a PREVENÇÃO.

LXXIII Sessão Ordinária do PARLASUR – Parlamento do MERCOSUL

No dia 16 de abril, o Parlamento do MERCOSUL se reuniu virtualmente. A LXXIII Sessão Ordinária do PARLASUR iniciou-se com a aprovação das atas da Sessão anterior e a assunção

¹⁸ <http://orasconhu.org/portal/node/622>

¹⁹ <http://orasconhu.org/portal/blog/721>

dos assentos dos Parlamentares argentinos Carlos Daniel Gleadell e Carlos López, bem como da nova Delegação do Uruguai.

O Parlamentar Gustavo Penadés foi eleito Vice-Presidente e representante do Uruguai no Conselho de Administração, afirmando ao assumir seu mandato que “a delegação do Uruguai se compromete a continuar trabalhando para uma integração efetiva que beneficie essencialmente nossos povos. Já que a PARLASUR representa os povos que integram nosso bloco comercial, cultural e político”, concluiu.

Durante a sessão livre, a ênfase trabalhar em como dar à pandemia COVID-19 uma resposta em bloco. O parlamentar Arlindo Chinaglia (Brasil) informou que “pelo menos 108 países são a favor da suspensão temporária ou falência de patentes de vacinas na OMS. Poderíamos, a partir do PARLASUL, enviar essa mensagem a todos os países que integram o MERCOSUL”. Por sua vez, o parlamentar Ricardo Canese (Paraguai) destacou como os países desenvolvidos suspendem mais de 75% das vacinas e que essa desigualdade vai complicar ainda mais a saída e a recuperação do mundo.

Em seu discurso, o Parlamentar da Argentina, Alejandro Karlen, disse que “hoje estamos praticamente diante de um novo vírus com as cepas do Reino Unido, da África do Sul e do brasileiro P1 e que o Mercosul deve retomar seu mecanismo de compra conjunta de medicamentos.

Foi aprovada pelo Parlamento do MERCOSUL uma Declaração sobre a acessibilidade universal de uma vacina contra a COVID-19 e que seja distribuída de forma equitativa para alcançar a imunização planetária, superando a diversidade nacional de qualquer natureza.

O parlamentar Carlos Gomes (Brasil) foi o relator e afirmou que esta Declaração pretende fazer um apelo aos países para se unirem com o objetivo de alcançar uma vacina de acesso universal contra a COVID-19 e a necessidade de os organismos internacionais trabalharem juntos para harmonizar o científico e o técnico critérios para o tratamento dos pacientes. Carlos Gomes informou ainda que a Comissão de Saúde do PARLASUL aprovou e organizou um webinar sobre a situação das vacinas no MERCOSUL. Este Webinar será realizado em 19 de abril, a partir das 9h.

Para o Presidente da PARLASUR, Parlamentar Celso Russomanno, é importante que a PARLASUR colabore com os Ministérios da Saúde dos países do bloco para conseguir um maior acesso às diferentes vacinas existentes, inclusive, com maior participação de laboratórios públicos em cooperação com atuais fabricantes internacionais.

Por fim, foi aprovado o Orçamento para o ano em curso, onde se verifica uma redução de 10% face ao Orçamento para 2020.

UNIÃO AFRICANA E CDC ÁFRICA (12 e 13 de abril)

Conferência virtual: *Expanding Africa's Vaccine Manufacturing for Health Security*

O choque da pandemia global da COVID-19 tem sido um alerta para a África, destacando-se a necessidade de reforçar os sistemas de saúde e preparar-se para enfrentar futuras crises sanitárias. O CDC África acredita que a África precisa de uma Nova Ordem de Saúde Pública para salvaguardar a saúde e a segurança económica do continente enquanto se esforça por satisfazer as aspirações da sua Agenda 2063 e reagir a futuras ameaças de doenças.

A proposta da Nova Ordem de Saúde Pública apela à colaboração transcontinental e global, cooperação, coordenação e será baseada em quatro pilares: (a) reforço das instituições de saúde pública; (b) reforço da força de trabalho de saúde pública; (c) expansão e reforço da produção africana de vacinas, diagnósticos e terapêuticas; (d) parcerias respeitadas e orientadas para a ação.

A conferência centrou-se no terceiro destes pilares: o fabrico africano de vacinas. Segundo o CDC África, hoje em dia, a capacidade africana de fabrico de vacinas é baixa. E embora o continente consuma aproximadamente um quarto das vacinas globais por volume, ele fabrica menos de 1% das suas vacinas de rotina, com quase nenhuma vacina contra os surtos locais. Por isso, a África é considerada demasiado dependente das importações, deixando os africanos expostos aos riscos da cadeia de abastecimento e da saúde pública - uma situação tornada clara pela luta atual do continente para aceder às vacinas contra a COVID-19.

De forma otimista, a União Africana tomou várias iniciativas para expandir a capacidade de fabrico de fármacos no continente. Veja-se o Plano de Fabrico de Fármacos para a África de 2007 (PMPA – *Pharmaceutical Manufacturing Plan for Africa*) que incluiu recomendações sobre como os Estados-Membros deveriam abordar a criação de capacidades farmacêuticas locais. No entanto, apesar destes esforços anteriores, subsistem ainda várias barreiras que impedem os países africanos a avançarem para o fabrico de vacinas em escala, a saber: (1) ambientes regulamentares; (2) escala e incertezas; (3) acesso ao financiamento; (4) competências locais e acesso à tecnologia; (5) coordenação clara entre os Estados-Membros, sectores privados nacionais e atores globais; e (6) infraestruturas.

De repente, as reações nacionais à crise da COVID-19 vão desde o protecionismo ao nacionalismo exacerbado da vacina, tornando ainda mais claro que a África precisa de investir e estruturar o seu próprio sistema de saúde. Por outro lado, a crise atual deu origem a uma nova onda de apoio dos governos africanos, instituições africanas e globais de saúde pública, parceiros de desenvolvimento e o sector privado, para a expansão do fabrico local de vacinas.

Os pressupostos apresentados são muito convincentes, pois a expansão do fabrico de vacinas em África poderia contribuir significativamente para a saúde pública: (1) um fornecimento sustentável e seguro de vacinas de rotina; (2) uma melhor resposta a surtos e pandemias; e (3) o desenvolvimento de produtos adaptados ao contexto africano. Além disso,

o fabrico local poderia beneficiar as suas economias de forma a aumentar o emprego altamente qualificado e, indiretamente, o desenvolvimento dos sectores fabril e da própria indústria farmacêutica. Os benefícios do fabrico de vacinas, no entanto, não estão garantidos. Dada a complexidade do processo que rodeia à produção africana de vacinas, os governos do continente devem considerar cuidadosamente as compensações e os custos potenciais.

E com base nos pressuposta acima referidos, a União Africana decidiu realizar esta conferência virtual, convidando não apenas os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros, mas também os peritos, fabricantes, instituições financeiras, líderes do sector privado e representantes da sociedade civil. Esta reunião reflete o momento oportuno para refletir e discutir sobre a necessidade de expansão do fabrico de vacinas em África que vai ao encontro dos desígnios da União Africana para uma Nova Ordem de Saúde Pública no continente.

Durante os dois dias do programa, participaram cerca de 90 oradores, mais de 40.000 participantes cumulativos em mais de 100 países distribuídas por todas as plataformas do CDC África e puderam testemunhar dois grandes anúncios de parceria em apoio ao reforço das iniciativas de fabrico de vacinas em África!

Esta conferência teve uma presença virtual expressiva de representantes de muitas instituições públicas, privadas e filantrópicas de África, América (s), Europa e Ásia.

A Fiocruz foi convidada e a sua Presidente integrou o painel sobre “Parcerias com as fundações para o fabrico de vacinas”. Foi uma surpresa porque esperava-se a Fiocruz num outro painel, sobretudo aquele sobre “Parcerias bilaterais e multilaterais para o fabrico de vacinas” em que participaram os Diretores do NIH dos EUA (Francis Collins) e do CDC da China (George Gao). Mas a Nísia foi muito enfática no início da sua apresentação, esclarecendo que a Fiocruz é uma instituição do Ministério da Saúde do Brasil muito comprometida com a cooperação sul-sul, dispondo já de um Escritório em Moçambique para a cooperação com o continente africano.

Neste âmbito, todas as instituições que participaram nesta conferência têm agora um quadro de referência para a cooperação com a União Africana²⁰.

A CEPI e a União Africana assinaram o Memorando de Entendimento para impulsionar a P&D e fabrico de vacinas²¹

Antes da sessão de encerramento, foram assinados dois Memorandos de Entendimento: um com o Afreximbank²² (*The African Export-Import Bank*) e um outro com a CEPI (*the Coalition for Epidemic Preparedness Innovations*) com mais detalhes sobre o seu âmbito.

Âmbito da colaboração com a CEPI:

²⁰ [post-summit-comunique-African-Union-and-Africa-CDC-launches-Partnerships-for-African-Vaccine-Manufacturing.pdf](#)

²¹ [210413_CEPI-AU-Announcement-1.pdf \(africacdc.org\)](#)

²² O Banco Africano de Exportação e Importação é uma instituição multilateral de financiamento do comércio pan-africana criada em 1993 pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e está sediada no Egito

- fortalecer a preparação para pandemias e surtos no continente, com base em lições aprendidas da COVID-19 e da aquisição e distribuição de vacinas através da COVAX e da Equipa de Trabalho para a Aquisição de Vacinas Africanas (AVATT) da União Africana.
- investir em pesquisas, inovações e desenvolvimento (PI&D) de vacinas em África para permitir uma produção mais rápida e fácil
 - investir no reforço das capacidades e na formação para promover o desenvolvimento das competências locais necessárias para impulsionar a P&D e o fabrico de vacinas em África
 - reforçar as instituições para que melhorem as necessidades científicas com vista ao desenvolvimento de vacinas - por exemplo, através de investimentos em laboratórios regionais e centros de investigação em toda a África.
 - criar parcerias que permitam a expansão sustentável do fabrico de vacinas em África.

E sobre a situação da pandemia no continente, já está disponível o *Outbreak Brief* nº 65²³ (em **inglês, francês e árabe**) que traz em grandes detalhes os dados epidemiológicos, laboratoriais, de assistência médica e recomendações aos Estados-Membros da União Africana.

Infelizmente, a versão portuguesa continua inexistente o que prejudica os leitores dos países africanos de língua não fluentes nesses três idiomas.

OMS AFRO

A OMS dá conta da situação de vacinação, apontando que mais de 13,6 milhões de doses, sendo 12 milhões de AstraZeneca, foram administradas em África, com a maioria de relatos de eventos adversos envolvendo apenas efeitos secundários leves a moderados. Não houve até à data casos de distúrbios relativos à coagulação de sangue notificados após a vacinação²⁴.

Para além da pandemia, a OMS alerta pela continuação de surtos de Ébola na Guiné Conacri e na República Democrática do Congo (RDC) e a crise humanitária em Cabo Delgado, norte de Moçambique²⁵.

Relações Argélia-França

Tudo por causa disto: o primeiro-ministro da França anulou a sua visita à Argélia a três dias de ser realizada. Motivos: oficialmente por causa da Covid-19. No entanto, a Argélia descartou a possibilidade que fosse por causa da pandemia. E como os dois países já têm relações diplomáticas delicadas, a polémica avolumou-se à volta dessa anulação inesperada da visita. *“Je t’aime, moi non plus” (amo-te, eu também não)*, escreve o quotidiano Liberté para ironizar que as relações entre os dois países são tumultuosas, beirando amor e ódio. O jornal argelino vai mais longe para assinalar que *“por vezes viramos as costas um ao outro, como vizinhos zangados (o Mediterrâneo os separa), por vezes procuramos desesperadamente um ao outro como dois amantes separados”*.

²³ https://africacdc.org/download/outbreak-brief-65-coronavirus-disease-2019-covid-19-pandemic/?ind=1618413984032&filename=AfricaCDC_COVIDBrief_13APR21_EN%20.pdf&wpdmdl=8226&refresh=6079e53ab748b1618601274

²⁴ [Bolstering vigilance as Africa rolls out COVID-19 vaccines | WHO | Regional Office for Africa](https://www.who.int/news-room/feature-stories/bolstering-vigilance-as-africa-rolls-out-covid-19-vaccines)

²⁵ <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/340773/OEW15-0511042021.pdf>

Oficialmente, Paris invoca a situação sanitária. Explica que a delegação francesa não podia viajar em grande número, enquanto a França está confinada devido à pandemia de Covid-19. Mas Argel que, no entanto, tinha finalizado os preparativos, não está convencida. Um dos mais altos funcionários argelinos deu a conhecer a sua raiva. O Ministro do Trabalho argelino chamou à França "*o inimigo tradicional e eterno da Argélia*".

Até à data deste informe, o governo argelino ainda não reagiu. Mas a imprensa já está a analisar este novo fracasso. Na sua primeira página, Liberté refere-se aos "aspectos não ditos de um mal-entendido". E são mais políticos do que a França está disposta a admitir.

O anúncio do governo francês, na semana anterior à visita abortada, de abrir um consulado em *Dakhla* não seria estranho a este retiro, de acordo com o site de notícias argelino TSA. Pois a cidade está "em território saharau ocupado", de acordo com o título desse site.

A abertura de um consulado francês nesta região do Sahara Ocidental é um novo golpe para a Frente Polisário e o seu aliado argelino. O movimento saharau continua a reivindicar esta área, controlada de facto por Marrocos, apoiada pelos Estados Unidos e por uma parte da comunidade internacional.

Para não mencionar que o adiamento da visita do Primeiro-Ministro chega numa altura em que as cicatrizes da memória estão cruas e Argel está à espera de gestos de pedido de desculpas de Paris²⁶.

A apresentação do relatório Stora a Emmanuel Macron no final de janeiro era para facilitar as relações. Mas, para Argel, é imperfeito. A ex-colónia deplora a ausência de desculpas oficiais do Estado francês pela colonização e crimes de guerra na Argélia, recorda este editorialista argelino do jornal L'Expression: talvez tenha chegado o momento de Argel e Paris saírem da armadilha da memória, mas isto não pode ser feito sem assumir a totalidade do passado vivido".

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

A Cimeira Extraordinária da Dupla Troika (DTS) decorreu no dia 8 de abril, em Maputo, Moçambique, tendo nela participado, para além do Chefe de Estado do país anfitrião, os seus homólogos do Botswana, Malawi, África do Sul e do Zimbábue. A nova Presidente da Tanzânia foi representada pelo Governador de Zanzibar. Também participou a Secretária Executiva da SADC, Stergomena Lawrence Tax.

Os Chefes de Estado receberam o relatório sobre a situação de segurança em Moçambique e registaram com preocupação os atos de terrorismo cometidos contra os civis, mulheres e crianças inocentes em alguns distritos da Província de Cabo Delgado, condenaram em termos mais veementes e declararam que não será permitido que os ataques terroristas continuem sem uma resposta regional na medida adequada.

Foi reafirmado o compromisso contínuo da SADC em contribuir nos esforços da paz e segurança, reconciliação e desenvolvimento de Moçambique. Os Chefes de Estado decidiram pelo destacamento imediato de uma equipa técnica para Moçambique e pela convocação de

²⁶ <https://www.courrierinternational.com/article/diplomatie-jean-castex-annule-sa-visite-officielle-lalgerie-en-colere>

uma reunião ministerial extraordinária que deverá apresentar um relatório à Cimeira Extraordinária no próximo dia 29 de abril²⁷.

Ainda com relação à crise humanitária em Moçambique, a União Europeia anunciou disponibilizar 24,5 milhões de euros em ajuda humanitária para a África Austral e a Região do Oceano Índico. Deste valor, 7,86 milhões de euros serão canalizados ao mecanismo de resposta às consequências humanitárias do conflito em Cabo Delgado. Outros 6 milhões de euros serão alocados aos programas de acesso à educação e 8 milhões de euros para melhorar a preparação para desastres na região²⁸.

IGAD - Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento

A União Africana (UA), a União Europeia (UE), a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e as Nações Unidas (ONU) estão muito preocupadas com a situação na Somália. A este respeito, realizou-se uma reunião virtual a 9 de abril, com a participação de representantes destas organizações.

A reunião foi convocada tendo em conta a gravidade do impasse político na Somália por causa de bloqueio do adiamento de eleições e a continuação do beco sem saída no diálogo entre o Governo Federal e alguns líderes dos estados federados.

Na sequência destas deliberações, a UA, a UE, a IGAD e a ONU:

a) Reiteraram o seu respeito pela soberania, integridade territorial, independência política e unidade da Somália; apelam aos líderes somalis para que deem prioridade ao interesse nacional e regressem imediatamente ao diálogo para procurarem um compromisso sobre as questões pendentes e para assegurarem que não sejam tomadas medidas que possam minar a estabilidade do país que é fundamental para a manutenção da paz e segurança internacionais;

b) Sublinharam que o Acordo de 17 de setembro continua a ser o caminho mais viável para a realização de eleições com o menor atraso possível e exortar o Governo Federal e os líderes dos estados membros federais a rever e validar as recomendações do órgão responsável pelo processo (o Comité Técnico de Baidoa de 16 de Fevereiro de 2021) e procurar um acordo através de um compromisso sobre quaisquer questões pendentes necessárias para uma rápida realização das eleições;

c) Apreciaram os esforços dos parceiros Internacionais em facilitar a comunicação entre os líderes somalis; exortar os parceiros a reforçar estes bons ofícios e a identificar, se necessário, novas formas de apoio ao regresso ao diálogo entre os intervenientes políticos;

d) Reafirmaram a decisão de não apoiar qualquer processo paralelo, eleições parciais ou novas iniciativas que conduzam a qualquer extensão de mandatos anteriores;

e) Manifestaram sérias preocupações de que o impasse político esteja a ter um impacto negativo na paz, segurança, estabilidade e prosperidade na Somália e não só;

f) Apelaram aos líderes políticos somalis para que continuem os progressos feitos na construção do Estado e na política inclusiva, especialmente eleições e transição pacífica do

²⁷ [Communique of the Extraordinary SADC Double Troika Summit 8 April 2021-PORTUGUESE.pdf](#)

²⁸ [Vítimas do terrorismo em Cabo Delgado vão receber apoio de 600 milhões de meticais da UE - MMO](#)

poder e apelam a esses líderes para que cumpram hoje os interesses vitais do povo somali para eleições pacíficas, livres, justas e credíveis;

g) Instaram todos os líderes somalis a exercerem a máxima contenção e a absterem-se de quaisquer ações que possam conduzir a uma escalada de tensões.

4) A União Africana, a União Europeia, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento e as Nações Unidas continuarão a acompanhar de perto a situação na Somália²⁹.

²⁹ <https://www.igad.int/programs/66-somalia/2663-joint-communique-on-the-situation-in-somalia-au-eu-igad-and-un>

Europa na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A Região Europeia da OMS (53 países) permanece com elevados números de mortes e novos casos, que continuam na casa dos 1.6 bilhões de novos casos reportados a cada semana: 9.500 por hora, 160 pessoas por minuto. Quiçá pela vacinação, as mortes entre os maiores de 80 anos contrariam a tendência observada em outras faixas etárias e vêm apresentando queda. As hospitalizações mantêm-se em níveis elevados, apresentando esgotamento da capacidade de cuidados intensivos em todas as partes da Região, conforme o pronunciamento semanal de 15 de abril³⁰. Falando a partir da Grécia, onde inaugurou junto com o Ministério da Saúde da Grécia, o *Athens Quality of Care Office*, Hans Kluge, destacou a ênfase na necessidade urgente de garantir o acesso equitativo aos cuidados de saúde, trazida pela pandemia da Covid-19. O novo centro atenderá países da parte sudeste da Região Europeia da OMS e da bacia do Mediterrâneo, com foco na assistência técnica, apoio e liderança na qualidade do atendimento e segurança do paciente, um grande marco para a Grécia, a OMS e as pessoas beneficiadas. Salientando a importância de acompanhar outras ameaças à saúde, anunciou o lançamento de um relatório marcante sobre as tendências atuais do consumo de álcool, danos e políticas^{31,32}.

O diretor regional da OMS comentou que existem sinais iniciais de que a transmissão possa estar diminuindo em vários países, mas deixando claro que estes primeiros sinais de declínio não são iguais a baixas taxas de transmissão, que só pode ser constatada após a manutenção das taxas. Recomendou que o ajuste das medidas sociais seja feito com base na epidemiologia e na capacidade dos serviços de saúde e não com base nas metas de vacinação. Ele voltou a falar que o número de casos de distúrbios raros da coagulação do sangue entre os 200 milhões de vacinados é muito pequeno, informando que o Comitê Consultivo Global sobre Segurança de Vacinas e o Grupo Consultivo Estratégico de Especialistas em imunização continuam revisando as evidências e instando os Estados Membros a relatar quaisquer eventos adversos que possam ocorrer após a vacinação, o mais cedo possível. Em suas palavras, por enquanto, o risco de sofrer coágulos sanguíneos é muito maior para alguém com COVID-19 do que para alguém que tomou a vacina AstraZeneca, cuja eficácia é indubitável. A OMS recomenda que todos os adultos elegíveis obtenham proteção contra o vírus SARS-CoV-2, o mais rápido possível. Informou que a OMS também está monitorando os relatos de eventos tromboembólicos com plaquetas baixas após a vacina da Johnson & Johnson e que comunicará suas descobertas no devido tempo³³.

Sem entrar em detalhes, Kluge declarou que até o momento, cerca de 171 milhões de doses de 7 vacinas e produtos COVID-19 foram administrados na Região Europeia da OMS e que quase 13% da população recebeu 1 dose, enquanto cerca de 6% completaram a série.

³⁰ <https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/statements/2021/statement-surg-ing-pandemic-surpasses-1-million-deaths-in-the-who-european-region>

³¹ <https://www.euro.who.int/en/health-topics/disease-prevention/alcohol-use/news/news/2021/04/alcohol-policies-for-the-european-region-new-who-research-reveals-eastern-member-states-are-leading-the-way>

³² <https://www.euro.who.int/en/health-topics/disease-prevention/alcohol-use/publications/2021/making-the-european-region-safer-developments-in-alcohol-control-policies,-20102019-2021>

³³ <https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/statements/2021/statement-surg-ing-pandemic-surpasses-1-million-deaths-in-the-who-european-region>

Lembrou que a equidade de acesso à vacina, deve se dar não só entre os países, mas também dentro deles, aproveitando para parabenizar a Grécia, que contemplou toda a população de refugiados e migrantes do país (mais de 100 mil pessoas) em sua estratégia nacional de vacinação, junto com a população geral. As campanhas de vacinação em massa nos campos de refugiados da Grécia estão programadas para o próximo mês³⁴.

A Dinamarca anunciou a retirada da vacina da AstraZeneca de seu programa nacional de imunização, tornando-se o primeiro país europeu a adotar a medida³⁵. A OMS Europa espera que as vacinas sejam doadas³⁶. A Agência Europeia de Medicamentos (EMA) se pronunciou sobre os benefícios superarem os riscos, mas os Estados-membros da União Europeia (UE) são livres para fazerem suas próprias avaliações individualmente e para deliberarem sobre a administração da vacina com base em suas condições locais.

A EMA deve emitir orientações sobre a vacina da Johnson & Johnson na próxima semana, depois que agências de saúde federais dos EUA recomendaram pausar o uso da vacina por pelo menos alguns dias depois que seis mulheres com menos de 50 anos desenvolveram coágulos sanguíneos após suas inoculações. Embora as entregas da Johnson & Johnson ainda sejam insipientes na Europa, os eventos com as duas vacinas ameaçam a confiança do público na imunização. Além disso, a suspensão de sua aplicação pode atrasar ainda mais o cronograma de imunização da UE³⁷.

Como desdobramento da Global Health Conference da UE e preparação para o Global Health Summit do G-20, no dia 20 de abril, a Comissão Europeia recebe a sociedade civil para discutir preparação, resposta e recuperação, para prevenir novas crises sanitárias, por uma consulta online. Pergunta-se em particular: como a cooperação multilateral pode ajudar a preparar e responder a uma crise global de saúde, como fortalecer os sistemas de saúde de forma a melhorar sua capacidade de resposta e como mobilizar os recursos necessários para garantir segurança em saúde³⁸?

Os principais assuntos desta semana no Parlamento Europeu são o lançamento de uma plataforma digital para a Conferência sobre o Futuro da Europa (com participação civil), a lei europeia do clima, relações UE-Turquia e inteligência artificial³⁹. Na semana passada, a pauta contou com discussões sobre o Certificado Verde Digital, aceleração da aprovação de vacinas adaptadas contra as variantes da Covid-19, proibição de uso de gaiolas para animais de granja e audiovisual⁴⁰.

Como parte da estratégia de criação da União Europeia da Saúde, vêm sendo debatidas alterações no regulamento do Centro Europeu de Prevenção e Controle das Doenças (ECDC)^{41,42}, que recentemente passou pelo Comitê de Meio Ambiente, Saúde Pública e

³⁴ <https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/statements/2021/statement-surg-ing-pandemic-surpasses-1-million-deaths-in-the-who-european-region>

³⁵ <https://www.theguardian.com/world/2021/apr/14/denmark-to-drop-astrazeneca-jab-from-covid-programme>

³⁶ <https://globalnews.ca/news/7759371/denmark-astrazeneca-vaccine-who/>

³⁷ <https://www.theguardian.com/world/2021/apr/14/denmark-to-drop-astrazeneca-jab-from-covid-programme>

³⁸ <https://www.instagram.com/p/CNxaw7qIX3X/?igshid=5hqds0oa9whu>

³⁹ <https://www.instagram.com/p/CN123mMMA1E/?igshid=g0hgz0qblxkr>

⁴⁰ <https://www.instagram.com/p/CNkVT9RszIX/?igshid=ixtthlzcmyd>

⁴¹ <https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/209805/COVID-19%20Newsletter%201.pdf>

Segurança Alimentar (ENVI)⁴³ do Parlamento Europeu. A proposta visa reforçar o mandato do ECDC, para abordar a vigilância, a preparação, a capacidade de resposta e alerta, sob uma reforçada estrutura europeia de segurança de saúde⁴⁴. O Comitê também está debruçado sobre a **Incubadora HERA** (que é outro dos pilares da nova União), que trabalhará com o ECDC para garantir capacidade de sequenciamento dos Estados-Membros⁴⁵⁴⁶. Os procedimentos serão harmonizados, para garantir o tratamento dos dados⁴⁷⁴⁸⁴⁹.

Lançada pela Comissão Europeia, a HERA visa preparar a Europa para o aumento das variantes do coronavírus. O novo plano europeu de preparação de bio-defesa contra as variantes do COVID-19, promete envolver pesquisadores, empresas de biotecnologia, fabricantes e autoridades públicas na UE e globalmente para detectar novas variantes, fornecer incentivos para desenvolver vacinas novas e adaptadas, aumentar a velocidade do processo de aprovação dessas vacinas e garantir a ampliação da capacidade de produção⁵⁰. A incubadora também servirá como um modelo para a preparação a longo prazo da UE para emergências de saúde. Para melhor se preparar, desenvolver vacinas para as variantes e aumentar sua capacidade de produção industrial, as ações-chave propostas são⁵¹⁵²:

❖ **Detectar, analisar e avaliar as variantes:**

◆ Desenvolver testes especializados para novas variantes e apoiar o sequenciamento genômico nos Estados-Membros com pelo menos 75 milhões de euros de financiamento da UE e mecanismos de aquisições pela UE e/ou de aquisições conjuntas, se solicitado;

◆ Sequenciar 5% dos testes positivos para ajudar a identificar variantes, monitorar sua disseminação nas populações e rastrear seu impacto na transmissibilidade. Os Estados-Membros devem mobilizar recursos para garantir o sequenciamento;

◆ Intensificar a pesquisa e intercâmbio de dados sobre variantes com financiamento de 150 milhões de euros: a Comissão vai disponibilizar 30 milhões de euros adicionais para projetos em execução no âmbito do Horizonte 2020 e tenciona atribuir 120 milhões de euros adicionais para novas ações no âmbito do novo programa Horizon Europe;

◆ Lançamento da rede de ensaios clínicos VACCELERATE COVID-19, que reúne 16 Estados-Membros da UE e 5 países associados, incluindo a Suíça e Israel, para trocar dados e, progressivamente, incluir também crianças e jovens como participantes em ensaios clínicos;

⁴² <https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/209834/COVID-19%20Newsletter%2008%2007%202020.pdf>

⁴³ <https://www.europarl.europa.eu/committees/en/envi/home/highlights>

⁴⁴ <https://www.europarl.europa.eu/committees/en/consideration-of-the-draft-report-on-the/product-details/20210317CAN60223>

⁴⁵ <https://www.europarl.europa.eu/committees/en/exchange-with-ema-ecdc-and-who-on-covid-/product-details/20210309CAN60068>

⁴⁶ https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/communication-hera-incubator-anticipating-threat-covid-19-variants_en.pdf

⁴⁷ <https://www.europarl.europa.eu/committees/en/exchange-with-ema-ecdc-and-who-on-covid-/product-details/20210309CAN60068>

⁴⁸ https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/communication-hera-incubator-anticipating-threat-covid-19-variants_en.pdf

⁴⁹ https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/communication-hera-incubator-anticipating-threat-covid-19-variants_en.pdf

⁵⁰ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_641

⁵¹ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_641

⁵² https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/communication-hera-incubator-anticipating-threat-covid-19-variants_en.pdf

➤ AÇÕES: • ECDC desenvolverá orientações sobre a padronização de procedimentos de sequenciamento em toda a UE para comparabilidade e troca rápida de dados; • A Comissão apresentará uma recomendação aos Estados-Membros sobre a utilização da monitorização das águas residuais para monitorizar o Covid-19 e suas variantes.

❖ Acelerar a aprovação regulatória de vacinas adaptadas: com base no modelo anual de vacina contra influenza, a UE fornecerá aprovação acelerada para vacinas COVID-19 adaptadas por:

◆ Adaptar o quadro regulamentar, permitindo a aprovação de uma vacina adaptada com um conjunto menor de dados adicionais submetidos à EMA de forma contínua. A EMA está desenvolvendo orientações sobre requisitos científicos claros para desenvolvedores de vacinas, de modo que os requisitos para variantes sejam conhecidos com antecedência;

◆ Facilitar certificação de locais de fabricação novos ou reaproveitados, com envolvimento precoce de autoridades regulatórias;

◆ Considerar uma nova categoria de autorização de emergência de vacinas a nível da UE com responsabilidade partilhada entre os Estados-Membros.

❖ Aumentar a produção de vacinas:

◆ Atualizar e concluir novos acordos de compra antecipada (Advanced Purchase Agreements – APA), com financiamento da UE (através do Instrumento de Suporte de Emergência), o que não deve impedir de considerar fontes de fora da UE;

◆ Trabalhar em estreita colaboração com os fabricantes para ajudar a monitorar as cadeias de abastecimento e resolver os gargalos de produção;

◆ Desenvolver mecanismo de licenciamento voluntário para facilitar a transferência de tecnologia: a UE mira instalações que têm capacidades disponíveis para aumentar sua capacidade de fabricação e envase, pelo compartilhamento de know-how tecnológico e propriedade intelectual, com vistas a encurtar tempo de transferência tecnológica. O mecanismo de licenciamento voluntário dedicado permitirá aos detentores de tecnologia manter controle contínuo sobre seus direitos;

◆ Apoiar a cooperação entre empresas para reforço da capacidade produtiva, fornecendo também orientações jurídicas;

◆ Garantir a capacidade de produção da UE através da construção do projeto EU FAB, uma rede multiusuária e multi-tecnologia para fabricação de vacinas e medicamentos a nível europeu.

O investimento da UE no desenvolvimento e fabricação de vacinas e medicamentos de ponta e na capacidade de pesquisa é uma das pedras angulares para preparação e resposta a futuras pandemias, além de fortalecer a autonomia estratégica aberta na área da saúde e o posicionamento estratégico da indústria europeia de saúde⁵³. Acredita-se que a HERA fornecerá uma estrutura permanente para modelagem de risco, vigilância global, transferência de tecnologia, capacidade de fabricação, mapeamento de risco da cadeia de abastecimento, capacidade de fabricação flexível e pesquisa e desenvolvimento de vacinas e medicamentos⁵⁴.

A UE busca soberania na produção de vacinas e conta com a incubadora, que tem como principal objetivo, o rápido acesso a vacinas novas ou adaptadas adequadas para enfrentar novas variantes. Dada a incerteza do negócio, a incubadora HERA deve inicialmente

⁵³ https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/communication-hera-incubator-anticipating-threat-covid-19-variants_en.pdf

⁵⁴ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_641

facilitar e encorajar vários projetos simultâneos para identificar e desenvolver as vacinas candidatas mais promissoras, para depois garantir a disponibilidade de capacidade de fabricação e fornecimento em escala. Um mercado único que funcione bem, com cadeias de abastecimento ininterruptas e livre circulação continuará a ser essencial para a UE. A Comissão agirá em nome do bloco, numa cooperação público-privada com os Estados-Membros, reguladores, empresas e comunidade científica, garantindo relatórios transparentes aos Estados-Membros e ao Parlamento Europeu, sujeito às regras de confidencialidade contratuais necessárias.

Diplomacia da saúde – reconhecendo que os esforços de sequenciamento do genoma também são necessários para detectar variantes preocupantes fora da UE e refletindo o interesse global comum de sequenciamento e compartilhamento de amostras e dados, a HERA Incubator trabalhará com o ECDC e a OMS para construir e aumentar sinergias com iniciativas importantes, como o GISAID3, o projeto4 VEO, Horizonte 2020 e o portal de dados EU COVID-195, lançados no ano passado para compartilhar, analisar e compreender informações de sequências genômicas e identificar novas variantes. Os dados disponíveis também devem ser padronizados para facilitar a comunicação global e a resposta às variantes de preocupação. A UE promete dialogar com os parceiros para discutir as possibilidades de apoiar os países de baixo rendimento no desenvolvimento das suas capacidades de sequenciamento, a fim de garantir a cobertura global e a detecção precoce de variantes⁵⁵. Reconhecendo que a produção de vacinas da UE é crítica para o abastecimento global, a UE diz que a iniciativa será benéfica para além de suas fronteiras, envolvendo a cooperação com os parceiros externos e globais, como CEPI, GAVI e OMS, no desafio das variantes. A médio e longo prazo, a UE deve cooperar com os países de rendimento baixo e médio, na África em particular, para ajudar a aumentar a produção local e as capacidades de produção⁵⁶.

Bolsonaro foi duramente criticado em falas no Parlamento Europeu, numa audiência convocada para examinar a crise brasileira, na qual Eurodeputados avaliaram a situação do país como resultado de decisões políticas por parte do governo⁵⁷⁵⁸. Além de criticar a gestão da pandemia, os deputados questionaram diversas outras medidas adotadas pelo governo Bolsonaro ao embaixador no Brasil na UE, Marcos Galvão, incluindo violações de direitos humanos. O Itamaraty descreveu uma situação dramática no país e pediu vacinas e ajuda para os europeus⁵⁹.

O Brasil é visto como uma ameaça global e brasileiros residentes na Europa já sofrem discriminação e xenofobia, ouvindo comentários ofensivos que os acusam de disseminar a Covid-19 no continente. A Folha de São Paulo notícia que na França, que suspendeu voos com o Brasil, as redes trazem publicações, vídeos e memes ofensivos aos brasileiros, muitos reunidos sob a hashtag [#VariantBresilien](#) (variante brasileira). Segundo o post da Folha, as postagens são particularmente dirigidas às brasileiras, com associações a prostituição,

⁵⁵ https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/communication-hera-incubator-anticipating-threat-covid-19-variants_en.pdf

⁵⁶ https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/communication-hera-incubator-anticipating-threat-covid-19-variants_en.pdf

⁵⁷ <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/04/15/no-parlamento-europeu-bolsonaro-e-acusado-de-crimes-contr-humanidade.htm>

⁵⁸ <https://www.instagram.com/tv/CNxW7ZEh8JS/?igshid=buiydvbxnf72>

⁵⁹ <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/04/15/no-parlamento-europeu-bolsonaro-e-acusado-de-crimes-contr-humanidade.htm>

promiscuidade e calcinhas fio dental e há piadas com o sotaque e com a aparência das mulheres⁶⁰.

⁶⁰ <https://www.instagram.com/p/CN1TK2UL28o/?igshid=kj08iufrfh69>

Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Lúcia Marques

Em meio ao aumento de novos casos em todo o mundo, desde a segunda semana de abril, duas grandes celebrações religiosas – hinduísta e islâmica - puseram em risco o controle da Covid-19, na Índia e nos países árabes

Festival hindu - Na Índia, o festival mais importante da religião hindu, o Kumbha Mela⁶¹, levou mais de 2 milhões de pessoas a se aglomerarem -sem máscaras – em peregrinação para um mergulho de purificação no Rio Ganges, na cidade de Haridwar, no norte do país. Especialistas em saúde apelaram pelo cancelamento do evento, mas o governo ignorou a orientação. O argumento foi de que as regras de segurança seriam seguidas, o que não foi observado.⁶²



Fonte: <https://epoca.globo.com/mundo/india-milhoes-se-aglomeram-para-festival-hindu-em-meio-recorde-de-casos-de-covid-19-24967043>

Sede do festival, Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade desde 2017, o estado de Maharashtra é um dos mais afetados pelo surto, com média de 30% a 40% dos casos diários reportados no país. E ainda existe o risco de os peregrinos terem levado de volta para suas cidades e aldeias, o vírus.

Mas não foram só as aglomerações do festival que contribuíram para o aumento galopante dos casos. As recentes eleições locais e estaduais, com grandes comícios políticos, se tornaram eventos espalhadores da Covid-19. A nova onda começou em março na Índia, com as pessoas lotando restaurantes, mercados, encontros religiosos, festas e casamentos,

⁶¹ O Kumbha Mela se baseia numa lenda na qual deuses e demônios entraram em guerra por causa de um pote que continha o néctar da imortalidade. Algumas gotas do néctar caíram em quatro cidades na Índia: Prayagraj, Ujjain, Nasik e Haridwar, onde o Kumbha Mela acontece em forma de rodízio, a cada três anos.

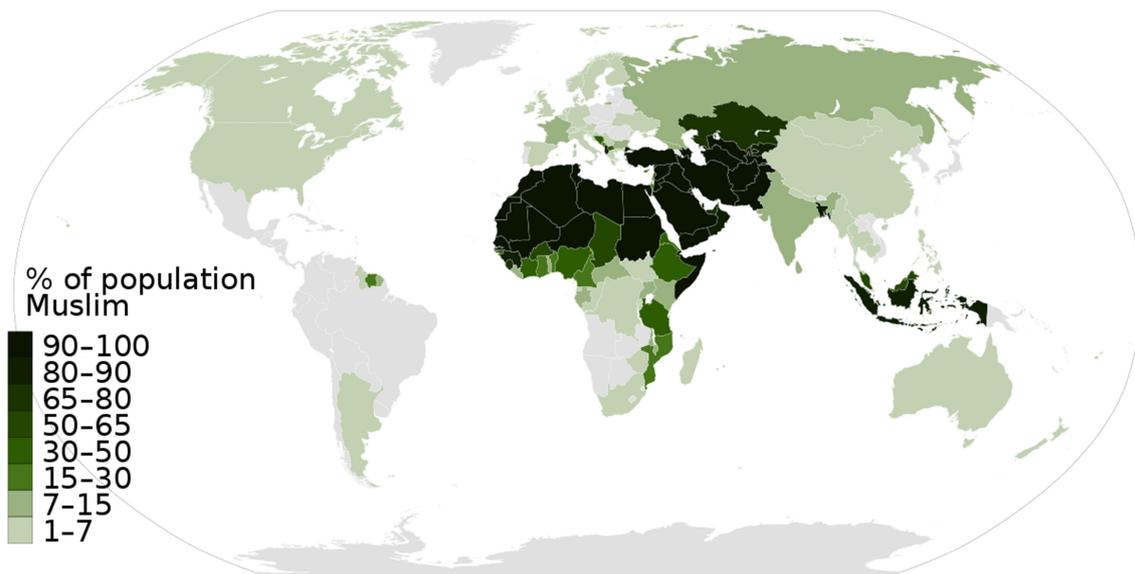
⁶² <https://epoca.globo.com/mundo/india-milhoes-se-aglomeram-para-festival-hindu-em-meio-recorde-de-casos-de-covid-19-24967043>

culminou na escassez de leitos hospitalares e medicamentos, e até oxigênio, para pacientes com coronavírus. E ainda teve as celebrações do Ano Novo dos zoroastristas, em março.

Com novo recorde diário de novas infecções (217.353 em 15/04⁶³), as cidades voltam a impor restrições e toques de recolher por 15 dias. Mas como a economia na Índia foi construída com base na mão de obra de trabalhadores migrantes internos, a ideia de novo lockdown está provocando êxodo dos trabalhadores em pânico – para não viverem o que viveram no ano passado, dias de caminhada e fome, para retornar às suas aldeias – estão se aglomerando em trens hiper lotados. E novamente surgiu o risco das novas cepas se espalharem pelo interior do país.

O país de Gandhi voltou a ocupar o segundo lugar no ranking mundial, com 14.291.917 casos registrados e somou 174.308 óbitos. Com quase 1,4 bilhão de habitantes, especialistas dizem que esses números são provavelmente uma subcontagem. À medida que luta contra o crescimento de casos, a Índia está aumentando o ritmo da vacinação. Segundo o Ministério da Saúde, o número de vacinas aplicadas ultrapassou 114 milhões com mais de 3 milhões de doses aplicadas num único dia.

Ramadã - Nos países islâmicos é o mês do Ramadã, o mês mais sagrado para os muçulmanos, que corresponde ao nono mês do calendário lunar islâmico, no qual os fiéis praticam o jejum, da alvorada ao pôr-do-sol. A celebração é dedicada à renovação da fé, com cinco orações diárias, à prática de caridade, à vivência de fraternidade e de valores da família. É o momento que aumenta a frequência nas mesquitas, e, após o encerramento do jejum, famílias e amigos se reúnem e se visitam e se alimentam juntos. Pelo menos seria assim, se não fosse a pandemia.



Mundo islâmico por porcentagem da população https://pt.wikipedia.org/wiki/Mundo_isl%C3%A2mico

Neste Ramadã do ano lunar de 1.442, milhões de muçulmanos em todo o mundo farão o jejum do Ramadã diferente. Ao contrário das autoridades indianas, as autoridades árabes impuseram restrições sanitárias com apoio de líderes religiosos - que pediram aos fiéis para orarem em casa - e proibiram os tradicionais encontros festivos da quebra de jejum diário, após o pôr-do-sol. Em alguns países, as mesquitas terão restrição de 50% e os fiéis devem usar

⁶³ <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

máscaras e levar seu próprio tapete. Em outros, atividades noturnas estão proibidas, bem como a movimentação de pessoas – isso evita os encontros tradicionais. Atividades sociais, esportivas e culturais estão proibidas. Na Arábia Saudita, somente pessoas vacinadas terão permissão para realizar a peregrinação a Meca.

Alguns países foram mais rigorosos que outros, mas não será muito difícil para a maioria dos islâmicos cumprirem essas exigências, pois o Ramadã não se resume à abstenção de alimentos e prazeres; é um mês de recolhimento espiritual. O jejum obrigatório termina em 12 de maio.

Especial Arábia Saudita – A iniciativa *Green Middle East*⁶⁴

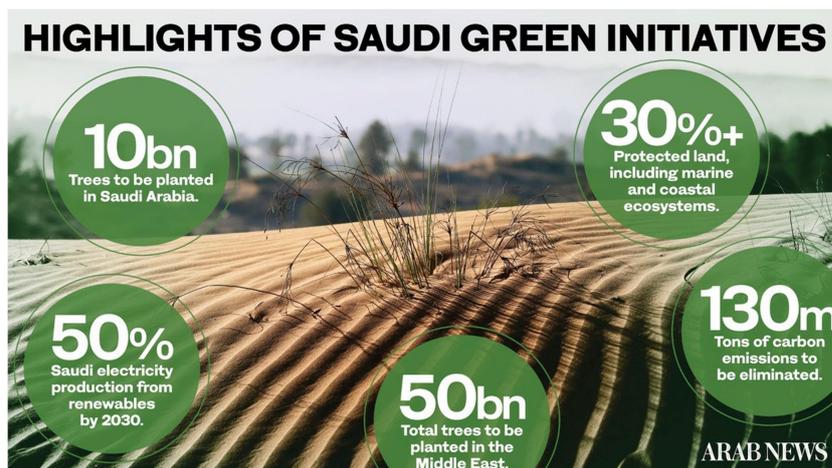
Nos últimos três meses, a Arábia Saudita lançou 11 programas e projetos com impacto local e regional e, porque prevê cooperações, global. Essas iniciativas visam trabalhar em conjunto com a Visão 2030, o compromisso da Arábia Saudita em diversificar sua economia longe do petróleo, capacitando sua cidadania e se abrindo para turismo e investidores globais. A pandemia da COVID-19 atrapalhou o avanço do projeto Visão 2030, pois o turismo foi suspenso e os investimentos foram redirecionados para o controle da pandemia. [Vale ver.](#)

A Iniciativa Verde Saudita pede cooperação regional para enfrentar os desafios ambientais e inclui planos para gerar 50% da eletricidade do Reino usando renováveis até 2030 e eliminar mais de 130 milhões de toneladas de emissões de carbono. A Iniciativa Verde do Oriente Médio também se propõe a reduzir as emissões de carbono em 60% em toda a região.

Também há planos de plantar 10 bilhões de árvores no Reino e restaurar 40 milhões de hectares de terras degradadas, enquanto em toda a região há planos para 50 bilhões de árvores e a restauração de 200 milhões de hectares de terras degradadas. A região sofre com a desertificação das terras e com o esgotamento – por excesso de uso – das águas subterrâneas.

O príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, que está à frente das duas iniciativas, afirmou que o Reino não evita as escolhas difíceis; considera escolha equivocada preservar economia em detrimento a proteger o meio ambiente. Afirmou ainda que "Como um dos principais produtores globais de petróleo, estamos plenamente cientes de nossa responsabilidade no avanço da luta contra a crise climática, e que assim como desempenhamos um papel de liderança na estabilização dos mercados de energia durante a era do petróleo e gás, trabalharemos para liderar a próxima era verde." Arábia Saudita é um dos 40 participantes da Cúpula da Terra.

⁶⁴ <https://www.arabnews.com/node/1832861/saudi-arabia>



Infográfico na Iniciativa.

Fonte [Saudi crown prince announces Green Saudi Initiative, Green Middle East Initiative \(arabnews.com\)](https://arabnews.com)

Incongruência do país do sol nascente - Despejo de água radioativa no oceano

No final do ano passado, o Primeiro-Ministro do Japão, Yoshihide Suga, anunciou a Estratégia de Crescimento Verde para redução das emissões de carbono para Net-Zero até 2050, estabelecendo uma política industrial que casa o crescimento econômico com a proteção ambiental. O Japão é o quinto maior emissor mundial de dióxido de carbono, com projetos para o uso de energia renovável e cortes nas importações de combustíveis fósseis, imperativo para o país cumprir as metas do Acordo de Paris.⁶⁵

Como parte de seu plano, o Japão vai fortalecer a pesquisa e o desenvolvimento em células solares e tecnologia de baterias, promover a reciclagem de carbono e expandir a digitalização da economia, além de projetos de infraestrutura, incluindo vastas fazendas eólicas offshore.

Até aí, tudo verde e um exemplo a ser seguido.

No entanto, na Década dos Oceanos e num ano decisivo para as medidas contra as mudanças climáticas e redução de carbono, o Japão aprova o lançamento no oceano de mais de um milhão de toneladas de água contaminada da usina nuclear de Fukushima, que foi destruída por um tsunami em 2011.⁶⁶

A água será tratada e diluída por meio de um complexo processo de filtração para que os níveis de radiação fiquem abaixo do limite aceitável para a liberação. Mas o processo não consegue filtrar todos: o trítio, por exemplo, ainda fica presente e não se sabe o impacto de longo prazo na natureza. O material pode causar perigo de radiação quando ingerido através de alimentos ou água.

São mais de 1,3 milhão de toneladas de água radioativa, o suficiente para encher por volta de 500 piscinas olímpicas, que estão atualmente armazenadas nesses tanques. O problema é que a operadora da usina, Tokyo Electric Power Co (TepCo), está ficando sem espaço. Até 2022, esses tanques devem estar repletos

⁶⁵ [Climate change mitigation: What Saudi Arabia and Japan can learn from one another \(arabnews.com\)](https://arabnews.com)

⁶⁶ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2021/04/14/japao-aprova-plano-polemico-para-despejar-agua-de-fukushima-no-oceano.htm>

Mas o plano é rejeitado por diversas entidades e organizações japonesas, incluindo a forte indústria da pesca local, além dos governos da China e da Coreia do Sul, apesar de ser apoiado pela Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA), que afirma que o lançamento é semelhante ao descarte de esgoto em outras usinas ao redor do mundo. Os cientistas argumentam que os elementos deixados na água só são prejudiciais quando presentes em grandes doses. Com a diluição, a água tratada não apresenta nenhum risco cientificamente detectável. A Coreia do Sul já estuda uma forma de abrir um processo contra o Japão no Tribunal Internacional de Direito do Mar por conta dessa decisão.

Estados Unidos e a saída do Afeganistão – o que significa?

O velho ditado “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come” poderia ser perfeito para definir a situação do governo americano no Afeganistão⁶⁷: Mas, a despeito das informações de analistas e da inteligência americana de que pode não ser o momento certo, o presidente Joe Biden está decidido. A retirada não deve depender da situação local; essa foi a abordagem nas últimas décadas; se assim for, os EUA terão que ficar para sempre.

A retirada dos 2.500 soldados americanos - negociada em acordo assinado com o Talibã, por Donald Trump, em fevereiro de 2020 - começa em 1º de maio e está prevista para terminar em 11 de setembro, data simbólica, cujo atentado motivou a Operação Libertadora, atrás de Osama Bin Laden, líder do Al Qaeda, na época baseado no Afeganistão, responsável pelo atentado às Torres Gêmeas. A retirada dos soldados americanos será acompanhada da retirada das tropas da OTAN, do Reino Unido e da Alemanha.

“Com a ameaça terrorista agora em muitos lugares, manter milhares de soldados no solo e concentrados em apenas um país a um custo de bilhões a cada ano faz pouco sentido para mim e para nossos líderes. Não podemos continuar o ciclo de estender ou expandir nossa presença militar no Afeganistão, esperando criar as condições ideais para a retirada e esperando um resultado diferente. Agora sou o quarto presidente dos Estados Unidos a presidir a presença de tropas americana no Afeganistão: dois republicanos, dois democratas. Não vou passar essa responsabilidade para um quinto, disse Biden em pronunciamento⁶⁸ transmitido em rede.

O presidente americano destacou que o trabalho diplomático e humanitário vai prosseguir e que o país vai continuar a apoiar os direitos de mulheres e meninas afegãs, mantendo uma significativa assistência humanitária e de desenvolvimento. E que vai estimular outros países da região a fazer mais para apoiar o Afeganistão, especialmente o Paquistão, bem como a Rússia, a China, a Índia e a Turquia. Todos eles têm um interesse significativo em um futuro estável para o Afeganistão.

E finalizou que: “Em vez de retomar a guerra contra o Talibã, devemos nos concentrar nos desafios que temos pela frente. Precisamos fortalecer a competitividade americana com o objetivo de fazer frente à concorrência acirrada que enfrentamos com uma China cada vez mais assertiva. Precisamos fortalecer nossas alianças e trabalhar com parceiros que possuem ideais semelhantes, visando garantir que as regras das normas internacionais que regem as ameaças cibernéticas e as tecnologias emergentes que moldarão nosso futuro sejam baseadas

⁶⁷ <https://www.dw.com/pt-br/o-impacto-da-retirada-militar-dos-eua-do-afeganist%C3%A3o/a-57217489>

⁶⁸ [Pronunciamento do presidente Biden sobre o Caminho a Seguir no Afeganistão | Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil \(usembassy.gov\)](#)

em nossos valores democráticos — valores — não nos dos autocratas. **Temos de derrotar esta pandemia e fortalecer o sistema de saúde global a fim de nos prepararmos para a próxima, porque haverá outra pandemia.**”

Para confirmar essa firme decisão e, ao mesmo tempo confirmar o compromisso com a o governo afegão e com o grupo islâmico Talibã, o Secretário de Estado, Blinken⁶⁹, viajou ao Afeganistão (viagem não prevista em agenda oficial). A decisão, apesar de prevista, pegou de surpresa o governo afegão, que ainda se sente à mercê dos militantes, não só do Talibã, como do Estado Islâmico e dos Mujahedines do El Ajam. O governo afegão teme que a retirada possa ser perigosa não só para o país, mas para a região. Além disso, ativistas dos direitos das mulheres temem que os pequenos avanços possam ser perdidos.

O acordo de fevereiro de 2020 definia o 1º de maio como a data limite para a retirada total das tropas. Enquanto EUA não cumpre sua parte, o Talibã não cumpre a sua, que é cortar laços com Al Qaeda, combater os terroristas do Estado Islâmico e sentar com o governo afegão para um governo conjunto. Está programada para setembro uma conferência na Turquia para a formação de um governo que inclua talibãs e afegãos. Há temor que os primeiros rejeitem a paz. Se der errado, o terrorismo pode explodir e se espalhar pela região. Agora, aumentam as responsabilidades do Paquistão, Rússia, China e Índia.

Estados Unidos e acordo nuclear do Irã – uma luz no fim do túnel

As notícias podem mudar a qualquer instante em se tratando de Irã e este bloco do informe pode ser suplantado, mas a notícia de que as negociações para restaurar o acordo nuclear de 2015 foram retomadas neste sábado, 17 de abril, mesmo após a República Islâmica anunciar que iria enriquecer urânio a 60% de pureza dois dias antes, foram tranquilizadoras.⁷⁰

A Comissão Mista do Plano de Ação Conjunto Abrangente (JCPOA, em inglês) reunida em Viena com os principais negociadores do Irã, China, Rússia, Alemanha, França, Reino Unido e União Europeia, divulgou que foram feitos progressos.

Não é uma negociação fácil. Irã se recusou a sentar com Estados Unidos – que rompeu (Donald Trump) unilateralmente o acordo em 2018, impondo sanções mais rigorosas ao Irã, que, em resposta, passou a descumprir o acordo de não enriquecer urânio acima de 3,67% nem produzir/possuir armas nucleares. Integrante do P5+1 do acordo original, Estados Unidos participa das negociações de forma indireta, reunido em outro hotel, em Viena.

Dois grupos de trabalho foram formados para determinar quais sanções os EUA precisam levantar e outro para determinar quais medidas nucleares o Irã precisará tomar. O resultado desse trabalho foi bem aceito. Os grupos especializados continuarão seus trabalhos até a próxima semana, após os quais a Comissão Mista poderá se reunir novamente, se necessário.

O ataque terrorista às instalações nucleares de Natanz, pelo qual Irã culpou Israel, gerou a resposta iraniana de aumentar o enriquecimento de urânio para 60% de pureza, atraindo preocupação das potências europeias e dos EUA. O Chefe da Liga Árabe, Ahmed Aboul Gheit, também manifestou preocupação com essa decisão do Irã, pois é um passo para o desenvolvimento de arma nuclear uma vez que, para tal, o urânio precisa ser enriquecido a

⁶⁹ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2021/04/15/chefe-da-diplomacia-dos-eua-visita-o-afeganistao-para-discutir-retirada-de-tropas.htm>

⁷⁰ [Iran nuclear talks to continue amid signs of ‘progress’ | Middle East News | Al Jazeera](#)

90%. Tais níveis de enriquecimento são desnecessários para uso pacífico, como energia limpa, por exemplo. Os países árabes da região também torcem para o retorno do acordo, pois consideram o comportamento do Irã, desestabilizador.

O mundo segue torcendo e todos esperam que as negociações terminem antes das eleições para novo presidente no Irã. O acordo original foi fechado com o atual presidente, Hassan Rouhani, amplamente visto como um moderado, durante seu primeiro mandato. Os novos candidatos escolhidos pela IRGC – Guarda Revolucionária Islâmica - são linha dura e contrários ao acordo. De todo modo, não devemos esperar mudança na política externa iraniana, pois as políticas com o Ocidente, Israel, Síria, EUA, Estados do Golfo e o enriquecimento de urânio estão ligados ao Líder Supremo, Aiatolá Khomeini, herdeiro da teologia xiita do Aiatolá Khomeini.

MYANMAR – Pode estar surgindo uma nação, de verdade

O golpe de 1º de fevereiro desencadeou uma revolta maciça, trazendo centenas de milhares de manifestantes às ruas para exigir um retorno à democracia, enquanto funcionários públicos boicotaram o trabalho em uma tentativa de fechar a administração do governo militar. A tomada de poder militar também desencadeou confrontos entre o exército e grupos armados de minorias étnicas no norte e leste do país.

E pode estar surgindo uma verdadeira nação. Os Tatmadaw, os militares de Mianmar, que dominaram a política do país quase desde a independência, finalmente alcançaram o que ninguém acreditava que ainda era possível: conseguiu unir todo o povo de Mianmar, através de divisões étnicas e religiosas, contra si mesmo.⁷¹ Diante da violência militar, cresce a solidariedade entre grupos étnicos minoritários e forças políticas de maioria birmanesa.⁷²

Há pouco menos de cinco anos, o Tatmadaw, com o apoio explícito do governo civil liderado por Aung San Suu Kyi, refutou qualquer crítica à sua brutalidade contra os muçulmanos Rohingya durante suas "operações de liberação".

Agora, a brutalidade que tem sido direcionada não só para a multidão de minorias étnicas, mas também contra qualquer civil, cidadãos birmaneses comuns, tem feito com que a maioria birmanesa no país se empatize com grupos como os Rohingya, agora que eles mesmos experimentaram a verdadeira natureza do Tatmadaw. Há movimentos de simpatia e divulgação de remorso por parte do birmanês comum nas redes sociais, pedindo desculpas aos Rohingya por não acreditarem neles quando estavam sendo atacados pelos Tatmadaw.

Uma nova consciência está emergindo entre o povo de Mianmar: A verdadeira ameaça a Mianmar não são os muçulmanos, nem uma conspiração islâmica internacional, nem mesmo superpotências como a China ou os EUA — a ameaça real e mais imediata são as pessoas que estão realmente matando-os nas ruas, homens, mulheres e até crianças. A ameaça real são as mesmas pessoas que derrotaram o povo de Mianmar em submissão por décadas em nome da segurança nacional. A ameaça é, e tem sido o tempo todo, o Tatmadaw. Neste reconhecimento está uma nova e brilhante esperança para o futuro.

Agora que a maioria birmanesa está finalmente percebendo o quanto seus interesses e destinos são compartilhados com todos os grupos étnicos com os quais o Tatmadaw vem

⁷¹ [People of Myanmar, including Rohingya, unite against common enemy | Arab News](#)

⁷² [Myanmar has never been a nation. Could it become one now? | Myanmar News | Al Jazeera](#)

travando guerra, o povo de Mianmar pode estar forjando o espírito democrático que precisará para derrubar os líderes militares.

Cúpula ASEAN Myanmar

A Tailândia anunciou que o chefe do governo militar de Mianmar, o general sênior Min Aung Hlaing, participará de uma cúpula da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) na Indonésia na próxima semana. Os líderes dos 10 países da ASEAN, incluindo Min Aung Hlaing, confirmaram participação na reunião de 24 de abril, em Jacarta.

Enquanto isso, o governo militar libertou 23.184 prisioneiros de prisões em todo o país como uma anistia de Ano Novo.⁷³ Esses detidos (libertados) são principalmente de antes de 1º de fevereiro, segundo Associação de Assistência para Presos Políticos (AAPP)⁷⁴. Ainda segundo a AAPP, os militares continuaram a procurar 832 pessoas ligadas aos protestos. Entre eles estão mais de 200 pessoas, incluindo vários atores, cantores e celebridades da internet, que se manifestaram contra o golpe e são procurados sob a acusação de encorajar a dissidência nas forças armadas, que podem levar uma pena de três anos de prisão.

CENÁRIO DA COVID-19 E VACINAÇÃO

O continente mais populoso do mundo está lutando para conter o ressurgimento das infecções por coronavírus. Mas o aumento de casos não foi só na Ásia e a subida dos números está diretamente ligada à redução de restrições e à abertura de atividades e festividades que proporcionam aglomerações.

Faltando menos de 100 dias para as Olimpíadas acontecerem, no **Japão**, os apelos para evitar grandes reuniões e passeios não essenciais foram ignorados por políticos e burocratas, e as ruas estão repletas de pessoas insensíveis ao coronavírus, se aglomerando nas ruas novamente, mesmo com o aumento das infecções, impulsionadas pela variante britânica. A vacinação pública, ocorrendo em ritmo lento, finalmente começou para os idosos na segunda-feira.

O governo da **Malásia** relaxou as regras de distanciamento social, apesar do alerta dos especialistas para o mês de jejum do Ramadã - os novos casos estão acima de 1.000 na maioria dos dias. O país iniciou seu programa de vacinação no final de fevereiro, mas tem havido uma baixa taxa de adesão, levando a um alerta das autoridades de que uma quarta onda de infecções pode estar chegando.

Enquanto a **Coreia do Sul** luta contra uma quarta onda de Covid-19, a fadiga pandêmica está crescendo, conforme os meses se arrastam e os números de infecção de Covid-19 se recuperam, apesar de mais restrições sendo impostas. O programa de vacinação do país está progredindo lentamente, alimentando temores de que o país não cumpra sua meta de imunidade coletiva até novembro. Especialistas atribuem o lento progresso à falta de vacinas, diante da escassez global, da demora do governo em garanti-las e da falta de postos de vacinação.

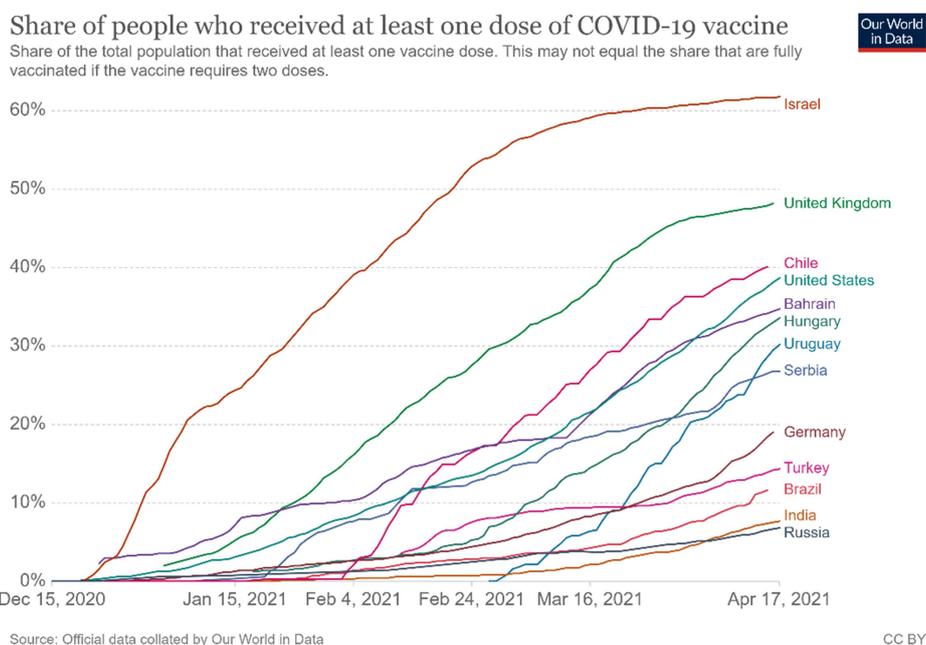
⁷³ Myanmar tem três comemorações de Ano Novo: o Ano Novo Birmanês, que segue mais ou menos o calendário lunar e acontece em abril e dura de 4 a 5 dias; o Ano-Novo Karen (etnia do norte do país), no dia 28 de dezembro e o Ano-Novo internacional, no dia 31 de dezembro.

⁷⁴ [Myanmar military ruler to attend ASEAN summit in 1st foreign trip | Aung San Suu Kyi News | Al Jazeera](#)

Na **Índia**, que está passando por uma nova onda massiva de infecções desde março, as pessoas ficaram confusas por mensagens contraditórias: enquanto as reuniões em massa aconteciam, as autoridades ameaçavam bloqueios. Além das eleições e do festival hindu, que provocaram aglomerações, os zoroastristas⁷⁵ também celebraram o Nowruz⁷⁶, provocando mais aglomerações.

De olho na retomada da indústria de turismo – fonte da economia –, a **Tailândia** está correndo com a vacinação para atingir o mais rápido possível a imunidade de 70% a 80% da população. O país planeja abrir para viajantes vacinados a partir de 1º de julho, sem necessidade de quarentena. Os planos podem ser adiados se os novos casos continuarem aumentando – o país foi um dos que teve melhor controle da pandemia, na região.

O **Irã**, país que menos tem vacinado – houve um momento de não adquirir vacinas de origem americana – registrou o maior número de mortes diárias em meses devido ao aumento de casos, depois de um feriado de duas semanas, com restrições relaxadas. O Ano Novo Persa (ou Nowruz), celebrado com grandes reuniões e viagens, ajudaram no recorde da infecção, lotando os hospitais.



Fonte: [Coronavirus \(COVID-19\) Vaccinations - Statistics and Research - Our World in Data](#), dados de 17 de abril – os dados são atualizados diariamente

⁷⁵ Hoje a maior população de zoroastristas reside na Índia.

⁷⁶ É uma festa tradicional da Ásia Central que celebra o **Ano Novo** do calendário **persa** - marcando a renovação da natureza (primeiro dia da primavera), que geralmente acontece no dia 21 de março, quando ocorre o equinócio de primavera. Nowruz é celebrado com o uso de roupas novas, com o consumo de pratos especiais, com a troca de presentes e com a celebração de cerimônias religiosas. A celebração ocorre há pelo menos 3.000 anos e está profundamente enraizada nos rituais e nas tradições do Zoroastrismo. Atualmente, acontece em muitos países que foram parte dos antigos impérios iranianos ou sofreram sua influência. Fora do Irã, é comemorada no Curdistão, no Afeganistão, na Albânia, no Tajiquistão, Uzbequistão, Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, na Macedônia do Norte, na Turquia e no Turcomenistão e na Índia.

País	05/03/21 (óbitos)	22/03 (óbitos)	06/04 (óbitos)	18/04 (óbitos)
Afeganistão	55.827 (2.449)	56.153 (2.464)	56.779 (2.512)	57.793 (2.539)
Arábia Saudita	379.092 (6.519)	385.424 (6.613)	393.377 (6.704)	404.970 (6.823)
Austrália	29.020 (909)	29.206 (909)	29.365 (909)	29.519 (910)
Bangladesh	549.184 (8.441)	573.687 (8.720)	651.652 (9.384)	718.950 (10.385)
Brunei (ASEAN)	188 (3)	206 (3)	214 (3)	221 (3)
Camboja (ASEAN)	932 (0)	932 (0)	2.824 (22)	6.389 (43)
China	101.066 (4.837)	101.551 (4.839)	101.908 (4.841)	102.235 (4.845)
Coreia do Sul	91.638 (1.627)	99.075 (1.697)	106.230 (1.752)	114.115 (1.797)
Emirados Árabes	405.277 (1.296)	442.226 (1.445)	474.136 (1.516)	497.154 (1.554)
Filipinas (ASEAN)	587.704 (12.423)	671.792 (12.972)	812.760 (13.817)	936.133 (15.960)
Hong Kong	11.066 (201)	11.397 (203)	11.531 (205)	11.638 (209)
Índia	11.173.761 (157.548)	11.646.081 (159.976)	12.686.049 (165.547)	14.788.109 (177.150)
Indonésia (ASEAN)	1.368.069 (37.026)	1.465.928 (39.711)	1.542.516 (41.977)	1.604.348 (43.424)
Irã	1.673.470 (60.512)	1.808.422 (61.877)	1.963.394 (63.506)	2.237.089 (66.732)
Iraque	719.121 (13.537)	798.547 (14.036)	887.291 (14.535)	977.175 (14.981)
Israel	796.465 (5.834)	828.672 (6.102)	834.920 (6.257)	836.926 (6.334)
Japão	437.222 (8.190)	457.069 (8.855)	489.407 (9.251)	532.641 (9.599)
Jordânia	417.934 (4.862)	544.724 (5.985)	645.449 (7.383)	685.973 (8.246)
Kazaquistão	265.929 (3.175)	283.027 (3.202)	307.676 (3.249)	338.845 (3.290)
Kuwait	198.110 (1.113)	220.455 (1.233)	239.952 (1.373)	255.860 (1.440)
Laos (ASEAN)	47 (0)	49 (0)	49 (0)	58 (0)
Líbano	390.070 (4.971)	441.014 (5.808)	482.798 (6.479)	508.503 (6.886)
Malásia (ASEAN)	310.097 (1.159)	334.156 (1.238)	353.324 (3.036)	375.054 (1.378)
Myanmar (ASEAN)	142.000 (3.200)	142.246 (3.204)	142.530 (3.206)	142.628 (3.206)
Nepal	274.488 (3.010)	276.056 (3.019)	278.470 (3.036)	284.673 (3.083)
Nova Zelândia	2.389 (26)	2.462 (26)	2.524 (26)	2.595 (26)
Omã	142.896 (1.583)	151.528 (1.629)	165.480 (1.728)	176.668 (1.821)
Palestina e Faixa de Gaza	193.092 (2.110)	225.976 (2.458)	256.461 (2.735)	280.741 (3.017)
Paquistão	587.014 (13.128)	630.471 (13.863)	696.184 (14.924)	756.285 (16.243)
Qatar	166.015 (261)	174.228 (274)	185.261 (312)	195.757 (376)
Rússia	4.252.876 (86.821)	4.416.226 (93.812)	4.546.307 (99.431)	4.649.044 (103.834)
Singapura (ASEAN)	60.007 (29)	60.208 (30)	60.519 (30)	60.831 (30)
Síria	15.815 (1.050)	17.411 (1.163)	19.526 (1.323)	21.004 (1.437)
Tailândia (ASEAN)	26.241 (85)	27.594 (90)	29.571 (95)	42.352 (101)
Taiwan	960 (9)	1.006 (10)	1.050 (10)	1.073 (11)

Turquia	2.757.460 (28.901)	3.035.338 (30.178)	3.579.185 (32.667)	4.212.645 (35.608)
Vietnam (ASEAN)	2.494 (35)	2.575 (35)	2.648 (35)	2.781 (35)
Yémen	2.411 (648)	3.516 (771)	4.975 (976)	5.770 (1.119)

<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

Obs. 1.: Foram incluídos todos os países que compõem a ASEAN.

Obs. 2: As regiões somam juntas mais de 65 países, mas, para análise, o recorte foca os países com maior número de casos ou com melhores resultados de ações tomadas pelas autoridades nacionais.

Este informe procurou trazer os acontecimentos que, apesar de não terem ligação direta com a saúde, têm desdobramentos nas duas regiões e interferem nos caminhos tomados pelos chefes de Estados para manter a estabilidade, o desenvolvimento e a recuperação econômica em seus países, com reflexos regionais e globais.

Resposta dos EUA à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

A cúpula de 40 líderes sobre o clima a ser realizada essa semana é um marco fundamental no caminho para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26) em novembro em Glasgow e foi projetada para estimular resultados significativos da COP26. Além das principais economias, a cimeira terá a participação de forte lideranças do tema climático, países que são especialmente vulneráveis aos impactos climáticos e aqueles que estão traçando caminhos inovadores para uma economia de carbono zero.

Os principais temas da Cúpula são:

Consolidação dos esforços das principais economias do mundo para reduzir as emissões durante esta década para manter a meta de limitar o aquecimento a 1,5 graus Celsius;

Mobilizar o financiamento do setor público e privado para impulsionar a transição para emissões líquidas zero e ajudar os países vulneráveis a lidar com os impactos climáticos;

Enfatizar os benefícios econômicos da ação climática, com foco na criação de empregos, e na importância de que todas as comunidades e trabalhadores se beneficiem da transição para uma nova economia baseada em energia limpa;

Estimular tecnologias transformadoras que podem ajudar a reduzir as emissões e a adaptação às mudanças climáticas e que ao mesmo tempo podem criar oportunidades econômicas e edificar a indústria do futuro;

Dar visibilidade a entidades subnacionais e não estatais que estão comprometidos com a recuperação verde e que estão trabalhando em estreita colaboração com os governos nacionais;

Discutir oportunidades para fortalecer a capacidade de proteger a vida e os meios de subsistência dos impactos das mudanças climáticas;

O objetivo principal da Cúpula é incentivar o aumento do nível de compromisso e a ambição das metas nacionais das principais economias do mundo, especialmente os membros do “Fórum das Principais Economias sobre Clima e Energia” os quais representam 80% das emissões globais e 80% do PIB global. Além desses foram convidados países que são vés-chave na luta pelo clima, aqueles que são especialmente vulneráveis aos impactos climáticos ou que estão traçando caminhos particularmente inovadores para uma economia líquida-zero.

A Cúpula é apenas um dos vários eventos relacionados ao clima que ocorreram antes e como preparativo a COP-26. O Presidente convidou e já tem várias confirmações ou expectativas de confirmação da grande maioria da lista abaixo:

Primeiro-ministro Gaston Browne, Antígua e Barbuda; Presidente Alberto Fernandez, Argentina; Primeiro-Ministro Scott Morrison, Austrália; Primeiro-Ministro Sheikh Hasina, Bangladesh; Primeiro-ministro Lotay Tshering, Butão; President Jair Bolsonaro, Brazil; Primeiro-ministro Justin Trudeau, Canadá; Presidente Sebastián Piñera, Chile; Presidente Xi Jinping, República Popular da China; Presidente Iván Duque Marquez, Colômbia; Presidente Félix Tshisekedi, República Democrática do Congo; Primeira-ministra Mette Frederiksen, Dinamarca

Presidente Ursula von der Leyen, Comissão Europeia; Presidente Charles Michel, Conselho Europeu; Presidente Emmanuel Macron, França; Presidente Ali Bongo Ondimba, Gabão; Chanceler Angela Merkel, Alemanha; Primeiro-Ministro Narendra Modi, Índia; Presidente Joko Widodo, Indonésia; Primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, Israel; Primeiro-ministro Mario Draghi, Itália; Primeiro-Ministro Andrew Holness, Jamaica; Primeiro-ministro Yoshihide Suga, Japão; Presidente Uhuru Kenyatta, Quênia; Presidente David Kabua, República das Ilhas Marshall; Presidente Andrés Manuel López Obrador, México; Primeira-ministra Jacinda Ardern, Nova Zelândia; Presidente Muhammadu Buhari, Nigéria; Primeira-ministra Erna Solberg, Noruega; Presidente Andrzej Duda, Polônia; Presidente Moon Jae-in, República da Coreia; Presidente Vladimir Putin, Federação Russa; Rei Salman bin Abdulaziz Al Saud, Reino da Arábia Saudita; Primeiro-Ministro Lee Hsien Loong, Cingapura; Presidente Matamela Cyril Ramaphosa, África do Sul; Primeiro-ministro Pedro Sánchez, Espanha; Presidente Recep Tayyip Erdogan, Turquia; Presidente Sheikh Khalifabin Zayed Al Nahyan, Emirados Árabes Unidos; Primeiro-ministro Boris Johnson, Reino Unido; Presidente Nguyen Phu Trong, Vietnã.

A situação epidemiológica da COVID-19 continua complicada, mas apresenta sinais de melhora onde existe maior vacinação e se observam as medidas básicas de prevenção, como o uso universal e correto de máscaras, social e a lavagem das [mãos](#). Até 15 de abril de 2021, mais de 125 milhões de americanos receberam pelo menos uma dose de vacina, e mais de 78 milhões de americanos estão totalmente vacinados. Ainda assim, os casos e [internações](#) do COVID-19 estão aumentando em algumas áreas do país, e entre os mais jovens que ainda não foram vacinados. As razões para esses aumentos são complicadas, mas potencialmente relacionadas às [variantes emergentes do SARS-CoV-2](#) que estão se tornando predominantes em algumas comunidades.

Nacionalmente, as consultas de [emergência relacionadas](#) ao COVID-19, bem como as [internações hospitalares](#) e [as internações atuais](#) aumentaram entre pacientes de 18 a 64 anos nas últimas semanas. A boa notícia é que as visitas e internações em serviços de emergência entre pessoas com 65 anos ou mais diminuíram, provavelmente demonstrando o importante papel da vacinação na proteção contra o COVID-19. Desde 15 de abril, 80% das pessoas com 65 anos ou mais receberam pelo menos uma dose da vacina e 63,7% estão totalmente vacinadas (ver o quadro resumo abaixo).

United States COVID-19 Cases and Deaths by State

Maps, charts, and data provided by CDC, updates daily by 8 pm ET¹

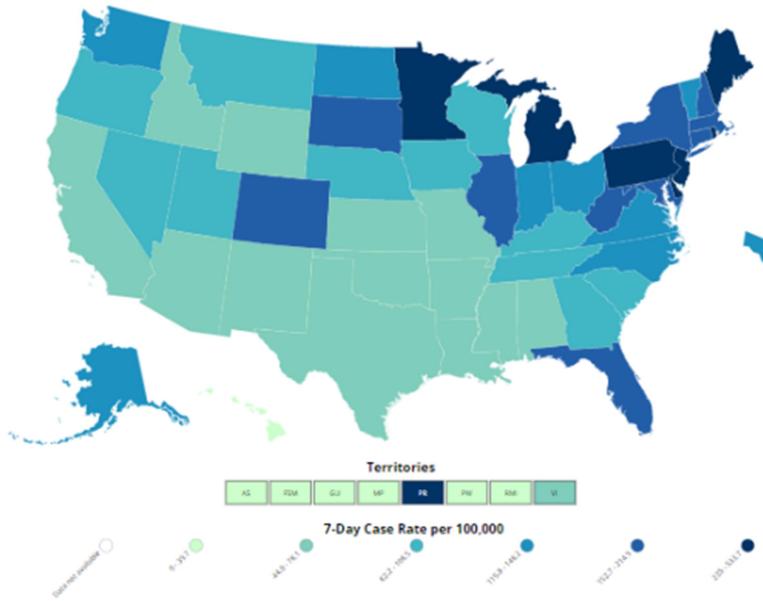
TOTAL CASES 31,444,706 +60,947 New Cases	7-DAY CASE RATE PER 100,000 142.2	TOTAL DEATHS 563,980 +694 New Deaths
---	---	---

CDC | Data as of: Sunday, April 18, 2021 12:30 PM ET. Pooled: Sunday, April 18, 2021 1:27 PM ET

View: Cases Deaths
Time period: Last 7 Days Since Jan 21, 2020
Metric: Count Rate per 100,000

This shows the number of COVID-19 cases for every 100,000 people over the last 7 days, allowing you to compare areas with different population sizes.

US COVID-19 7-Day Case Rate per 100,000, by State/Territory



Diplomático

◇ Carlos Alberto Franco França fez uma ampla rodada de conversas após assumir o cargo de Ernesto Araújo, que pediu demissão do cargo de chanceler do Brasil. Acompanhou diálogo com Putin, telefonou para colegas sul-americanos e manteve conversa com Wang Yi, o chanceler chinês. O embaixador no Brasil, Yang Wanming, reforçou que Pequim está aberta para diálogos com o governo brasileiro.

Sanitária

◇ A China continua a avançar em seu programa de vacinação, que é visto como um grande desafio em termos de escala de execução. As novas contaminações pelo sars-cov-2 vêm predominantemente de fora do país. Organizações públicas estão sendo chamadas a participaram do esforço de educação pública da importância da vacinação, que é voluntária e orientada para pessoas acima de 18 anos que sejam “participantes ativos de atividades sociais”⁷⁷. O China Daily, por exemplo, defendeu em editorial que as vacinas sejam obrigatórias.⁷⁸ Houve uma discussão sobre a vacinação para maiores de 60 anos, tanto pelas necessidades de mais testes clínicos na própria China quanto por cálculos epidemiológicos que sugerem a inoculação daqueles que se movimentam mais.

◇ Oriundos do Brasil, os resultados da fase III com autorização de uso emergencial da Coronavac reforçaram resultados anteriores, com prevenção de casos assintomáticos em 50,7% (era de 50,4%)⁷⁹. Na amostra de vacinados, 83,7% dos casos não requerem assistência e nenhum mostra sintomas graves ou moderados. Gao Fu, diretor do CDC, discutiu a possibilidade de uma mistura de diferentes vacinas. França e Alemanha indicam direções semelhantes. A primeira vacina localmente desenvolvida no país com técnica de mRNA foi admitida para testes clínicos em Fase III. Chama-se ARCoV⁸¹.

⁷⁷ http://www.xinhuanet.com/english/2021-04/11/c_139873392.htm

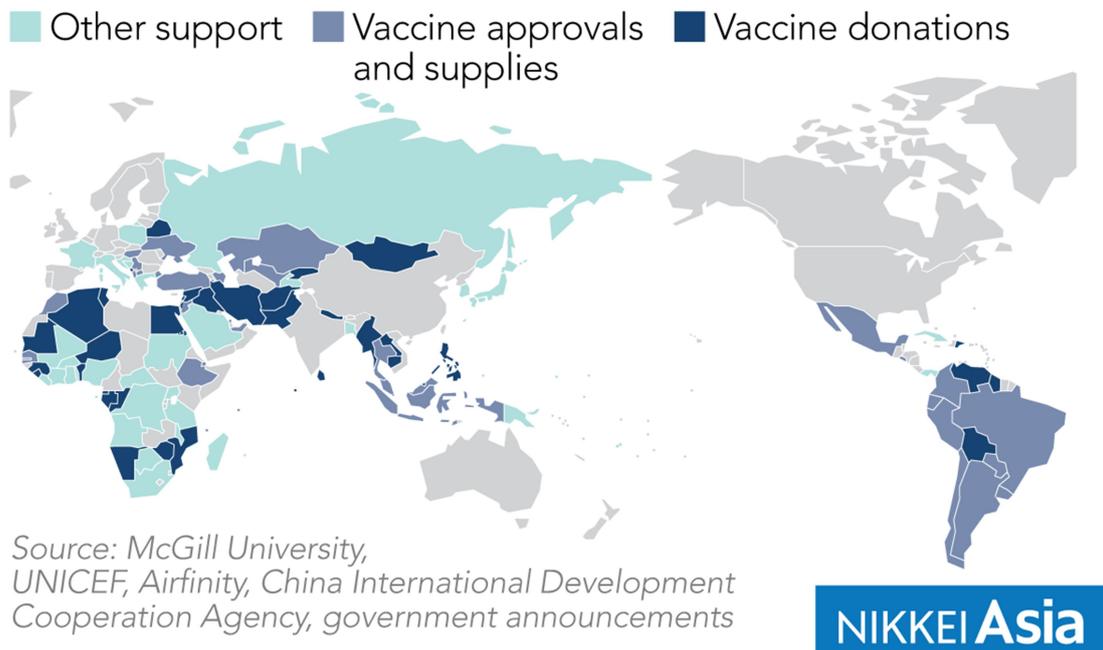
⁷⁸ <http://global.chinadaily.com.cn/a/202104/12/WS60742ff6a31024ad0bab4fb7.html>

⁷⁹ <https://www.caixinglobal.com/2021-04-13/sinovac-covid-shot-507-effective-brazilian-paper-shows-101690729.html>

⁸⁰ http://en.nhc.gov.cn/2021-04/12/c_83447.htm

⁸¹ <https://www.globaltimes.cn/page/202104/1220985.shtml>

China is moving closer to Asia and Central and South America through its 'Health Silk Road'



◇

Figure 1 <https://twitter.com/NikkeiAsia/status/1381830774043852801>

Socioeconômico

◇ O grupo Alibaba foi penalizado em 4% (¥18,2bi) de suas receitas de 2019. O grupo foi condenado por usar sua posição de mercado, regras e dados da plataforma e métodos algorítmicos para estabelecer um sistema de recompensas e punições. O objetivo seria forçar as empresas que usem apenas a plataforma do Alibaba. O fim da investigação melhorou o desempenho da empresa nas bolsas.⁸² Em novembro, novas regras foram sendo rascunhadas em resposta ao IPO da Ant Financial, que foi suspenso pelo governo.⁸³ O governo determinou que o grupo financeiro separasse suas plataformas de pagamentos e das dos seus produtos financeiros.⁸⁴ Ambas empresas são do bilionário Jack Ma. Após essas medidas, em uma reunião com 34 empresas de plataformas, o comitê responsável pela regulação deste mercado disse que as empresas devem evitar “a expansão desordenada do capital” e “formação de monopólios”. Caso não parem de “abusar”, sofrerão “punições severas”⁸⁵

◇ Na indústria química, porém, SinoChem e ChemChina tiveram sua fusão aprovada. Formam agora a maior indústria química do mundo, com capital superior a ¥ 1 trilhão⁸⁶

⁸² <https://www.ft.com/content/bb251dcc-4bff-4883-9d81-061114fee87f>

⁸³ <https://www.ft.com/content/1a4a5001-6411-45fa-967c-0fd71ba9300b>

⁸⁴ <https://www.ft.com/content/5c14c1d1-bd9e-4654-9a12-93c4ac46792d#myft:my-news:page>

⁸⁵ [https://caixinglobal.us19.list-](https://caixinglobal.us19.list-manage.com/track/click?u=77e28b1d505c96caee68a8be5&id=4d78f7424a&e=74aa9a7894)

[manage.com/track/click?u=77e28b1d505c96caee68a8be5&id=4d78f7424a&e=74aa9a7894](https://caixinglobal.us19.list-manage.com/track/click?u=77e28b1d505c96caee68a8be5&id=4d78f7424a&e=74aa9a7894)

⁸⁶ <https://asia.nikkei.com/Business/Business-deals/China-greenlights-chemical-megamerger-to-create-150bn-giant>

◇ O Conselho de Estado fez um livro branco de combate à pobreza. O texto completo está disponível para download⁸⁷. Abaixo, trechos com pequenas modificações da transcrição da coletiva de imprensa⁸⁸

- China's fight against poverty entered a **critical stage after the 18th CPC National Congress in 2012**. In 2020, the 98.99 million people in rural areas who were living below the current poverty threshold all shook off poverty; and all 128,000 impoverished villages and 832 designated poor counties escaped poverty.

- **Targeted Efforts in Six Areas:** efforts to accurately identify the poor, arrange targeted programs, utilize capital efficiently, take household-based measures, dispatch first Party secretaries based on village conditions, and achieve the set goals.

- **Five Measures:** boosting the economy to provide more job opportunities, relocating poor people from inhospitable areas, compensating for economic losses associated with reducing ecological damage, improving education in impoverished areas, and providing subsistence allowances for those unable to shake off poverty through their own efforts), and addressing

- **Five questions:** who should help, who should be helped, how to help, how to evaluate whether someone has emerged from poverty, and how to ensure those people stay free from poverty.

- Its **complete eradication of extreme poverty – the first target of the UN 2030 Agenda for Sustainable Development – 10 years ahead of schedule,**

- **“Shaking off poverty is not the finish line but the starting point of a new life”**

- The central authorities have given a five-year grace period to those counties which have escaped poverty. During this period, we will continue to provide and improve our major support policies to give them a leg up to get them going. In this regard, **over 30 complementary policies have been made and they will be gradually released.**

- During the 13th Five-Year Plan period (o país está no 14th), China **relocated more than 9.6 million** people from inhospitable areas

- Statistics show that **68% of rural populations now have access to sanitary toilets** and nearly 90% of domestic garbage undergoes centralized treatment.

- By the end of 2020, the net income per capita of China's registered poor population reached **10,740 yuan, far exceeding the international extreme poverty standard.**

- China first formulated poverty alleviation standards in 1986. The standard at that time was 206 yuan, and the corresponding number of people living in poverty was 125 million.

- The measurement standard is **"one income, two no-worries and three guarantees,"** which is easy for grassroots and frontline officials and people to remember. What are the identification standard and poverty alleviation standard? They are these "one," "two," and "three." The "one income" refers to **the annual per capita net income stably exceeding the current national poverty alleviation standard, which is 2,300 yuan as I just mentioned, with the current amount being about 4,000 yuan by 2020.** The "two no-worries" and "three guarantees" refer to stable realizations of **"no worries about food" and "no worries about clothing,"** as well as **guarantees on "compulsory education," "basic medical**

⁸⁷ <http://download.china.cn/en/pdf/20210406PovertyAlleviationChina'sExperienceandContribution.pdf>

⁸⁸ http://english.scio.gov.cn/pressroom/2021-04/14/content_77404796.htm

care" and "housing safety." In the specific implementation process, the guarantee of the safety of drinking water is also included.

- On the whole, it is **higher than the** extreme poverty standard of the **World Bank**, and also higher than the absolute poverty line determined by the **2030 Agenda for Sustainable Development set by the UN** in 2015.

◇ **Isonções para estímulo econômico**

Ministério das Finanças prorrogou renúncias fiscais implementadas para mitigar efeitos econômicos da Pandemia. Novos tipos, como os orientados à P&D e às pequenas empresas, também foram prorrogados ou aprovados. Abaixo, os relacionados ao enfrentamento epidêmico.⁸⁹

⁸⁹ <https://www.china-briefing.com/news/china-tax-and-fee-cuts-2021-extended-or-released-after-2021-two-sessions/>